



Soraia Filipa Pereira Cardoso

# **PROCESSO ESPECIAL DE REVITALIZAÇÃO**

## **O EFEITO DE *STAND STILL***

Relatório de Estágio realizado na Direção de Assuntos Jurídicos da Caixa Geral de Depósitos S.A. com vista à obtenção do grau de mestre em Ciências Jurídicas Empresariais.

ORIENTAÇÃO

Professora Doutora Margarida Lima Rego

SUPERVISÃO INTERNA

Dr. Ricardo Gouvêa Pinto

Março 2015



Soraia Filipa Pereira Cardoso

**PROCESSO ESPECIAL DE REVITALIZAÇÃO**  
**O EFEITO DE *STAND STILL***

ORIENTAÇÃO

Professora Doutora Margarida Lima Rego

SUPERVISÃO INTERNA

Dr. Ricardo Gouvêa Pinto

Março 2015



*A good modern insolvency law should  
provide the means for the preservation of viable  
commercial enterprises capable of making a useful  
contribution to the economic life of the country.*

Report of the Review Committee on Insolvency Law and Practice, 1982.



## **DECLARAÇÃO ANTI-PLÁGIO**

Ao abrigo do art. 20.º-A do Regulamento do Segundo Ciclo de Estudos da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, declaro por minha honra que o texto aqui apresentado é de minha autoria e que todas as contribuições de outros autores estão devidamente assinaladas e referenciadas.





## **AGRADECIMENTOS**

Queria deixar aqui algumas palavras de reconhecimento a todos os que contribuíram para a realização de mais uma etapa da minha vida académica.

À Professora Doutora Margarida Lima Rego pela incomparável disponibilidade demonstrada para orientar este trabalho. Acima de tudo agradeço a incansável orientação científica, a revisão crítica do texto, os profícuos comentários, a partilha do saber e as valiosas contribuições para o trabalho.

Ao Dr. Rui Ricardo Gouvêa Pinto, supervisor interno do estágio, um agradecimento especial pelo convite para o estágio na Direção de Assuntos Jurídicos, pela preciosa ajuda na definição do objeto de estudo, pela exigência de método e rigor e pelo valioso acompanhamento em todas as fases deste trabalho, sendo o seu contributo para este trabalho inestimável. Além do agradecimento académico, expresso a minha gratidão pela confiança, dedicação e amizade.

A toda a equipa da Direção de Assuntos Jurídicos pela forma como me acolheram e me auxiliaram durante toda esta fase.

Ao Doutor Guilherme Vasconcelos Vilaça pela disponibilidade manifestada e pelos impagáveis comentários.

A todos os meus amigos, com especial apreço pelas minhas colegas de Mestrado pela prestimosa colaboração, amizade e espírito de entreajuda.

Ao meu querido Filipe, pela inesgotável paciência e amor com que me prima diariamente.

Por último, não poderia deixar de agradecer aos meus pais pelo seu amor incondicional e exigente, por todo o apoio financeiro e emocional que me deram e por nunca deixarem de acreditar em mim. Agradeço, ainda, à minha família pelas “atenções” com que me distinguem sempre e em todas as ocasiões.

A todos, reitero o meu agradecimento e eterna gratidão.



## **MODO DE CITAR E OUTRAS CONVENÇÕES**

- I. Os preceitos desacompanhados da respetiva referência legal respeitam ao Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas, salvo se do contexto resultar o contrário.
- II. Nas notas de rodapé, as monografias são citadas de modo abreviado, razão pela qual, e regra geral, apenas se faz referência ao autor, ao título de forma reduzida e à(s) página(s) respetivas da obra. As referências completas constam na bibliografia com os demais elementos de identificação.
- III. Os artigos ou partes de livro são, também, citados de modo abreviada, fazendo referência apenas ao autor, título do artigo ou parte do livro de forma reduzida e página. A referência completa à revista ou livro, número, edição e ano constam da bibliografia.
- IV. Os Acórdãos mencionam-se, ao longo do texto, de forma sucinta, referindo-se apenas o tribunal e a data. O local da sua publicação, o relator e o número do processo judicial respetivo são referidos na lista de jurisprudência. Os Acórdãos citados que não contêm o número de página respetivo foram consultados via Internet na base de dados ([www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt)).
- V. As abreviaturas estão identificadas por ordem alfabética na Lista de Abreviaturas que se segue.
- VI. As notas de rodapé pretendem convidar o leitor a um diálogo que fica para além do texto, nomeadamente para aprofundar temas e sustentar afirmações.
- VII. Expressões em latim ou em língua estrangeira serão apresentadas em itálico.



## LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÓNIMOS

Ac.	Acórdão
Al./als.	Alínea/alíneas
AJP	Administrador Judicial Provisório
Art./art. <sup>os</sup>	Artigo/artigos
BMJ	Boletim do Ministério da Justiça
CC	Código Civil
CEJ	Centro de Estudos Judiciários
CCom	Código Comercial
Cfr.	Conferir/confrontar
CGD	Caixa Geral de Depósitos
CIRE	Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas
CPC	Código Processual Civil
CPEREF	Código dos Processos Especiais de Recuperação de Empresa e da Falência
CPTA	Código de Processo nos Tribunais Administrativos
CRP	Constituição da República Portuguesa
CSC	Código das Sociedades Comerciais
DAJ	Departamento de Assuntos Jurídicos
DL	Decreto-Lei
Ed.	Edição
FDUNL	Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa
InsO	<i>Insolvenzordnung</i>
LULL	Lei Uniforme relativa à Letra e à Livrança

Nº/n <sup>os</sup>	Número/números
P./pp.	Página/páginas
PEC	Processo Extrajudicial de Conciliação
PER	Processo Especial de Revitalização
Proc.	Processo
RCM	Resolução de Conselho de Ministros
RD	<i>Real Decreto-Ley</i>
RDCP	<i>Revista de Derecho Concursal y Paraconcursal</i>
Reg.	Regulamento
ROA	Revista da Ordem dos Advogados
SIREVE	Sistema de Recuperação de Empresas por via Extrajudicial
SS	Seguintes
STJ	Supremo Tribunal de Justiça
TRC	Tribunal da Relação de Coimbra
TRE	Tribunal da Relação de Évora
TRG	Tribunal da Relação de Guimarães
TRL	Tribunal da Relação de Lisboa
<i>TROIKA</i>	Equipa constituída por responsáveis da Comissão Europeia, Banco Central Europeu e Fundo Monetário Internacional que negociaram as condições de resgate financeiro em Portugal, que decorreu de abril de 2011 a maio de 2014.
TRP	Tribunal da Relação do Porto
UAJ	Unidade de Assessoria Jurídica do Departamento de Assuntos Jurídicos da Caixa Geral de Depósitos
<i>US Code</i>	<i>United States Code</i>
V.g.	<i>Verbi gratia</i> – por exemplo
Vol.	Volume

## RESUMO

O presente relatório visa apresentar o estágio curricular desenvolvido no âmbito do Mestrado em Ciências Jurídicas Empresariais na Direção de Assuntos Jurídicos da Caixa Geral de Depósitos S.A.. Foram desenvolvidas atividades nas áreas do Direito Bancário, com enfoque no Processo Especial de Revitalização, que tiveram como objetivo a promoção da construção de um estudo que além da pesquisa doutrinal e jurisprudencial subjacente prima pela adequação prática do regime estudado.

A eficácia revitalizadora do Processo Especial de Revitalização está muito erigida no artigo 17º-E, nº1, que estabelece uma série de efeitos processuais que visam conceder ao devedor um “*breathing space*”, ou seja, um período durante o qual os credores estão impedidos de instaurar “*ações para cobrança de dívidas*” contra aquele, suspendendo-se as ações pendentes com idêntica finalidade.

Deste modo, o presente relatório passa, essencialmente, pelo estudo destes efeitos, considerando-se “*ações para cobrança de dívidas*” as ações executivas que se destinam à cobrança de uma dívida de qualquer natureza, incluindo-se os procedimentos cautelares antecipatórios de uma ação desta natureza.

Para além disto, há-que delimitar temporalmente e subjetivamente o período de *stand still*, entendendo que tal período se deve estender para além do período legalmente estabelecido para salvaguardar a *ratio* do processo, mais precisamente, até à produção de efeitos do plano de recuperação. Por seu turno, deve ser entendido que os efeitos *stand still* apenas se aplicam à relação material estabelecida com o devedor. Em relação aos convedores e terceiros garantes concluiu-se que os efeitos decorrentes do Processo Especial de Revitalização prendem-se apenas à relação material com o devedor, permanecendo incólumes os direitos dos credores sobre estes.

**Palavras-chave:** Processo Especial de Revitalização, ações para cobrança de dívida, *stand still*, terceiros garantes.

## ABSTRACT

The following report aims to present the internship developed under the Master in Legal Sciences Business in the Legal Affairs management of Caixa Geral de Depósitos S.A. Activities were developed in the field of Banking Law, focusing on the Special Revitalization Process. The aim of these activities was to promote the construction of a study that, apart from its doctrinal and jurisprudential research, also excels in the practical adequacy of the regime lectured.

The revitalizing effectiveness of the Special Revitalization Process is erected in the Article 17-E, nº 1, which establishes a series of procedural – stand still effects - which aim to allow the debtor "breathing space", ie, a period during which creditors are prevented from setting up "actions for debt collection" against him, suspending the pending actions with identical purposes.

Therefore, this report essentially studies these effects, considering "actions in debt collection" executive actions that are intended to recover a debt of any kind, including anticipatory precautionary procedures of an action of this nature.

In addition, it is necessary to set boundaries temporally and subjectively to the standstill period, understanding that this period should be extended beyond the legally established period, in order to preserve the ratio of the process, concretely, until the recovery plan effects. In turn, we understand that the standstill effects only apply to the established material in connection with the debtor, remaining the rights of creditors unaffected over the ones of the guarantors and debtors.

**Keywords:** Special Revitalization Process, stand still, debt collection actions, guarantors.



## INTRODUÇÃO

O presente relatório surge como resultado do estágio realizado na Direção de Assuntos Jurídicos da Caixa Geral de Depósitos, tendo como objeto central o estudo do período de *stand still* do Processo Especial de Revitalização.

O Processo Especial de Revitalização marca uma mudança de paradigma no Direito da Insolvência português, ao consagrar o primado da recuperação em detrimento do primado da liquidação, tendo em vista a recuperação do tecido empresarial português.

O legislador traçou um regime híbrido, no qual é premiada a celeridade e a vontade do devedor e dos credores. Uma das principais inovações do processo é a concessão de um período de *stand still*, durante o qual os credores estão impedidos de instaurar “ações para cobrança de dívidas” contra o devedor, suspendendo-se as ações em curso com idêntica finalidade.

A imprecisão legal relativamente a muitos aspetos do processo tem sido alvo de críticas por parte da doutrina e da jurisprudência. Um dos aspetos mais contestáveis é a delimitação do conteúdo da expressão “ações para cobrança de dívidas” constante no art. 17º-E, nº1. A eficácia do PER está, em grande parte, alicerçada neste dispositivo normativo, assumindo, assim, a sua concretização uma importância ímpar.

Deste modo, com este relatório pretendemos compreender o verdadeiro alcance do período de *stand still* imposto por este novo processo, essencialmente sob a ótica bancária, em consequência da análise e resolução de soluções práticas na decorrência do estágio, discutindo as questões que se assumiram mais relevantes neste âmbito: a concretização da expressão “ações para cobrança de dívidas”, a delimitação temporal do período de *stand still* e os seus efeitos em relação aos convedores e terceiros garantes.

## 1. SEQUÊNCIA DE EXPOSIÇÃO

O presente relatório encontra-se estruturado em seis capítulos.

O primeiro ponto descreve, sucintamente, a organização e o contexto legal da entidade acolhedora, bem como as atividades desenvolvidas no âmbito do estágio que foram divididas essencialmente sobre dois vetores: um âmbito genérico que corresponde às atividades de âmbito geral realizadas sobretudo numa fase inicial do estágio; e um âmbito específico que se prende com o estudo do período de *stand still* decorrente do PER. O capítulo II corresponde ao início do estudo do PER com apreciações introdutórias sobre a evolução do direito falimentar português, com a subsequente tramitação do processo e com a análise dos efeitos substantivos e processuais, servindo como contextualização para o tema basilar do relatório.

O capítulo III corresponde ao maior e mais importante capítulo deste relatório. É neste capítulo que se aborda a temática do período de *stand still* em pormenor. Inicia-se com o estudo do alcance da expressão “*ações para cobrança de dívidas*”, explorando-se, de seguida, a literatura respeitante à delimitação temporal deste período. No capítulo seguinte procurámos abordar os efeitos *stand still* em relação aos terceiros garantes e aos condevedores pela sua elevada importância num contexto de dificuldades económicas e de pré-insolvência.

Por último, o capítulo V é o da conclusão, onde se faz uma síntese do resultado da investigação, pretendendo dar o nosso contributo na enunciação de eventuais soluções para algumas deficiências do regime, procurando sempre, seguir o espírito do processo.

## **CAPÍTULO I**

### **A DIREÇÃO DE ASSUNTOS JURÍDICOS DA CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS S.A.**

A Direção de Assuntos Jurídicos (DAJ) é um órgão do primeiro nível da estrutura orgânica da Caixa Geral de Depósitos, S.A. (abreviadamente CGD), de âmbito nacional, sediado em Lisboa, ao qual compete nos termos de orgânica interna da CGD:

- Apoiar o Conselho de Administração da CGD e as outras empresas do Grupo na definição das políticas, orientações e objetivos a atingir nas matérias incluídas nas respetivas funções;
- Efetuar a coordenação técnica e a supervisão funcional das atividades de natureza jurídica ao nível das Empresas e do Grupo CGD;
- Assegurar a função de assessoria jurídica, o patrocínio das Empresas do Grupo em ações judiciais, bem como a gestão de outros processos de natureza diversa.<sup>1</sup>

#### **1. UNIDADE TÉCNICA DE CONSULTA JURÍDICA**

A DAJ subdivide-se em cinco unidades, entre as quais a Unidade Técnica de Consulta Jurídica - UAJ-1 - na qual fiquei integrada. Esta Unidade tem como principal atividade a elaboração de pareceres sobre questões de direito. Para além disto, é descrito como funções da UAJ-1:<sup>2</sup>

- i. Emitir pareceres sobre questões de direito e realizar ou colaborar em estudos e projetos que envolvam matérias de natureza técnica-jurídica, tanto no âmbito do Grupo CGD como, no interesse deste, em organizações ou grupos de trabalho externos;
- ii. Colaborar com a Direção na definição de critérios e de orientações internas de natureza jurídica de carácter geral;

---

<sup>1</sup> Disponível em «<http://intranetcgd.grupocgd.com/cda/artigo/0,6433,80107,00>»

<sup>2</sup> Disponível em «<http://intranetcgd.grupocgd.com/cda/artigo/0,6433,80110,00>»

- iii. Colaborar com a Direção no exercício das atribuições que lhe estão cometidas no que respeita à tramitação dos processos disciplinares;
- iv. Intervir no processo de formação e emissão de normas internas, sempre que estejam em causa questões de natureza técnico-jurídica ou respeitante à atividade da Direção e na difusão, no âmbito do Grupo, de diplomas legais ou regulamentares e de instruções que lhes respeitem;

## **2. O ESTÁGIO**

O estágio curricular na área de competência da UAJ-1 teve início a 17 de novembro de 2014 e terminou a 27 de março de 2015.

Na execução das tarefas que me foram incumbidas fui supervisionada pelo Dr. Rui Ricardo Gouvêa Pinto. Foi sugerido por este e acordado entre nós que o estágio seria composto por duas componentes: um âmbito genérico que passaria pelo desenvolvimento das atividades gerais da UAJ-1; e um âmbito específico que me possibilitaria analisar o regime do PER e os seus efeitos jurídicos, principalmente os efeitos decorrentes do art. 17º-E, nº1, pela sua relevância na eficácia do processo.

### **2.1. ÂMBITO GENÉRICO**

Numa primeira fase do estágio, as atividades desenvolvidas passaram essencialmente pela análise de pareceres com vista a adquirir uma visão geral das questões tratadas na UAJ-1. Posteriormente comecei a prestar aconselhamento jurídico, respondendo a pedidos de parecer, com a colaboração e sob a supervisão do Dr. Gouvêa Pinto.

Devo acrescentar que, ainda no âmbito genérico do estágio, foi-me possibilitado frequentar as I Jornadas do Direito Bancário promovidas pelo Centro de Estudos de Direito Privado da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa no dia 16 de dezembro. Em virtude disto, realizei um relatório em colaboração com um

colega, sobre a Supervisão dos Mercados Financeiros e a Reforma do Regime Geral das Instituições de Crédito e das Sociedades Financeiras que foi posteriormente apresentado à Unidade. Por economia textual e pela irrelevância do tema em relação ao objeto de estudo, este relatório não será anexado ao presente trabalho.

## **2.2. ÂMBITO ESPECÍFICO**

O âmbito específico do estágio permitiu-me, como referi anteriormente, estudar o regime do PER, principalmente sob a ótica da atividade bancária.

A escolha deste objeto de estudo tem por base as dificuldades sentidas pela DAJ na resolução de consultas e problemas de ordem prática relacionados com o Processo Especial de Revitalização. Isto, porque, como veremos adiante, o diploma legal<sup>3</sup> é omissivo e deficientemente sistematizado.

Assim, a pertinência do tema deriva das dificuldades de resolução de situações práticas decorrentes deste processo, pretendendo ser uma fonte de conhecimento para mim e um auxílio para a DAJ no sentido de tentar solucionar ou encontrar o melhor caminho de resposta para as várias situações estudadas.

Neste âmbito, analisei e realizei vários pareceres cujas questões e situações estavam diretamente relacionadas com o PER, permitindo-me fazer um levantamento das questões mais oportunas e de maior complexidade de resposta, sempre sob a supervisão do Dr. Gouvêa Pinto. Alguns dos pareceres que realizei foram anexados ao presente relatório, tendo em conta a pertinência dos mesmos para o estudo em causa.

Em virtude da existência de inúmeras dúvidas sobre os efeitos decorrentes do PER em relação aos terceiros garantes e aos convedores foi-me pedido que elaborasse um breve estudo sobre o tema que apresentei posteriormente na reunião semanal, correspondendo a uma versão preliminar do capítulo V.

---

<sup>3</sup> Lei nº16/2012, de 20 de abril.

Assim, com este estudo pretende-se analisar algumas das questões mais controversas, conjugando uma visão teórica proveniente de estudo doutrinal e jurisprudencial com uma visão prática derivada das situações e problemas práticos que sobrevieram com o decorrer do estágio. Deste modo, o presente estudo passará, fundamentalmente, por apreender os efeitos decorrentes do disposto no art. 17º-E, nº1.

## CAPÍTULO II

### O PROCESSO ESPECIAL DE REVITALIZAÇÃO

#### 1. CONTEXTO HISTÓRICO

De forma a contextualizar o tema central em estudo no presente relatório, afigura-se suficiente uma abordagem sintética ao enquadramento histórico do PER.<sup>4</sup>

Em termos ideológicos, o direito falimentar português pode ser caracterizado pela adoção intercalar de sistemas de falência-liquidação e falência-saneamento. O sistema de falência-liquidação, que tem como primórdios a liquidação do património do devedor para satisfação dos credores, consagrou-se com a codificação do regime da falência no CCom de 1833, sendo posteriormente as matérias relativas à falência inseridas em 1939 no CPC, ainda sob a mesma perspetiva.<sup>5</sup>

Por sua vez, o sistema de falência-saneamento que pretende salvaguardar a economia, recuperando as empresas economicamente viáveis das mãos da insolvência, tem a sua consagração efetiva em 1993, com a aprovação do CPEREF no qual a recuperação teria como condições objetivas a viabilidade e a suscetibilidade de recuperação.<sup>6</sup> Deste modo, o CPEREF foi a primeira consagração do primado da recuperação no ordenamento jurídico português, ao afirmar a prevalência da recuperação sobre a falência.<sup>7</sup> No entanto, este regime

---

<sup>4</sup> Para um estudo mais detalhado da evolução do sistema falimentar português vide LUÍS MENEZES LEITÃO, *Direito...*; LUÍS A. CARVALHO FERNANDES/ JOÃO LABAREDA, *Coletânea...*; CATARINA SERRA, *O regime...*; *Falência...*, pp.17-65 e pp.279-281; ANTÓNIO MENEZES CORDEIRO, *Introdução...*, pp. 465 e ss.

<sup>5</sup> Cfr. CATARINA SERRA, *O Regime...*, p.19. O processo de falência consistia, quase exclusivamente, na liquidação do património do falido.

<sup>6</sup> O sistema de falência-saneamento começou a dar os primeiros sinais durante o processo de revisão de 1961 ao CPC com a previsão de meios preventivos da declaração da falência. Cfr. CATARINA SERRA, *O Novo...*, p.18. O regime da falência passa a ter a missão principal de saneamento da economia e a tarefa fundamental de identificar os agentes económicos capazes e viáveis, que merecem ser apoiados.

<sup>7</sup> Cfr. JOSÉ OLIVEIRA DE ASCENSÃO, *Insolvência...*, p.105.

revelou-se inoperante no alcance dos seus propósitos, destacando-se a referência a um esquema lento e pesado excessivamente protetor das empresas falidas.<sup>8</sup>

Em 2004, com a implementação do CIRE,<sup>9</sup> muito influenciada pelos ideais espelhados na *InsO*, retornou-se à primazia pela satisfação dos credores.<sup>10</sup> Deste modo, a finalidade primordial do CIRE é a liquidação do património dos devedores, ficando a recuperação apenas como uma alternativa possível no processo de insolvência.<sup>11</sup>

Todavia, o contexto económico e financeiro pedia novas políticas focadas na recuperação ao invés da liquidação, tendo em conta que o processo de insolvência funciona muitas vezes como uma “*arma de destruição*”.<sup>12</sup> Como resposta, no quadro do programa de auxílio a Portugal assegurado pelo Banco Central Europeu, a Comissão Europeia e o Fundo Monetário Internacional, em 2012, foi assumido, entre outros, o compromisso de alterar o regime da insolvência.<sup>13</sup>

Neste seguimento foi aprovado, na RCM nº11/2012, o Programa Revitalizar correspondendo a uma iniciativa do Governo que visava dar uma resposta estratégica global à temática da revitalização do tecido empresarial em Portugal, deixando claro que a implementação do PER tem como objetivo promover a revitalização de empresas, assegurando a produção de riqueza e a manutenção de postos de trabalho.<sup>14</sup>

Neste contexto, o processo de insolvência passou a basear-se “na recuperação da empresa compreendida na massa insolvente, ou, quando tal não se afigure

---

<sup>8</sup> Cfr. CATARINA SERRA, *O Regime...*, p.23. Na opinião de OLIVEIRA ASCENSÃO, *Insolvência:...*, p.234, o “CPEREF manifestava o que chamávamos ternura, desvelo, carinho pelo falido.”

<sup>9</sup> Aprovado pelo DL nº53/2004 e sofrendo posteriormente diversas alterações.

<sup>10</sup> Sobre a influência da lei alemã (*InsO* de 5 de outubro de 1994) no CIRE vide CATARINA SERRA, *A Falência...*, p. 202 ss.

<sup>11</sup> LUÍS MANUEL TELES DE MENEZES LEITÃO, *Direito...*, p.75

<sup>12</sup> Expressão retirada de A. RAPOSO SUBTIL/ MATOS ESTEVES/ MARIA JOSÉ ESTEVES / LUÍS M MARTINS, *Guia...*, p.13. Os AUTORES utilizam tal expressão pois entendem que a possibilidade de recuperação da empresa e o pagamento dos créditos reclamados é muito reduzida no processo de insolvência.

<sup>13</sup> Cfr. compromisso do ponto 2.17.

<sup>14</sup> A par do PER, no Programa Revitalizar destaca-se, pela sua importância, a aprovação do SIREVE.



possível, na liquidação do património do devedor insolvente e a repartição do produto obtido pelos credores.”<sup>15</sup> Assistimos, assim, a uma inversão da finalidade do CIRE.<sup>16</sup>

No decurso das supramencionadas políticas nasce, através de uma alteração ao CIRE preconizada pela Lei nº 16/2012, de 20 de abril,<sup>17</sup> o PER.<sup>18</sup> Segundo a Exposição dos Motivos da Proposta de Lei nº 39/XII “o principal objetivo prosseguido por esta revisão passa por reorientar o Código da Insolvência e Recuperação de Empresas para a promoção da recuperação, privilegiando-se sempre que possível a manutenção do devedor no giro comercial, relegando-se para segundo plano a liquidação do seu património sempre que se mostre viável a sua recuperação.”

## 2. CARACTERÍSTICAS E FINALIDADE

O PER, regulado nos art.ºs 17º-A a 17º-I do CIRE, assume-se como um processo autónomo ao processo de insolvência que visa propiciar a revitalização do devedor.

O PER é instituído sob a influência da prática norte-americana e europeia que vem a ser assumida com a adoção de instrumentos na ótica de *rescue culture* e

---

<sup>15</sup> Cfr. art. 1º, nº1, do CIRE alterado pela Lei nº 16/2012, de 20 de abril. Mais uma vez parece que o legislador português seguiu os passos da lei alemã: a 13 de dezembro de 2011 foi publicada uma lei relativa à reestruturação de empresas - *Gesetz zur weiteren Erleichterung der Sanierung von Unternehmen* – que se afasta do modelo de *creditor friendly* caraterizante do modelo tradicional germânico, aproximando-se do modelo norte-americano de *debtor-friendly*. Para mais desenvolvimentos vide MADALENA PERESTRELO OLIVEIRA, *O Processo...*, p. 713.

<sup>16</sup> Existem AUTORES que criticam a medida legislativa adotada pois acreditam que para uma mudança de paradigma do primado da liquidação para o primado da recuperação, não basta a introdução do regime do PER no CIRE. Devia ter o legislador introduzido alterações no CIRE conducentes ao primado de recuperação. Neste sentido, LUÍS M. MARTINS, *O Processo de Revitalização e a Finalidade...*; CATARINA SERRA, *Emendas...*, p.117; ADELAIDE MENEZES LEITÃO, *Insolvência...*, p. 514; LUÍS MANUEL TELES DE MENEZES LEITÃO, *Código...*, pp. 46 e ss.

<sup>17</sup> Foi posteriormente alterado pelo art. 4º do DL nº 26/2015, de 6 de fevereiro que alterou a redação do art. 17º-F, nº3.

<sup>18</sup> “O processo especial de revitalização visa, pois, a viabilização ou recuperação do devedor. Num CIRE cujo fim precípua era a satisfação dos direitos dos credores, o aditamento introduzido pela referida Lei na sua sistemática traduz uma mitigação de tal finalidade e um retorno ou colagem à anterior legislação falimentar na qual se previam figuras tendentes à consecução de tais propósitos (recuperação de empresa).” (Ac. do TRP de 13-05-2013).

*corporate rescue*, tendo como raciocínio subjacente a disponibilização dos meios adequados para a preservação das empresas que sejam viáveis e que tenham capacidade de contribuir ativamente para o tecido económico do país.<sup>19</sup>

Este processo destina-se a permitir ao devedor que, comprovadamente, se encontre em situação económica difícil ou de insolvência meramente iminente, mas que ainda seja suscetível de recuperação, estabelecer negociações com os respetivos credores de modo a concluir com estes acordo conducente à sua revitalização.<sup>20</sup>

Deste modo, o PER é um processo voluntário, consensual e pré-insolvencial.<sup>21</sup> A tramitação do processo é essencialmente marcada pela existência de prazos curtos e de diligências simplificadas, sendo a celeridade um dos trunfos do processo.

Os instrumentos híbridos, como o PER, gozam de uma junção de características próprias dos instrumentos judiciais e dos instrumentos extrajudiciais.<sup>22</sup> O PER é eminentemente um processo extrajudicial que tem fases de “controlo” judicial como o despacho de nomeação do AJP e a homologação do acordo de recuperação.

### 3. TRAMITAÇÃO

Para efeitos do presente estudo não é relevante a descrição exaustiva da tramitação do processo, sendo impreterível, contudo, apresentar um encadeamento, em traços gerais, do regime aplicável.

---

<sup>19</sup> Cfr. CATARINA SERRA, *Entre...*, pp.71-72; VANESA FINCH, *Corporate...*; ALICE BELCHER, *Corporate...*

<sup>20</sup> Art. 17º-A, nº1.

<sup>21</sup> Cfr. CATARINA SERRA, *Regime...*, pp. 26-27 refere: “Como adiante se verá, este não se aplica, nos casos de insolvência atual. Parece, então, que as empresas insolventes não são suscetíveis de recuperação (não merecem ser recuperadas).”

<sup>22</sup> Cfr. CATARINA SERRA, *Entre...*, pp.73-74; *A Contratualização...*

### 3.1. LEGITIMIDADE NO RECURSO AO PER

#### 3.1.1. PRESSUPOSTOS OBJETIVOS

Em primeiro lugar, o legislador é claro na exclusão dos devedores que se encontrem em situação de insolvência atual, sendo o PER, como anteriormente referido, um processo pré-insolvencial.<sup>23</sup>

A situação económica difícil vem descrita no art. 17º-B como “o devedor que enfrentar dificuldade séria para cumprir pontualmente as suas obrigações, designadamente, por ter falta de liquidez ou por não conseguir obter crédito.” O devedor não está impossibilitado de cumprir, apenas apresenta dificuldades sérias, como se se tratasse de um momento anterior à situação de insolvência iminente.

A situação de insolvência iminente é um critério de mais difícil aceção, pois o legislador não aclarou o seu significado na lei.<sup>24</sup> Neste âmbito, seguimos o entendimento de ANA PRATA\ JORGE MORAIS CARVALHO\ RUI SIMÕES,<sup>25</sup> que consideram como tal “a situação em que o devedor está prestes a encontrar-se impossibilitado de cumprir as suas obrigações ou o passivo está prestes a ser superior ao ativo, mas ainda seja possível a recuperação.”<sup>26/27</sup>

<sup>23</sup> A Confederação Empresarial de Portugal critica a opção do legislador, referindo no seu parecer sobre a Proposta de Lei nº39/XII que procede à alteração do CIRE que “O PER (...) impede que as empresas economicamente viáveis não possam beneficiar de um mecanismo célere de recuperação só porque preenchem os requisitos de insolvência atual.”

<sup>24</sup> O legislador português não seguiu a mesma dinâmica do legislador alemão que definiu a situação de insolvência iminente no § 18, (2), da *InsO*: «*Der Schuldner droht zahlungsunfähig zu werden, wenn er voraussichtlich nicht in der Lage sein wird, die bestehenden Zahlungspflichten im Zeitpunkt der Fälligkeit zu erfüllen [...]*” (O devedor será considerado em situação de iminente incapacidade de pagamentos quando previsivelmente não irá estar na posição de cumprir no momento do vencimento as obrigações de pagamento existentes). O legislador espanhol também definiu este conceito na *Ley Concursal* espanhola, no seu artigo 2,3 como: «*que se encuentra en estado de insolvencia iminente el devedor que prevea que no podrá cumplir regular y puntualmente sus obligaciones*». Para mais desenvolvimentos vide JUAN PABLO UCEDA, *La insolvencia...*

<sup>25</sup> *Código...*, p. 54.

<sup>26</sup> O Ac. do TRL de 31-10-2013 entende que “a iminência se afere em função de circunstâncias que levam a admitir, com toda a probabilidade, a verificação da insuficiência do ativo para satisfazer o passivo, segundo um critério de normalidade”

<sup>27</sup> Ao contrário da situação de insolvência atual e da situação económica difícil, em que os devedores só podem seguir o processo de insolvência ou o PER respetivamente, o devedor que se encontre em situação de insolvência iminente tem à sua disposição os dois mecanismos, tendo que fazer uma opção.

Para além dos anteditos requisitos, o devedor terá de, cumulativamente, ser suscetível de recuperação, ou seja, capaz de prosseguir a atividade económica com resultados previsivelmente positivos.

### 3.1.2. PRESSUPOSTOS SUBJETIVOS

Quanto aos pressupostos subjetivos, o art. 17º-A, nº2, faz referência a “todo o devedor”. Qual o real conteúdo desta expressão?

Na visão de parte da doutrina o PER aplica-se apenas a empresas. Invocam, como argumentos, o facto de a recuperação das pessoas singulares ser salvaguardada pelo plano de insolvência pois a sua situação patrimonial é estática, aplicando-se o PER exclusivamente a devedores empresários, já que a ideia de recuperabilidade surge sempre ligada a empresas. Acrescentam, ainda, o facto de as motivações expressas na proposta de Lei nº39/XII estarem relacionadas com o tecido económico e o facto de o SIREVE apenas se aplicar a empresas.<sup>28</sup>

Não podemos acompanhar o entendimento supra citado pois este não tem suporte legal. A expressão “*por todo o devedor*” (art. 17º-A, nº2) e “*o devedor (...) no caso de aquele ser uma pessoa coletiva*” (art. 17º-D, nº11) parecem indicar que o conceito de devedor se estende aos sujeitos elencados no art. 2º.<sup>29</sup> Por outro lado, não se poderá atender a uma interpretação essencialmente literal e formalista, pela relevância dos sobreditos argumentos teleológicos e conjunturais.

Deste modo, dever-se-á traçar um conceito intermédio, defendendo que têm legitimidade para recorrer ao PER as pessoas singulares, as pessoas coletivas e os patrimónios autónomos que exerçam uma atividade económica, apesar de não ser

---

<sup>28</sup> Cfr. LUÍS CARVALHO FERNANDES E JOÃO LABAREDA *Código...*, pp. 142/143; PAULO OLAVO CUNHA, *Os deveres...*, pp. 220 e ss; Na jurisprudência, o Ac. do TRP de 23-02-2015.

<sup>29</sup> Neste sentido, LUÍS M. MARTINS, *O Processo Especial de Revitalização Aplica-se...*; MARIA DO ROSÁRIO EPIFÂNIO, *O Processo...*, pp. 15-16; CATARINA SERRA, *O Regime...*, p. 176; FÁTIMA REIS SILVA, *Processo...*, p. 21.

necessariamente uma atividade lucrativa.<sup>30</sup> Em virtude de tal entendimento salvaguardamos os primórdios e pressupostos do sistema, que passam elementarmente pela ideia de recuperabilidade que está indubitavelmente interligada à atividade económica,<sup>31</sup> com assento na letra da lei quanto à admissibilidade de devedores singulares.

### 3.2. INÍCIO DO PROCESSO

O PER inicia-se com a concordância do devedor e de um credor, independentemente da sua natureza ou do montante do seu crédito, por meio de declaração escrita. (art. 17º-C, nº1).<sup>32/33</sup>

O art. 17º-A, nº1, refere que o PER se destina ao devedor que “comprovadamente” se encontre em situação económica difícil ou em situação de insolvência meramente iminente. Assim, a questão que se coloca é de saber se a declaração a que o art. 17º-C, nº1 faz referência é suficiente para comprovar o preenchimento dos sobreditos requisitos.

A possibilidade de análise preliminar da declaração pelo juiz é uma questão controversa entre a doutrina e a jurisprudência. Acompanhando o entendimento da doutrina maioritária,<sup>34</sup> não cabe ao juiz apreciar se as condições declaradas pela devedora correspondem à realidade. Isto, porque a lei confere um espaço de tempo muito curto para o juiz proferir o despacho inicial - o art. 17º-C, nº3, al. a)

<sup>30</sup> Neste sentido, NUNO SALAZAR CASANOVA/ DAVID SEQUEIRA DINIS, *O Processo...* pp. 13-14.

<sup>31</sup> O elemento histórico assim o determina já que foi esta a delimitação subjetiva da legitimidade para recurso ao CPEREF, ao PEC e agora ao SIREVE.

<sup>32</sup> NUNO SALAZAR CASANOVA/DAVID DINIS, *O Processo...* p. 27, excecionam os credores de suprimentos, já que “os credores de suprimentos não podem requerer a insolvência do devedor, nos termos do artigo 245º, nº2 do CSC, pelo que – por maioria de razão – não podem dar início a um processo que se destine a evitá-la.”

<sup>33</sup> Cfr. ANA PRATA/JORGE MORAIS CARVALHO/RUI SIMÕES, *Código...*, p. 56: “O processo de revitalização tem na sua base um contrato, celebrado entre o devedor e um ou mais credores.”

<sup>34</sup> FÁTIMA REIS SILVA, *Processo...*, pp. 19-20 e NUNO SALAZAR CASANOVA e DAVID SEQUEIRA DINIS, *O Processo...*, p. 18. Cfr. CATARINA SERRA, *Processo...*, pp. 720-721; *Entre o princípio...* pp.86-93; MADALENA PERESTRELO DE OLIVEIRA, *O Processo...*, p. 717. Na jurisprudência, o TRP (Ac. 15-11-12) e o TRG (Ac. 16-05-13) já se pronunciaram no sentido da inexistência de uma análise preliminar dos pressupostos substantivos pelo juiz.

utiliza a expressão *de imediato*. Ademais, uma apreciação liminar do juiz seria um obstáculo ao início do processo, retirando a sua celeridade.

Contudo, entende-se que em casos notórios de utilização indevida do PER deve o juiz intervir, encerrando o processo. Por essa razão é que o art. 17º-E, nº2, utiliza a expressão “caso o juiz nomeie administrador judicial provisório”, indiciando a existência de apreciação pelo juiz.<sup>35</sup> Porém, isto só ocorrerá em casos de clara utilização indevida do processo, não tendo o juiz de averiguar o preenchimento dos requisitos.<sup>36</sup>

Isto, porque a finalidade e natureza do PER pressupõem a celeridade e flexibilidade de um processo, que sendo híbrido, apenas pretende um controlo jurisdicional que não atente contra os valores primordiais do processo que passam pela recuperação do devedor que poderá ser afetada pela morosidade do processo.

Este entendimento abre portas a possíveis utilizações abusivas do PER por devedores que não se encontrem nas situações necessárias, mas que queiram usufruir dos efeitos do processo, principalmente dos efeitos decorrentes do art. 17º-E, nº1 – efeitos *stand still* - que figuram um forte incentivo.

Assim, os devedores em situação de insolvência atual, por exemplo, não estão verdadeiramente excluídos do PER pois, como vimos anteriormente, a comprovação das condições económicas do devedor são feitas pelo próprio, sem a certificação de qualquer entidade independente. Deste modo, o PER acaba por se aplicar a devedores em situação de insolvência atual, sendo tal efeito potenciado pela inexistência, no regime legal, de consequências para a utilização indevida do PER.<sup>37</sup>

---

<sup>35</sup> No sentido de que existe apreciação liminar do juiz *vide* LUÍS M. MARTINS, *Recuperação...* p. 31-32. O AUTOR defende que o “imediato” não deve prejudicar o tempo necessário para o juiz aferir da necessidade de aperfeiçoamento.

<sup>36</sup> Defendendo a recorribilidade do despacho de admissão ao PER *vide* NUNO SALAZAR CASANOVA\DAVID SEQUEIRA DINIS, *O Processo...*, p.41; FÁTIMA REIS SILVA, *Processo...* p.33.

<sup>37</sup> *Vide* MENEZES LEITÃO, *A Responsabilidade...*

Entendemos que a eficácia e imagem do PER seriam melhoradas se o início do processo estivesse dependente não de uma certificação por uma entidade independente, nomeadamente por Técnicos Oficiais de Contas, ou sempre que a lei o exigisse, por Revisores Oficiais de Contas, como, aliás, estava previsto no Anteprojeto do diploma que altera o CIRE, de 24 de Novembro de 2011.<sup>38</sup>

### 3.3. RECLAMAÇÃO DE CRÉDITOS E PERÍODO DE NEGOCIAÇÃO

O início efetivo do PER dá-se com o despacho a que se refere o art. 17º-C, nº3, al. a), no qual o juiz nomea o administrador judicial provisório.<sup>39</sup>

Logo que seja notificado do despacho de nomeação do AJP o devedor convida os credores a participarem nas negociações em curso. Os credores têm 20 dias para reclamarem créditos. Findo o prazo para as reclamações, o AJP elabora, no prazo de cinco dias, uma lista provisória de créditos que se tornará definitiva caso não existam impugnações.<sup>40</sup> Porém, a lista provisória de créditos pode ser impugnada no prazo de cinco dias úteis dispondo, em seguida, o juiz de idêntico prazo para decidir sobre as impugnações formuladas (art. 17º-D, nº3).<sup>41</sup>

O efeito de *stand still*, objeto do presente estudo, ocorre durante a fase de negociações, que é temporalmente delimitada em dois meses, podendo ser prorrogada uma vez por um mês. (cfr. art. 17º-D, nº5).<sup>42/43</sup>

---

<sup>38</sup> No ordenamento jurídico italiano (art. 182bis *Legge Fallimentare*) e no alemão (§ 270b *InsO*) é exigida a certificação por entidades independentes, nomeadamente advogados ou contabilistas.

<sup>39</sup> Sobre o papel do AJP vide JORGE CALVETE, *O papel...*, pp. 59-68;

<sup>40</sup> Parte da doutrina e jurisprudência tende a considerar que se deve aplicar analogicamente o art. 130º. Neste sentido, LUÍS M. MARTINS, *Recuperação...* p.41. Segue este entendimento o TRL, no Ac. de 09-05-2013.

<sup>41</sup> A impugnação da lista provisória será estudada mais aprofundadamente no Capítulo IV, ponto 1.1.1 - A Fase de Reclamação de Créditos Salva-guarda o Direito de Acesso ao Direito e à Tutela Jurisdicional Efetiva? - no decurso da discussão sobre a sujeição das ações declarativas como “ações para cobrança de dívidas”.

<sup>42</sup> Trata-se, assim, de um prazo de caducidade. Neste sentido, o Ac. do TRC, de 21-10-2014. Por sua vez, o inovador Ac. do TRL de 09-12-2014 decidiu que este prazo não tinha natureza perentória: “Tendo sido alcançada a aprovação de um plano de revitalização, pela totalidade dos credores, justificado que foi o prolongamento das negociações, e tendo concorrido para o “atraso” na aprovação do plano de revitalização facto respeitante ao AJP, estranho, portanto, ao próprio processo, é contrário ao espírito da lei e aos objetivos do legislador permitir que, apenas, razões de ordem formal obstem à sua aceitação e, eventual, homologação.”

Durante as negociações os intervenientes devem atuar de acordo com os Princípios Orientadores<sup>44</sup> aprovados pela RCM nº43/2011, de 25 de outubro.<sup>45/46</sup>

“Estes princípios gerais consistem, no fundo, num conjunto de regras a serem seguidas pelas partes, se assim o entenderem, com o objetivo de potenciar o processo negocial iniciado tendo em vista a recuperação de uma empresa, contribuindo para o aumento do número de negociações concluídas com sucesso. Tratam-se, por isso, de princípios orientadores, de adesão voluntária”.<sup>47</sup>

Advertimos, desde já, que o foco do presente estudo - efeito *stand still* – apenas se aplica ao PER negociação pois é durante o período negocial que os preditos efeitos se verificam, ficando o PER homologação presente no art. 17º-I excluído do objeto do presente estudo.<sup>48</sup>

### 3.4. APROVAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DO PLANO<sup>49</sup>

O legislador distingue as situações em que o plano é aprovado por unanimidade, das situações em que tal não ocorre, propondo regimes diferentes.<sup>50</sup>

---

<sup>43</sup> A contagem do prazo inicia-se, segundo o elemento literal do fim do prazo para as impugnações. Neste sentido, o Ac. do TRC de 26-02-2013 e o Ac. do TRP de 19-11-2013.

<sup>44</sup> São inspirados nos princípios instituídos no *Global Statement of Principles for Multi-Creditor Workouts – Insol Principles*, publicados em outubro de 2000.

<sup>45</sup> Cfr. MENEZES CORDEIRO, *O Princípio...*, p.66, a RCM nº43/2011, corresponde à concretização da boa-fé, na dupla dimensão da tutela da confiança e da primazia da materialidade subjacente.

<sup>46</sup> Não se prevê qualquer consequência legal para o incumprimento do estipulado nos Princípios Orientadores. Contudo, deve-se reconhecer que o incumprimento destes pode valorar como causa de não homologação nos termos do artigo 215º. Neste sentido, FÁTIMA REIS SILVA, *Processo Especial de revitalização: questões processuais...*, p.75.

<sup>47</sup> Preâmbulo da RCM nº 43/2011.

<sup>48</sup> Para esclarecimentos e desenvolvimentos sobre o PER homologação encaminhamos para os ensinamentos doutriniais de ANA PRATA/JORGE MORAIS CARVALHO/RUI SIMÕES, *Código...*, pp. 72-74; FÁTIMA REIS SILVA, *Processo...* pp. 77-80; MARIA DO ROSÁRIO EPIFÂNIO, *O Processo...*, pp.91-94.

<sup>49</sup> Sobre este regime vide AMÉLIA SOFIA REBELO, *A aprovação...*, pp. 69-90; ANA PRATA/JORGE MORAIS CARVALHO/RUI SIMÕES, *Código...*, pp. 66-68.

<sup>50</sup> Relativamente à votação do plano de recuperação o art. 17º-F, nº3, alterado pelo art. 4º do DL nº26/2015, de 6 de fevereiro, considerou que já não se aplica o disposto nos art.ºs 211º e 212º, criando um regime autónomo para o PER que não será descrito no presente relatório pela autonomia do tema em relação ao objeto em estudo.



Todavia, independentemente do regime que segue, o plano de recuperação terá de ser homologado para produzir efeitos, aplicando-se, com as necessárias adaptações, as regras vigentes em matéria de aprovação e homologação do plano de insolvência previstas no título IX, em especial o disposto nos art.<sup>os</sup> 215º - a não homologação oficiosa<sup>51</sup> - e 216º - não homologação a solicitação dos interessados.<sup>52</sup> Esta decisão do juiz vincula os credores, mesmo que não hajam participado nas negociações (art. 17º-F, n.º 6).<sup>53</sup>

Os efeitos da não aprovação do plano de recuperação vêm regulados no art. 17º-G, devendo-se aplicar extensivamente a norma aos casos de não homologação do plano de recuperação.<sup>54/55</sup>

### 3.5. EFEITOS

O PER, norteador por uma *ratio* de revitalização do devedor em dificuldade, cria efeitos entre o devedor e os credores durante a fase negocial, com o intuito de reforçar as negociações entre estes para a aprovação de um acordo conducente à recuperação do devedor. Os efeitos referidos prendem-se apenas com os efeitos provenientes do despacho de nomeação do AJP.

---

<sup>51</sup> Cfr. LUÍS MANUEL TELES DE MENEZES LEITÃO, *Direito...* 5ª Ed., p. 293, “violações consideradas menores, que não ponham em causa o interesse do devedor e dos credores afetados não constituirão causa suficiente para que o juiz possa recusar a homologação do plano.”

<sup>52</sup> Cfr. ANA PRATA\JORGE MORAIS CARVALHO\RUI SIMÕES, *Código...*, p.68 “Quanto à recusa de homologação a solicitação dos interessados, trata-se de um corolário direito do princípio da *par conditio creditorum* que informa todo o CIRE.” Comumente designado teste do melhor interesse do credor ou do sócio (*best interest of creditors/shareholders test*). Neste sentido, PAULO DE TARSO DOMINGUES, *O Processo...*, pp. 28-29.

<sup>53</sup> Cfr. ANA PRATA\JORGE MORAIS CARVALHO\RUI SIMÕES, *Código...*, p.68. Neste âmbito, FÁTIMA REIS SILVA, *A Verificação...*, p. 262, expressa que “nem os credores que não constam da lista deixam de ser credores ou de estar abrangidos pelo plano, nem a devedora fica desonerada de para com eles cumprir.”

<sup>54</sup> Neste sentido, MARIA ROSÁRIO EPIFÂNIO, *Manual...*, 5ª Ed, p. 281; PAULO DE TARSO DOMINGUES, *O Processo...*, p. 29. Em sentido contrário RITA MOTA SOARES, *As Consequências...*, pp. 92-95, que conclui que “a interpretação mais correta do objeto do artigo 17º-G restringe a norma às hipóteses de não aprovação do plano mas já não as de não homologação.”

<sup>55</sup> Sobre esta temática veja-se o anexo, caso 4, sobre os efeitos de não homologação do plano de recuperação.

### 3.5.1.EFEITOS SUBSTANTIVOS

O PER pressupõe que os negócios do devedor deverão manter o seu normal *iter*.<sup>56</sup> A única limitação à livre administração do devedor é a exigência de autorização do AJP para a prática de atos de especial relevo, seguindo o disposto no art. 17º-E, nº2.<sup>57</sup>

Esta autorização deve ser requerida e concedida pela forma escrita. O AJP tem cinco dias para responder ao pedido do devedor, prazo este que se justifica pela celeridade que caracteriza o PER. Porém, a falta de resposta do AJP corresponde a declaração de recusa da autorização para a realização do negócio pretendido.

O legislador remete para a qualificação de atos de especial relevo o art. 161º do CIRE, que, no seu nº2, esclarece que para qualificação de um ato como de especial relevo atende-se aos riscos envolvidos e às suas repercussões sobre a tramitação ulterior do processo, às perspectivas de satisfação dos credores da insolvência e à suscetibilidade de recuperação da empresa, apresentando no nº3 uma lista exemplificativa de atos que são considerados como de especial relevo.<sup>58</sup>

Tal facto implica que quando se trate de um ato fora da lista do art. 161º, nº3, o AJP terá que “analisar os atos a praticar numa perspectiva das repercussões que o ato vai ter sobre o procedimento, se o ato é suscetível de frustrar a satisfação dos credores e se o mesmo afeta negativamente ou coloca em causa a recuperação do devedor.”<sup>59</sup>

---

<sup>56</sup> Esta livre administração do devedor é uma das principais singularidades deste regime quando comparado com o processo de insolvência, no qual, a administração dos bens do devedor é encarregue ao administrador de insolvência. Assiste-se, assim, à manutenção do “*debtor in possession*” similarmente à adotada nos outros ordenamentos, designadamente no alemão, na *InsO*, § 270a (2).

<sup>57</sup> Vide anexo, caso 2, no qual se aprofunda este regime.

<sup>58</sup> MARIA ROSÁRIO EPIFÂNIO, *O Processo...*, pp. 35-36 considera infeliz esta remissão para os atos de especial relevo por se tratar de um conceito indeterminado e ser uma disposição pensada para o processo de insolvência, o que, “desprotege claramente os credores”.

<sup>59</sup> LUÍS M. MARTINS, *Recuperação...* p.54, refere ainda que nos casos em que o devedor seja uma empresa o AJP terá que avaliar na “perspetiva do impacto do ato na atividade económica e empresarial do devedor.”

A falta de autorização do AJP comporta a ineficácia do negócio jurídico realizado, sendo suprível por ratificação posterior do AJP (art. 81º, nº6, *ex vi* art. 34º, por remissão do art. 17º-C, nº3, al. a)).<sup>60</sup>

### 3.5.2. EFEITOS PROCESSUAIS

O despacho de nomeação do AJP cria efeitos processuais sobre os processos de insolvência, dispondo o art. 17º-E, nº6, que os processos de insolvência em que anteriormente tenha sido requerida a insolvência do devedor suspendem-se na data de publicação do sobredito despacho, extinguindo-se com a aprovação e homologação do plano de recuperação.<sup>61</sup>

Ainda, em relação aos efeitos processuais, o art. 17º-E, nº1, propicia um período de *stand still* para o devedor em dificuldades, que, fundamentalmente, resulta num período durante o qual o direito de ação dos credores para cobrança dos seus créditos sobre o devedor em PER se encontra limitado.

Esta é uma das mais importantes inovações estabelecidas neste regime, sendo de enorme relevância o seu estudo que será feito num capítulo autónomo – capítulo III - visto ser este o tema central do presente relatório.

## 4. DIREITO SUBSIDIÁRIO

O PER, como já referido, vem regulado nos art.ºs 17º-A a 17º-I do CIRE, não tendo sido previsto, aquando as alterações ao CIRE que instituíram o PER, qual o regime subsidiariamente aplicável. Ao problema acresce a incompletude e deficiente sistematização das disposições para a compreensão de todo o regime que serão oportunamente referidas ao longo do presente estudo.

---

<sup>60</sup> Existem discórdias doutrinárias quanto à consequência da falta de autorização do AJP que serão analisadas no caso 2 do anexo, que respeita à possibilidade de execução de um contrato promessa na decorrência do PER.

<sup>61</sup> Sobre os efeitos do PER nos processos de insolvência, *vide* FÁTIMA REIS SILVA, *Processo...*, pp. 54-55; ISABEL ALEXANDRE, *Efeitos...*, pp. 251-253.

Numa primeira perspetiva, a denominação do processo como especial e a sua inclusão no CIRE parecem indiciar a aplicação subsidiária das disposições relativas ao processo de insolvência ao PER.

Porém, este entendimento não tem sido unânime na doutrina e era até afastado inicialmente pela jurisprudência,<sup>62</sup> o que também se entende, já que na realidade a finalidade e a natureza dos processos é inteiramente distinta.<sup>63</sup> Não obstante, verifica-se um aumento das decisões nas quais os tribunais aplicam as normas do processo de insolvência para resolver questões relacionadas com o PER.<sup>64</sup>

A finalidade do processo de insolvência prende-se com a satisfação dos direitos dos credores ao invés da revitalização do devedor preconizado pelo PER. Seguindo as palavras de MENEZES LEITÃO "esse processo constitui praticamente um excerto com um ADN completamente distinto do que caracteriza o CIRE."<sup>65</sup>

Assim, face à diferenciação do desígnio principal do PER e do processo de insolvência deverá adotar-se uma visão casuística, entendendo que apenas se aplicam as normas do processo de insolvência ao PER nos casos de compatibilização dos valores em causa, ou seja, quando a disposição subsidiária não afronte a natureza e finalidade do PER. Deste modo, não é defensável uma interpretação que aplique genericamente as disposições relativas ao processo de insolvência ao PER. Assim, há que antever alguma cautela, aplicando-se apenas nos casos em que a similaridade dos valores em causa indiciam a pretensa aplicação subsidiária da norma.<sup>66</sup>

---

<sup>62</sup> A jurisprudência decidiu pela não aplicabilidade das normas do processo de insolvência ao PER em relação à possibilidade de verificação ulterior de créditos prevista no CIRE, (Ac. do TRG de 02-05-2013) e em relação ao prazo para reclamação de créditos o Ac. do TRG de 14-02-2013.

<sup>63</sup> Alertando para este facto CATARINA SERRA, *Revitalização...* p. 94, refere que "Dada a diversidade (dos pressupostos e efeitos e, sobretudo, da natureza) de ambos os processos, a aplicação pode levantar várias dificuldades e obrigar a adaptações algo "acrobáticas", para garantir que as remissões fazem sentido ou para evitar que produzam resultados indesejáveis."

<sup>64</sup> Ac. do TRG de 1-10-2013, o Ac. do TRL de 13-05-2014 e o Ac. de 29-10-2013. do TRC.

<sup>65</sup> *A Responsabilidade...*, p. 144.

<sup>66</sup> Cfr. FÁTIMA REIS SILVA, *A Verificação...*, p. 256, "Tal obriga-nos à indagação, quando nos deparamos com uma lacuna, de qual a filosofia e finalidade do instituto da revitalização e se, no caso concreto, tais finalidades e filosofia consentem a aplicação de regras subsidiárias, seja de primeira, seja de segunda linha, de acordo com os ditames do art. 9º do Código Civil."

Entendemos, assim, que apenas as normas gerais do CIRE devem ser subsidiariamente aplicáveis ao PER pela sua inserção sistemática. A aplicação subsidiária das restantes disposições do CIRE requer uma interpretação casuística para salvaguarda da *ratio* do PER, merecendo mais prudência. Em certos casos, aplicar-se-ão, ainda, as normas relativas ao CPC quando as normas do processo de insolvência não resolvam as questões em causa, pela subsidiariedade estabelecida no art. 17º.<sup>67</sup>

Não obstante, serão, ainda, subsidiariamente aplicáveis, as disposições do Código Civil e do Código Comercial.

---

<sup>67</sup> Segue este entendimento, apesar de não demonstrar tanta cautela quanto à aplicação subsidiária das normas relativas ao processo de insolvência, ISABEL ALEXANDRE, *Efeitos...*, p.238. Na jurisprudência, vide o Ac. do TRC de 01-10-2013.

### CAPÍTULO III

#### O EFEITO DE *STAND STILL*

Após a apresentação e contextualização basilares do regime do PER cumpre introduzir o tema elementar do presente estudo que, como referido em pontos anteriores, se prende com o estudo dos efeitos *stand still*.<sup>68</sup>

A denominação destes efeitos como *stand still*, que poderá ser traduzido como “efeito paralisador”, é uma forma de expressar os efeitos decorrentes do art. 17º-E, nº1, sobre o direito de ação dos credores. Assim, este período corresponde à atribuição legal de um “período de graça” ao devedor para que este possa negociar sem ser interrompido por “ações de cobrança de dívidas” que impediriam a sua recuperação.<sup>69</sup>

Sem ingressar em grandes estudos de direito comparado, importa referir que a restrição dos direitos dos credores em defesa da revitalização do devedor parte da influência do regime norte-americano *debtor-friendly*, em detrimento do tradicional *creditor-friendly*.<sup>70</sup>

Deste modo, o PER pretende beneficiar não apenas o devedor como também o tecido económico e, em última medida, o próprio credor, ao permitir que o seu crédito seja efetivamente cumprido, apesar de sujeito a novas condições.<sup>71</sup>

A singularidade e eficácia do PER passam, em grande parte, pela adoção deste “escudo protetor”<sup>72</sup> na medida em que “se os atos de agressão do património do

---

<sup>68</sup> Este regime resulta da influência de vários ordenamentos, maioritariamente da *automatic stay* estabelecida no *Chapter 11, 12, e 13 do Title 11 do U.S. Code* e do regime alemão estabelecido no § 270b, (2), *InsO* introduzida pela lei relativa à reestruturação de empresas - *Gesetz zur weiteren Erleichterung der Sanierung von Unternehmen*. Veja-se, para um estudo aprofundado, GERARD MCCORMACK, *Corporate...*, pp. 19, 78-86.

<sup>69</sup> Na doutrina esta expressão é, também, utilizada por FÁTIMA REIS SILVA, *Processo...*, p. 53 e por PEDRO FERREIRA MALAQUIAS e MIGUEL RODRIGUES LEAL, *A reforma...*, p.105-111. A jurisprudência também tem recorrido a tal expressão para se referir aos efeitos do art. 17º-E, nº1.

<sup>70</sup> Tem-se assistido a uma adoção geral deste modelo nos países europeus, nomeadamente no ordenamento alemão, italiano e, mais recentemente, no espanhol. Para mais desenvolvimentos *vide* VANESA FINCH, *Corporate...*; ALICE BELCHER, *Corporate...*

<sup>71</sup> Como refere CATARINA SERRA, *Entre...*, p.77, “É inegável, porém, o seu fundamento em interesses de natureza pública: entre outros interesses de aparente menor dignidade (a sobrecarga dos tribunais, as despesas derivadas do curso de um processo de insolvência), os interesses ligados à reestruturação de empresas em crise e à recuperação da economia.”

devedor continuassem, estaria provavelmente inviabilizada qualquer possibilidade de condução bem-sucedida de negociações com os credores.”<sup>73</sup> O efeito *stand still*, funciona assim, como um “*balão de oxigênio*”<sup>74</sup> para o devedor em dificuldades, conferindo-lhe um forte poder negocial.

Os efeitos decorrentes do art. 17º-E, nº1, são:

- i. Proibição de instauração de “*ações para cobrança de dívidas*” contra o devedor durante todo o tempo em que perdurarem as negociações;
- ii. Suspensão das “*ações para cobrança de dívidas*”;<sup>75</sup>
- iii. Extinção das “*ações para cobrança de dívidas*” suspensas com a homologação do plano de recuperação quando este não preveja a sua continuação.<sup>76</sup>

A produção dos efeitos presentes no art. 17º-E, nº1, opera *ope legis* com a prolação do despacho de nomeação de AJP, pela remissão imposta ao art. 17º-C, nº3, al. a), não dependendo do requerimento de qualquer interessado.<sup>77</sup>

---

<sup>72</sup> Expressão utilizada por MADALENA PERESTRELO DE OLIVEIRA, *Limites...*, p.45.

<sup>73</sup> ANA PRATA\JORGE MORAIS CARVALHO\RUI SIMÕES, *Código...*, p.64.

<sup>74</sup> Expressão retirada de PEDRO FERREIRA MALAQUIAS e MIGUEL RODRIGUES LEAL, *A Reforma...*, p.105-111. Os AUTORES acrescentam que “*O standstill* é, portanto, verdadeira condição sine qua non para a aplicabilidade prática do PER.”

<sup>75</sup> Esta suspensão corresponde à suspensão da instância nos termos do art. 269º, nº1, al. d), do CPC.

<sup>76</sup> Corresponde à extinção da instância por inutilidade superveniente da lide presente no art. 277º, al. e) do CPC.

<sup>77</sup> Neste sentido, ISABEL ALEXANDRE, *Efeitos Processuais...*, p. 240. “Relativamente aos outros efeitos que estão regulados no art.17º-E,1 e 2 (...), a lei parece imputá-los à prolação do despacho judicial, uma vez que, ao contrário do que sucede em outras disposições, não alude a qualquer notificação ou publicação do despacho.” Seguiu-se, assim, o regime instituído pela *automatic stay* norte-americana que, tal como o nome indica, prescinde de qualquer declaração judicial para a concretização dos efeitos.

## 1. ALCANCE DA EXPRESSÃO “AÇÃO PARA COBRANÇA DE DÍVIDAS”

A falta de clareza do legislador tem causado divergência na delimitação do conceito “ações para cobrança de dívidas” a que o art. 17º-E, nº1, faz referência.<sup>78</sup>

Para os credores é de extrema importância a concretização desta expressão, para que seja claro que diligências poderão ser adotadas durante a pendência do PER, dependendo tal facto da fixação das ações positivadas no âmbito do art. 17º-E, nº1.

Assim, questiona-se qual o alcance que o legislador pretendeu conferir a tal expressão. Será que pretendia abranger apenas as ações executivas como o faz no art. 88º relativamente ao processo de insolvência ou pretendia também referir-se às ações declarativas e às injunções? Qual a solução a adotar quanto aos procedimentos cautelares? Poderá um credor executar extrajudicialmente garantias que detenha sobre um devedor em PER? E, por último, será que existem limites quanto à execução de contratos, nomeadamente quanto a exigências de pagamentos antecipados ou compensações de créditos?

Teria sido mais conveniente se o legislador português tivesse seguido o procedimento do legislador norte-americano, com a previsão de um elenco exemplificativo de ações que o legislador considera abrangidas por tais efeitos.<sup>79</sup>

O recurso ao estudo do direito comparado não é esclarecedor, já que, neste âmbito, têm sido diferentes os regimes aplicáveis nos ordenamentos que mais influenciaram o legislador português.<sup>80</sup> Se por um lado, o legislador norte-americano adotou uma visão extensiva ao incorporar todas as tentativas de

---

<sup>78</sup> Ao longo do presente capítulo será referida a doutrina e jurisprudência que respetivamente sustentam os vários entendimentos, conjuntamente com a argumentação que refletem.

<sup>79</sup> O legislador norte-americano no §362 do *Subchapter IV*, do *Chapter 3*, do *Title 11* do *US Code*, delimita o âmbito de aplicação da norma fornecendo vários exemplos de ações e atos que entende que se consideram abrangidos pela *automatic stay*, fazendo, também, a delimitação negativa da norma, clarificando que alguns procedimentos não estão abrangidos pela norma (v.g. ações especiais de alimentos, processos tributários e a generalidade de processos criminais).

<sup>80</sup> Para uma análise das principais influências do PER *vide* MADALENA PERESTRELO DE OLIVEIRA, *Limites...*



cobrança dos credores, independentemente da natureza ou do caráter jurisdicional da ação, o regime instituído no ordenamento alemão e italiano impõem, apenas, a suspensão das ações executivas,<sup>81</sup> caminho seguido pelo legislador espanhol na alteração à *Ley Concursal* postulada pelo RD 4/2014, de 7 de março.<sup>82</sup>

Assim, a falta de concretização do conceito tem causado uma vaga de incerteza que se alastrou desde a nossa mais ilustre doutrina para a nossa jurisprudência, não sendo claro, até ao momento, quais foram as intenções do legislador e qual o significado que o mesmo pretendia dar à expressão “*ações para cobrança de dívidas*”.

### 1.1. AÇÕES DECLARATIVAS

Neste âmbito, cumpre referir que parte da doutrina e da jurisprudência tem considerado que a expressão “*ação para cobrança de dívidas*” incorpora as ações declarativas destinadas a exigir o cumprimento de um direito de crédito.

Neste sentido, o TRL, no acórdão de 21-11-2013, concluiu que o sentido da expressão “*ações para cobrança de dívidas*” integra tanto as ações declarativas como as ações executivas, referindo que “não se surpreende qualquer distinção entre ações declarativas e executivas instauradas contra o devedor, não devendo também o intérprete distinguir onde o legislador não distinguiu.” O TRL considera que o facto de o art. 17º-E, nº1, referir-se simplesmente a “*ações*” pretendia referir-se a qualquer tipo de ações, independentemente da sua natureza desde que tenha como finalidade cobrar uma dívida, até porque considera que as

---

<sup>81</sup> Cf. art. 182-bis *Legge Fallimentare* que impõe a suspensão das ações executivas e dos processos cautelares (*Dalla data della pubblicazione e per sessanta giorni i creditori per titolo e causa anteriore a tale data non possono iniziare o proseguire azioni cautelari o esecutive sul patrimonio del debitore*). O legislador alemão no §270 (2) *InsO* que remete para §21 (3) proíbe as medidas de execução contra o devedor (*Maßnahmen der Zwangsvollstreckung gegen den Schuldner untersagen oder einstweilen einstellen, soweit nicht unbewegliche Gegenstände betroffen sind*).

<sup>82</sup> Este RD alterou o art. 5º-bis que passou a prever a proibição das execuções judiciais durante o prazo negocial de bens que são necessários para a continuidade de negócios do devedor, sendo suspensas as execuções em vigor. No entanto, esta regra geral consagra três exceções. Para mais desenvolvimentos sobre as alterações ao regime do *acuerdo de refinanciación* ou da *propuesta de convenio anticipada* vide *Jesús Conde Fuentes, El Real Decreto-Ley 4/2014, de 7 de marzo: Refinanciación y reestructuración de deuda empresarial*, pp. 171-182.

ações declarativas são também suscetíveis de comprometer a revitalização do devedor.<sup>83</sup>

Acresce como fundamento para esta linha interpretativa o art. 11º, nº2, do SIREVE, que segundo o TRP no acórdão de 30-09-2013, utiliza a expressão “*ação para cobrança de dívidas*” para se referir tanto a ações executivas como declarativas.<sup>84</sup>

Além da jurisprudência, alguns AUTORES, têm seguido esta interpretação, defendendo que “a paralisação aqui determinada abrange todas as ações para cobrança de dívidas e não apenas as executivas, incluindo-se, assim, as ações declarativas condenatórias.”<sup>85</sup>

No entanto, não partilhamos o entendimento defendido *supra*. No nosso ponto de vista a expressão “*ação para cobrança de dívidas*” tem intrínseca a realização coerciva de um direito, excluindo, o elemento literal, as ações declarativas do âmbito de aplicação da norma.<sup>86</sup> Deste modo, deve-se atender que as ações declarativas (em todas as suas modalidades) não se integram no alcance da expressão “*ação para cobrança de dívidas*”, não sendo assim suspensas ou excluídas ao abrigo do art. 17º-E.<sup>87</sup>

---

<sup>83</sup> Seguem esta interpretação, apesar de alguns considerarem abrangidas apenas as ações declarativas condenatórias o Ac. do TRP de 18-12-2013, de 07-04-2014 e de 17-11-2014, o Ac. de 16-01-2014 do TRE e o TRC no Ac. de 27-02-2014.

<sup>84</sup> O artigo em causa faz referência a ações executivas para pagamento de quantia certa ou outras ações destinadas a exigir o cumprimento de obrigações pecuniárias.

<sup>85</sup> LUÍS A. CARVALHO FERNANDES/ JOÃO LABAREDA, *Código...*, p. 164. Neste sentido LUÍS M. MARTINS, *Recuperação...* p. 51

.; ANA PRATA\JORGE MORAIS CARVALHO\RUI SIMÕES, *Código...*, p. 64; JOÃO AVEIRO PEREIRA, *A Revitalização...*, p. 37.

<sup>86</sup> Cfr. JOSÉ LEBRE DE FREITAS, *A Ação Executiva...*, 2014, p. 12: “Diferentemente da ação declarativa, a ação executiva tem por finalidade a reparação efetiva dum direito violado. Não se trata já de declarar direitos, pré-existentes ou a constituir. Trata-se, sim, de providenciar pela realização coativa de uma prestação devida. Com ela, passa-se da declaração concreta da norma jurídica para a sua atuação prática, mediante o desencadear do mecanismo da garantia.”

<sup>87</sup> Neste sentido, NUNO SALAZAR CASANOVA/ DAVID SEQUEIRA DINIS, *O Processo...* p.99; MARIA DO ROSÁRIO EPIFÂNIO, *O Processo...*, pp. 32-33; ISABEL ALEXANDRE, *Efeitos...*, p. 243, defendem que as ações declarativas não consubstanciam ações para cobrança de dívidas.

Ademais, “o autor de ação declarativa em que invoque a verificação de um crédito sobre outrem só é efetivamente declarado credor caso a ação proceda, existindo sempre a possibilidade de que isso não aconteça.”<sup>88</sup>

Neste sentido, concluiu o acórdão de 11-07-2013 do TRL que a expressão “*para cobrança de dívida*” não abrange as ações declarativas, mesmo que estas visem o cumprimento de uma obrigação pecuniária, porque nessa ação a dívida ainda não foi declarada. Com o prosseguimento da ação fica assegurada a celeridade na definição dos efetivos direitos e o direito constitucional de acesso ao direito e tutela jurisdicional. Assim, “a existência e decurso de uma ação declarativa de condenação em nada prejudica as negociações referidas na lei”.<sup>89</sup>

Deste modo, o elemento teleológico indica-nos que as ações declarativas não são “ações para cobrança de dívidas” já que o reconhecimento de uma dívida não inviabiliza a recuperação do devedor, pois não se prevê uma execução, mas apenas uma fase declarativa do direito que em nada contraria a *ratio* do PER.<sup>90/91</sup>

Os efeitos provenientes do art. 17º-E, nº1, não se esgotam com a suspensão de ações, estando previsto no predito artigo a exclusão das ações suspensas logo que seja aprovado e homologado plano de recuperação que “apenas fará sentido se se reportar às ações executivas que visam assegurar a realização coativa do direito, e não às ações declarativas, na medida em que nelas não se discute o pagamento da dívida, mas apenas a existência da mesma, sendo certo que o plano de

---

<sup>88</sup> Ac do TRC de 27-02-2014.

<sup>89</sup> O Ac. TRL de 11-07-2012 acrescenta, ainda, como argumento que embora o art. 5º do DL nº 218/99, de 15 de junho trate da preposição de ações com natureza declarativa na aceção de ações para cobrança de créditos por cuidados de saúde, este regime era anteriormente regulado no DL nº 194/92, de 8 de setembro que estava associado à cobrança de dívidas que se mostravam consubstanciadas em títulos executivos. “Ou seja, tal referência, só por si, afigura-se patentemente insuficiente para se poder concluir, sem mais, que a expressão “para cobrança de dívida” abrange, necessariamente, ações com natureza declarativa.”

<sup>90</sup> Como bem refere ISABEL ALEXANDRE, *Efeitos...*, p. 246: “atendendo a que se a pendência de uma ação declarativa não pode prejudicar a recuperação do devedor, os obstáculos à sua instauração ou prosseguimento configuram restrição desproporcionada do direito de ação judicial.”

<sup>91</sup> Como referido nas apreciações iniciais sobre o *stand still*, este parece ser o caminho seguido pela maioria dos legisladores europeus, nomeadamente o legislador alemão, italiano e, mais recentemente, o espanhol que parecem também excluir as ações declarativas deste período de suspensão instituído em regimes semelhantes.

recuperação apenas dispõe sobre a forma de pagamento da dívida, tornando inútil o prosseguimento das ações executivas, pois a forma de pagamento passou a ter de ser realizada, de acordo com os termos do plano de recuperação.”<sup>92</sup>

Por fim, são as ações declarativas condenatórias<sup>93</sup> que suscitam maiores dúvidas, pois a ação destina-se a proporcionar ao autor um título executivo que depois possa executar numa ação executiva. Todavia, apesar de condenar o devedor ao pagamento de uma quantia ou de um facto, nesta ação está-se a condenar o devedor, não a executá-lo.<sup>94</sup>

Deste modo, entendemos que também estas ações são uma fase prévia à realização coativa do direito, em que apenas se está a discutir a sua existência, pois “a ação em causa não serve para cobrar a dívida propriamente dita, mas antes para obter o reconhecimento judicial da sua existência e obrigatoriedade de pagamento, no pressuposto que existe controvérsia quanto à mesma”.<sup>95</sup>

Assim, enquanto decorrer o PER não se poderá executar a sentença condenatória (art. 626º do CPC) por consubstanciar indubitavelmente uma “*ação para cobrança de dívidas*”.<sup>96</sup>

Neste âmbito, poder-se-á se entender que tal apreciação viola o princípio da obrigatoriedade das decisões judiciais por permitir ao tribunal que profira uma sentença para depois impedir a sua execução. Contudo, compreendemos que não se está a obviar à obrigatoriedade da decisão, mas apenas a suspender os efeitos

---

<sup>92</sup> Excerto retirado do Ac. de 05-06-2014 do TRL.

<sup>93</sup> “As ações de condenação constituem, desta maneira a forma de tutela jurisdicional civil declarativa dotada de maior eficácia tendo em vista a (ulterior) realização forçada ou coativa da prestação devida.” (Cfr. J.P. REMÉDIO MARQUES, *Ação Declarativa...*, p. 126)

<sup>94</sup> Como refere o TRL no Ac. de 05-06-2014: “Este entendimento encontra o seu fundamento no facto de apenas estar em causa no preceito, a realização coativa do direito, o que não sucede com as ações declarativas que apenas têm por objetivo estabelecer o direito, e nunca o de assegurar a realização coativa do mesmo, o que tão pouco se verifica nas ações de condenação, ainda que em causa esteja a condenação do devedor no pagamento de uma quantia pecuniária, tanto mais que se considera que ação para cobrança de dívida não é equivalente a ação para cumprimento de obrigações pecuniárias.”

<sup>95</sup> NUNO SALAZAR CASANOVA e DUARTE SEQUEIRA DINIS, *O Processo...* p. 100.

<sup>96</sup> JORGE AUGUSTO PAIS DO AMARAL, *Direito...*, 9ª Ed., p. 19, defende que “A distinção entre ações declarativas e ações executivas equivale à diferença entre o simples declarar e executar, entre o dizer e o fazer. No processo declarativo é declarada a vontade concreta da lei, visando o executivo a execução dessa vontade”

da mesma por estar em causa um regime especial cujos propósitos legitimam que o devedor goze de um período no qual não seja afetado por execuções que obstariam a sua recuperação.

Ademais, só esta solução coincide com o espírito do processo. O crédito subjacente à ação executiva suspensa será cumprido em sede do PER e, dessa forma, pago no âmbito do acordado. Significa isto, que a ação será exequível, mas no âmbito do PER. Quando o PER termine sem um acordo aprovado ou homologado ou quando o acordo preveja a continuação desta ação, a ação condenatória não deixará de ser exequível por ter estado em pendência um PER.<sup>97</sup>

Concludentemente, a decisão condenatória continuará a ser obrigatória, mas os seus efeitos terão de se compatibilizar com o regime do PER e com as especiais dificuldades económicas do devedor, que por essa razão urgem a proibição de instauração de ações executivas durante a pendência do processo.

#### **1.1.1. A FASE DE RECLAMAÇÃO DE CRÉDITOS SALVAGUARDA O DIREITO DE ACESSO AO DIREITO E À TUTELA JURISDICIONAL EFETIVA?**

De acordo com o concluído *supra*, a abrangência das ações declarativas como “ações para cobrança de dívidas” configura uma restrição desproporcionada do direito de acesso ao direito e à tutela jurisdicional efetiva.

O respeito por estes direitos, constitucionalmente consagrados, implicam “o direito de obter, em prazo razoável, uma decisão judicial que aprecie, com força de caso julgado, a pretensão regularmente deduzida em juízo, bem como a possibilidade de a fazer executar.”<sup>98/99</sup>

---

<sup>97</sup> A extinção de ações executivas aquando da homologação do plano de recuperação não consubstanciam os problemas referidos no ponto seguinte pois já existe o reconhecimento do direito, não existindo forma de o crédito não ser reconhecido no âmbito do PER.

<sup>98</sup> Art. 20º, nº2 da CRP.

Todavia, de forma a sustentar a suspensão e consequente exclusão das ações declarativas, parte da jurisprudência argumenta que a fase de reclamação e impugnação da lista de créditos assegura o acesso ao direito e à tutela jurisdicional efetiva.

Esta corrente jurisprudencial apoia-se no entendimento proferido pelo STJ, no acórdão uniformizador de jurisprudência nº1/2014, no qual determinou que em relação ao processo de insolvência, as ações declarativas pendentes serão extintas por inutilidade superveniente da lide uma vez transitada em julgado a sentença que declarou a insolvência.

Contudo, este acórdão não surte qualquer efeito quanto ao PER, uma vez que se trata de um regime com relevantes diferenças neste ponto que não permitem uma analogia. Ao contrário do PER, o processo de verificação de créditos no processo de insolvência salvaguarda o contraditório com a admissibilidade de resposta às impugnações e garante os meios processuais necessários à defesa dos interesses dos credores, como veremos de seguida.<sup>100</sup>

Em primeiro plano, no âmbito do PER, a lei apesar de prever a possibilidade de impugnação da lista de créditos, prevê, também, a possibilidade de o plano de recuperação ser aprovado e homologado sem a existência de uma decisão sobre a impugnação (art. 17º-F, nº3<sup>101</sup>), o que indicia, desde logo, a diferença de regimes e a incompatibilidade com os direitos constitucionalmente protegidos em apreço.

Da análise do desenho legal resulta que o conteúdo da decisão das impugnações da lista provisória de créditos não tem força de caso julgado material, sendo a

---

<sup>99</sup> “O direito de acesso ao direito e à tutela jurisdicional efetiva (...) é, ele mesmo, um direito fundamental, constituindo uma garantia imprescindível da proteção de direitos fundamentais, sendo, por isso, inerente à ideia de estado de direito.” J.J. GOMES CANOTILHO\VITAL MOREIRA, *Constituição...*, 2007, vol. I, p. 408. Vide JOSÉ LEBRE DE FREITAS, *Introdução...* pp.99-122.

<sup>100</sup> Vide MARIA JOSÉ COSTEIRA, *Classificação...*, pp. 241-254 e FÁTIMA REIS SILVA, *A Verificação...*, pp. 255-266.

<sup>101</sup> A própria lei mesmo com a alteração preconizada no art. 4º do DL nº 26/2015, de 6 de fevereiro, admite esta possibilidade expressando que “*Sem prejuízo de o juiz poder computar no cálculo das maiorias os créditos que tenham sido impugnados se entender que há probabilidade séria de estes serem reconhecidos*” A decisão sobre as impugnações da lista de créditos não é, em muitos casos, necessária para a aprovação e homologação do plano de recuperação pois esta decisão tem apenas como consequência a definição dos quóruns, conforme argumentaremos no presente ponto.

única forma de assegurar o caráter célere do PER,<sup>102</sup> pois caso contrário teriam de se salvaguardar os controlos garantísticos do processo civil, como ocorre no processo de insolvência, tornando o PER num processo moroso e incapaz de seguir os seus propósitos revitalizadores.<sup>103</sup> O prazo diminuto que o art. 17º-D consagra demonstra que assim é, pois seria impossível que os sobrelotados tribunais conseguissem responder atempadamente (o art. 17º-D, nº 3 estabelece um prazo de 5 dias para a decisão).<sup>104</sup>

Conclui-se em conformidade com os argumentos aduzidos que, no âmbito do PER, o conteúdo da decisão das impugnações do juiz não corresponde a uma sentença de verificação e graduação de créditos, tendo a fase de reclamação de créditos, em sede de PER, como única finalidade o estabelecimento de quóruns de aprovação do plano de recuperação.<sup>105</sup>

Assim, existirão, desde logo, créditos que não terão consistência para serem reconhecidos numa mera reclamação de créditos, tendo em conta os fracos meios de prova admitidos.<sup>106</sup>

---

<sup>102</sup> Neste sentido, o Ac. do TRG de 02-05-2013 sustentando que “a sedimentação dos créditos da requerente tem como finalidade não propriamente a fixação definitiva dos débitos da requerente, mas sim permitir uma rápida tramitação do processo, ou seja, visa as negociações e aprovação do plano e não mais do que isso.”

<sup>103</sup> Neste sentido, MARIA DO ROSÁRIO EPIFÂNIO, *O Processo...*, p. 47: “Parece lícito concluir que a reclamação de créditos em sede de PER tem uma função eminentemente processual, valendo exclusivamente para efeitos do PER, não gozando, assim, de força de caso julgado material (eficácia interna e externa – art. 619º), mas apenas forma (eficácia interna – art. 620º), uma vez que a questão pode ser reposta novamente em sede de processo de insolvência ou de outro processo.” NUNO SALAZAR CASANOVA; DAVID SEQUEIRA DINIS, *O Processo...*, p. 78-79; LUÍS A. CARVALHO FERNANDES e JOÃO LABAREDA, *Código...*, p. 159; FÁTIMA REIS SILVA, *Processo...* p. 45; *A Verificação...*, p. 255.

<sup>104</sup> Assim, contraria-se o estipulado no Ac. do TRP de 05-01-2015 quando defende: “Através deste procedimento, é de considerar que ficou assegurado o direito de acesso do A. ao direito e à tutela jurisdicional efetiva, sendo certo que o prosseguimento dos termos subsequentes da presente ação declarativa até julgamento e eventual procedência iria pôr em causa a *ratio* do procedimento especial de revitalização.”

<sup>105</sup> Cfr JOÃO AVEIRO PEREIRA, *A Revitalização...*, p. 54. “O pragmatismo económico, legislando sob a pressão dos credores internacionais, não autoriza aqui um incidente de verificação de créditos, com resposta às impugnações, pois atenta a natureza urgente do processo, o que importa, nesta fase, é estabelecer um quórum deliberativo.”

<sup>106</sup> Tem-se admitido que a decisão sobre as impugnações não pode passar pela realização de diligências instrutórias, como ocorre no processo de insolvência (art. 139º), devendo o tribunal decidir apenas com base na prova documental, pois dispõe de apenas 5 dias para proferir uma decisão. Neste sentido, MARIA DO ROSÁRIO EPIFÂNIO, *O Processo...*, p. 50; LUÍS A. CARVALHO FERNANDES/ JOÃO LABAREDA, *Código...*, p. 158. Em sentido contrário, ou seja, ao admitir a realização de quaisquer

Refere-se, por fim, que o juiz decide “sobre as impugnações formuladas”, o que indicia a impossibilidade de resposta sobre as impugnações, ao contrário do que ocorre no processo de insolvência (art. 131º).<sup>107</sup> Tais factos - inexistência de efetivo contraditório e restrição dos meios de prova admitidos - não permitem que o direito de acesso aos tribunais e à tutela jurisdicional efetiva fiquem salvaguardados.<sup>108</sup>

No seguimento das conclusões referidas, ao entendermos que as ações declarativas são “ações para cobrança de dívidas”, a ação declarativa com base num crédito litigioso seria suspensa e posteriormente extinta sem existir decisão sobre a causa ou sem, muito provavelmente, ser reconhecida no âmbito do PER. Todavia, a inexistência de caso julgado material possibilitaria a interposição de uma nova ação declarativa pelo credor contra o devedor. Nestes termos, além da violação dos sobreditos direitos constitucionais, releva, ainda, o princípio da economia processual já que os credores serão obrigados a percorrer novamente todo o calvário judicial.<sup>109</sup>

Neste âmbito, importa aferir se o crédito reconhecido nesta nova ação será sujeito às condições de pagamento estabelecidas no plano de recuperação.<sup>110</sup> Para interiorizar este entendimento há que ter em conta que “os créditos que se constituam após o prazo de reclamação de créditos não são atendidos, mas também não são afetados pelo plano.”<sup>111/112</sup> Isto significa que os créditos cuja

---

diligências probatórias, incluindo prova testemunhal vide JOÃO AVEIRO PEREIRA, *A Revitalização...*, p. 55; NUNO SALAZAR CASANOVA/DAVID SEQUEIRA DINIS, *O Processo...* p.78.

<sup>107</sup> Neste sentido, FÁTIMA REIS SILVA, *A Verificação...*, p. 41; JOÃO AVEIRO PEREIRA, *A Revitalização...*, p. 41.

<sup>108</sup> Cfr. GOMES CANOTILHO, *Direito...*, 7ª Ed., pp. 491-500, refere que: “o particular tem o direito fundamental de recorrer aos tribunais para assegurar a defesa dos seus direitos e interesses legalmente protegidos.”

<sup>109</sup> Sobre o princípio da economia processual vide JOSÉ LEBRE DE FREITAS, *Introdução...*, pp. 203-222.

<sup>110</sup> O PER apenas tem força de caso julgado formal, o que significa nas palavras de ANTUNES VARELA/MIGUEL BEZERRA, SAMPAIO E NORA, *Manual...*, 2ª Ed., pp. 703-704, que “tem força obrigatória apenas dentro do processo, obstando a que o juiz possa, na mesma ação, alterar a decisão proferida, mas não impedido que, noutra ação, a mesma questão processual concreta seja decidida em termos diferentes pelo mesmo tribunal, ou por outro entretanto chamado a apreciar a causa”.

<sup>111</sup> NUNO SALAZAR CASANOVA/DAVID SEQUEIRA DINIS, *O Processo...* p.57.



ação declarativa foi extinta e que não foram reconhecidos no âmbito do PER se vierem a ser reconhecidos numa ação interposta após a aprovação e homologação do plano ficam vinculados ao plano de recuperação ou consideram-se extrínsecos ao plano?<sup>113</sup> Para responder claramente à questão há que delimitar a constituição do crédito para estes efeitos, ou seja, confinar a partir de que momento é que o crédito se considera constituído, podendo resultar, desta apreciação, situações muito ambíguas.

Neste âmbito, caso se entenda que este crédito não está vinculado ao plano, tal significa que poderá ser pago na íntegra e sem as condições de pagamento especiais, podendo, desde logo, executar o devedor até obter o valor total da dívida, contabilizando-se todos os juros de mora da dívida vencida. Nos casos em que se afigure um crédito de montante elevado, conduzirá à inviabilização completa do plano, inutilizando todos os esforços negociais.

Por seu turno, mesmo que se entenda que o plano será aplicável a este crédito, levantam-se várias questões que se prendem essencialmente com a compatibilização do estipulado no plano com este crédito que não foi inicialmente previsto e que pode ser reconhecido a meio ou mesmo no fim da execução do plano de recuperação. Mesmo nestes casos seria preferível que as ações declarativas prosseguissem de forma a resolver o litígio o mais atempadamente possível, constando, desde logo, este crédito do plano de recuperação.<sup>114</sup>

---

<sup>112</sup> Sobre a inaplicabilidade do regime da verificação ulterior de créditos ao PER *vide* na jurisprudência o Ac. do TRG, de 02-05-2013 e, na doutrina, FÁTIMA REIS SILVA, *Processo...*, p. 49 e MARIA DO ROSÁRIO EPIFÂNIO, *O Processo...*, pp. 45-46.

<sup>113</sup> BERTHA PARENTE ESTEVES, *Da Aplicação...*, p.274 entende que deve ser dado a tal crédito “o mesmo tratamento previsto no plano de recuperação para os demais créditos da mesma classe, pois, só assim será possível assegurar o correto cumprimento do princípio *par conditio creditorum*”.

<sup>114</sup> Poderá ser arguido como argumento o facto de, mesmo que a ação declarativa prossiga, esta poderá apenas ser resolvida e o crédito ser reconhecido após a fase de reclamação de créditos. Claro que tal pode acontecer e suscitar todas as dúvidas levantadas *supra*. Contudo, não poderá deixar de se entender que existirão muitos casos em que a ação declarativa resolverá a questão atempadamente. A juntar a isto, a ação não será excluída, não desprotegendo os direitos dos credores nem violando o direito fundamental de acesso ao direito e à tutela jurisdicional efetiva e não desprotege, de igual forma, os direitos do devedor.

### 1.1.2 PRESCRIÇÃO

O art. 17º-E, nº1, como referido anteriormente, proíbe a instauração de “ações para cobrança de dívidas”. Ora, da aplicação desta proibição às ações declarativas resultariam situações de prescrição de direitos e caducidade de ações, existindo casos em que seria vedado aos credores o exercício dos seus direitos sobre os devedores, o que poderia pôr em causa quantias patrimoniais não ressarcíveis por outra via.<sup>115</sup>

Mais uma vez acrescem problemas em relação a créditos litigiosos pois, nestes casos, se o devedor não reconhece o crédito em questão, não pendem sobre este os deveres de comunicação a que o art. 17º-D faz referência.<sup>116</sup> Assim, o credor ficaria duplamente impossibilitado de agir.<sup>117</sup> Por um lado não recorreria ao PER pois, na maioria dos casos, não teria conhecimento da sua existência, estando, por outro lado, impedido de interpor uma ação declarativa por via do art. 17º-E, nº1, para que o seu direito não prescreva ou a sua ação não caduque.

O regime erigido no art. 311º do CC estabelece que “o direito para cuja prescrição, bem que só presuntiva, a lei estabelecer um prazo mais curto do que o prazo ordinário fica sujeito a este último, se sobrevier sentença passada em julgado que o reconheça, ou outro título executivo.”

---

<sup>115</sup> Vide sobre o regime da prescrição e da caducidade PEDRO PAIS DE VASCONCELOS, *Teoria*..., pp. 380-393.

<sup>116</sup> Neste sentido, veio-se pronunciar o TRP no Ac. de 18-12-2013 “E nem se esgrima com o disposto no 1º do artigo 17.º -D, nomeadamente com o dever que impende sobre o devedor (...) Será que tal lhe é exigível em relação a uma dívida cuja existência contesta? Será que nesse caso deve convocar um credor cujo crédito não reconhece (ou seja entende que não existe, pois nada lhe deve (...)? A resposta, a nosso ver, é negativa. Desde logo, porque se o fizer está implicitamente a reconhecer a verificação de uma dívida cuja existência, em rigor, não admite. Por outro lado, se o fizer, em nosso entender, tal declaração deve ter implicações na ação declarativa (extinção da mesma por inutilidade superveniente... - vide artigo 287º al e) do CPC), visto que não faz sentido que no PER admita a existência da dívida e na ação declarativa a continue a negar...” A juntar a isto, entende-se que não é possível a impugnação da lista com base na reclamação de créditos não reclamados no prazo legal, o que faz com que se o credor não toma conhecimento da existência do PER no prazo curto de 20 dias para a reclamação de créditos, o seu direito de reclamar o crédito preclui. Neste sentido, FÁTIMA REIS SILVA, *A Verificação*..., pp. 260-261.

<sup>117</sup> Como refere CATARINA SERRA, *Entre*... p. 97: “O que é mais frequente, aliás é o devedor omitir dolosamente o dever porque lhe interessa que o PER seja rapidamente aprovado pelos credores amigos e funcione como um “apagador” de certos créditos.”

Esta disposição corrobora o entendimento seguido, na medida em que mesmo com a suspensão das ações executivas durante a pendência do PER, com a prossecução das ações declarativas o prazo de prescrição é alargado para o prazo ordinário, salvaguardando o direito fundamental de acesso ao direito.

### 1.1.3. SANÇÃO PECUNIÁRIA COMPULSÓRIA

Ressalvo apenas que um dos efeitos automáticos<sup>118</sup> decorrentes da sentença de condenação, nos casos em que tenha sido estipulado judicialmente determinado pagamento em dinheiro corrente, é a aplicação de uma sanção pecuniária compulsória prevista no art. 829º-A do CC, que como refere no seu nº4 consiste na estipulação automática de juros a taxa legal de 5% ao ano desde a data em que a sentença de condenação transitar em julgado, os quais acrescerão aos juros de mora, se estes forem também devidos, ou à indemnização a que houver lugar

Na verdade, o decorrer de uma sanção deste género poderá ter contornos muito custosos para um devedor em dificuldades económico-financeiras cujo pagamento atempado da dívida original já não se afigura fácil.

Porém, tal como o pagamento original da dívida, também o montante devido através da sanção pecuniária pode ser sujeito às condições de pagamento estipuladas do plano de recuperação já que, quanto ao seu conteúdo, vigora o princípio da liberdade de fixação do conteúdo do plano de recuperação.<sup>119/120</sup>

Concludentemente e no seguimento dos argumentos desenvolvidos não posso concordar com a interpretação expelida por parte da doutrina e da jurisprudência quanto à aceção das ações declarativas como ações para cobrança de dívidas no âmbito do art. 17º-E, nº1, que apesar de facilitar a aplicação da lei, não condiz

---

<sup>118</sup> Em relação à automaticidade da sanção pecuniária compulsória *vide* CALVÃO DA SILVA, *Sanção...*, p.101.

<sup>119</sup> *Vide* LUÍS A. CARVALHO FERNANDES e JOÃO LABAREDA, *Código...*, p. 745; PAULO DE TARSO DOMINGUES, *O Processo...*, p. 30.

<sup>120</sup> Do acordo de recuperação pode resultar, por exemplo, que o montante devido da decorrência da sanção pecuniária compulsória será apenas contabilizado se o devedor incumprir as condições do plano de recuperação.

nem serve os pressupostos da mesma por não garantir o direito de acesso ao direito e à tutela jurisdicional efetiva, computando uma restrição injustificada dos direitos dos credores.

## 1.2. AÇÕES EXECUTIVAS<sup>121</sup>

As “ações para cobrança de dívidas” enunciadas no art. 17º-E, nº1, são indubitavelmente ações executivas pela própria natureza coerciva que as caracteriza. Deste modo, resta perceber se estão incluídas nesta expressão todas as modalidades de ações executivas (ação executiva para entrega de coisa certa, ação executiva para prestação de facto e ação executiva para pagamento de quantia certa).

Na ótica de parte da doutrina esta expressão “abrange apenas as ações executivas para pagamento de quantia certa.”<sup>122</sup> Tal interpretação tem por base o argumento de que a expressão “ação para cobrança de dívidas” subentende o cumprimento de obrigações pecuniárias, argumento baseado no art. 11º, nº2, do SIREVE que delimita expressamente os efeitos às *ações executivas para pagamento de quantia certa* ou outras ações destinadas a exigir o cumprimento de obrigações pecuniárias.<sup>123</sup>

Para interpretação da expressão em causa há que destringer-la em vários vetores que nos permitam entender e interpretar o seu real significado. A expressão evidencia-nos que se tratam de ações para cobrança de *dívidas*. A resposta à

---

<sup>121</sup> As execuções de natureza fiscal (meio processual adequado para proceder à cobrança coerciva das dívidas do Estado - taxas, impostos, demais contribuições financeiras, coimas e outras sanções em dinheiro devidas ao Estado ou a outras pessoas de direito público) não terão tratamento autónomo e especificado. Porém, aplicam-se, com as necessárias adaptações, as conclusões e argumentos aduzidos no presente capítulo.

<sup>122</sup> NUNO SALAZAR CASANOVA E DAVID SEQUEIRA DINIS, *O Processo...* p. 97. No mesmo sentido, ISABEL ALEXANDRE, *Efeitos...*, p.246; JOÃO AVEIRO PEREIRA, *A Revitalização...*, p. 37. Na jurisprudência, o Ac. TRC de 03-03-2015.

<sup>123</sup> Cfr. LEBRE DE FREITAS, *A Ação Executiva...*, p. 179 “Tal não evita que os processos de execução para entrega de coisa certa (art. 867º) e para prestação de facto (art. 869º) se possam converter em processos de execução para pagamento de quantia certa, visando o pagamento de uma indemnização ao exequente; e, quanto ao segundo, quando não haja conversão, o devedor é executado pela quantia necessária ao custeamento da prestação de facto a efetuar por outrem (art. 870º).”

questão intrínseca no presente capítulo dependerá da concretização desta expressão.

Segundo ANA PRATA designa-se por dívida “o lado passivo da relação obrigacional.” Como refere a AUTORA apesar de na linguagem corrente se utilizar frequentemente esta expressão como sinónimo de prestação em dinheiro, “a prestação não tem de ter um valor pecuniário, mas tem de corresponder a um interesse juridicamente relevante do credor.”<sup>124/125</sup>

Assim, o argumento de que a expressão “*ações para cobrança de dívidas*” tem em vista a cobrança de quantias pecuniárias não prevalece, pois a interpretação literal conduz-nos a ações que visem a cobrança de uma *dívida*, não tecendo distinções quanto à natureza desta.<sup>126</sup> A única limitação imposta ao conceito de dívida é a existência de um interesse relevante do credor pois se “a dívida for constituída por uma prestação irrisória, o direito não lhe atribui proteção, não existindo consequentemente relação obrigacional.”<sup>127</sup>

Deste modo, o incumprimento de uma obrigação de prestação de serviços poderá consubstanciar uma dívida, podendo essa dívida ser cobrada numa ação. Deixar fora do âmbito do art. 17º-E, nº1, as ações para execução de facto e as ações para execução de coisa certa não é a interpretação mais acertada, na medida em que em última análise, a *ratio* do PER passa pela recuperação do devedor, que pode ser impossibilitada por ações executivas desta natureza.<sup>128</sup>

Assim, a expressão “*ações para cobrança de dívidas*” integra obrigações pecuniárias, obrigações de prestação de coisa ou obrigações de prestação de facto.

---

<sup>124</sup> Cfr. art. 398º, nº2 do CC.

<sup>125</sup> *Dicionário Jurídico*, 3ª Ed. p. 214. Neste sentido, ANTUNES VARELA, *Das Obrigações...*, vol. I, 10ªEd., p. 63-64, entende que a dívida corresponde ao lado passivo de uma obrigação, ou seja, o dever de realizar uma prestação.

<sup>126</sup> Neste sentido, pronunciou-se o TRP no Ac. de 18-12-2013 “Desde logo, porque, a nosso ver, salvo melhor opinião, uma ação para cobrança de dívida não equivale, nem é sinónimo, de uma ação para cumprimento de obrigações pecuniárias

<sup>127</sup> ANA PRATA, *Dicionário Jurídico*, 3ª Ed., p. 214.

<sup>128</sup> Cfr. MARIA DO ROSÁRIO EPIFÂNIO, *O Processo...*, p. 34, “o objetivo da paralisação das ações executivas será seriamente comprometido perante outro entendimento.”

Parte da doutrina dá, ainda, como argumento para a exclusão das ações executivas para entrega de coisa certa e para prestação de facto do âmbito do art. 17º-E, nº1, “a constatação de que o legislador pretendeu conferir âmbitos de aplicação distinto aos artigos 17º-E, nº1, e 88º.”<sup>129</sup>

Apesar de entendermos que o legislador pretendeu conferir, nas sobreditas normas, diferentes âmbitos de aplicação, em relação às ações executivas o âmbito de aplicação dos artigos é igual, aplicando-se a todas as modalidades das ações executivas.<sup>130</sup>

Conclui-se, assim, que quando a lei alude à expressão “*ações para cobrança de dívidas*” fá-lo em sentido amplo pois, em bom rigor jurídico, todas as ações executivas computam a cobrança de uma dívida, não podendo concordar com a interpretação restrita de parte da doutrina. O art. 17º-E, nº1, integra todas as ações executivas – ação executiva para entrega de coisa certa, ação executiva para entrega de quantia certa e ação executiva para prestação de facto, quer positivo quer negativo - pois todas são suscetíveis de inviabilizar a finalidade do PER, não se encontrando nenhuma referência na lei no sentido de se tratar apenas de ações de cobrança de obrigações pecuniárias.<sup>131</sup>

Assim deve-se considerar que também os processos executivos especiais estão, na sua generalidade, sujeitos aos efeitos decorrentes do art. 17º-E, nº1.<sup>132</sup>

Cumprе, ainda, dizer que o disposto no art. 17º-E, nº1, produz efeitos automáticos com a prolação do despacho de nomeação do AJP, não dependendo de requerimento de qualquer interessado, mas só será efetivamente concretizado

<sup>129</sup> NUNO SALAZAR CASANOVA; DAVID SEQUEIRA DINIS, *O Processo...* p. 103.

<sup>130</sup> Esta confrontação do âmbito de aplicação das normas será retomado em mais detalhe no ponto 1.5 do presente capítulo relativo às providências cautelares.

<sup>131</sup> No mesmo sentido, MARIA DO ROSÁRIO EPIFÂNIO, *O Processo...*, pp. 33-34; MADALENA PERESTRELO DE OLIVEIRA, *O Processo...*, pp. 718-719.

<sup>132</sup> Partilhamos a opinião de ISABEL ALEXANDRE, *Efeitos...*, p. 246, quando aplica o regime erigido no art. 93º do CIRE analogicamente ao PER, entendendo que a regra geral da proibição de instauração de ações deve estender-se-á à execução especial por alimentos (art. 933º do CPC), sendo o devedor em PER o último dos obrigados a alimentos nos termos do art. 2009º do CC. Sobre os Processos Executivos Especiais (Execução por custas, execução por alimentos e execução para venda de navio abandonado) veja-se FERNANDO AMÂNCIO FERREIRA, *Curso...*, 497-504.

quando o tribunal onde pende a ação tenha conhecimento do facto suspensivo<sup>133</sup>. Assim, o estipulado no art. 793º do CPC não consagra um *efeito necessário* como o que decorre do art. 17º-E, nº1, mas meramente um *efeito possível*.<sup>134</sup>

Por fim, cumpre ressaltar que a prática de atos em processos executivos suspensos durante o período de *stand still*, que pela sua natureza, conforme atestamos, deveriam estar suspensos, importa a nulidade, nos termos gerais, de tais atos.<sup>135/136</sup>

Em relação à proposição de ações executivas durante o período de *stand still* a consequência é a absolvição de instância com base numa exceção dilatória inominada.<sup>137/138</sup>

---

<sup>133</sup> É duvidoso se nos casos em que o devedor não comunique ao tribunal a decorrência de um PER, infringindo o dever de cooperação e lealdade a que está adstrito, pode vir depois arguir a nulidade da sentença decretada após o despacho de nomeação do AJP. Neste sentido, *vide* Ac. do TRG de 30-05-2013.

<sup>134</sup> O art. 793º do CPC permite a suspensão da execução antes mesmo do despacho de nomeação do AJP quando qualquer credor, a fim de impedir os pagamentos, mostre que foi requerido um PER. Apesar de a epígrafe - “*Suspensão da execução nos casos de insolvência*” – tratar especificamente os casos de insolvência, tal disposição pode ser aplicada nos casos de suspensão das ações no âmbito do PER por duas ordens de razão: em primeiro plano, a letra da lei faz referência às situações em que for requerida a recuperação de empresa, incluindo-se neste caso o PER. Por outro lado, a interpretação subsidiária do regime ao PER justifica-se neste caso pela similaridade das situações e das soluções consagradas no art. 17º-E, nº1, e no art. 88º.

<sup>135</sup> No mesmo sentido, LUÍS M. MARTINS, *Recuperação...* p. 52; LUÍS A. CARVALHO FERNANDES\JOÃO LABAREDA, *Código...*, p. 165.

<sup>136</sup> Veja-se o caso 5 dos anexos que exemplifica uma penhora que deverá ser nula por vigorar durante o período de *stand still*.

<sup>137</sup> Cfr. ISABEL ALEXANDRE, *Efeitos...*, p. 248. Na jurisprudência, o TRP no Ac. de 7-04-2014 refere que deve ser absolvida a instância com base em exceção dilatória inominada.

<sup>138</sup> No direito norte-americano o §362, al. k), do *Subchapter IV, Chapter 3, Title 11* do *Us Code* prevê a responsabilidade civil dos credores que violem a *automatic stay*.

### 1.3. PROCEDIMENTO DE INJUNÇÃO<sup>139</sup>

A injunção é um procedimento especial que consta do DL n° 269/98, de 1 de setembro<sup>140</sup> que se destina a proporcionar ao devedor meios céleres e eficazes para reclamar a sua dívida quando esta seja de valor inferior ou igual a quinze mil euros ou nos casos em que resulte de uma transação comercial,<sup>141</sup> correspondendo a “um processo pré-judicial tendente à criação de um título executivo extrajudicial na sequência de uma notificação para pagamento.”<sup>142</sup>

Em termos materiais, a injunção visa declarar um direito, permitindo ao credor obter um título executivo sem que para tal tenha de recorrer às ações declarativas.<sup>143</sup> Através do título executivo, pode o credor recorrer a um processo executivo com vista à recuperação dos seus créditos.<sup>144</sup>

Em concordância com a aplicação da fundamentação explanada no capítulo referente às ações declarativas, o procedimento de injunção, em si, não é passível de inviabilizar a situação económica do devedor. Isso só ocorrerá na fase seguinte ao procedimento de injunção, ou seja, na fase executiva. Nesta fase, o

---

<sup>139</sup> Aplicam-se, com as necessárias adaptações, as conclusões produzidas neste capítulo aos Procedimentos do Direito Comunitário, nomeadamente ao Procedimento Europeu de Injunção de Pagamento estabelecido no Reg. (CE) n° 1896/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de dezembro de 2006; (sobre as especificidades deste regime *vide* JOSÉ HENRIQUE DELGADO DE CARVALHO, *Ação...* pp. 240-259; EDGAR VALLES, *Cobrança*, pp. 135-138.) ao Título Executivo Para Créditos Não Contestados instituído no Reg. (CE) n°805/2004, do Parlamento Europeu e do Conselho de 21 de abril de 2004; e ao Processo Europeu para Ações de Pequeno Montante. Sobre as especificidades destes procedimentos *vide* JOSÉ LEBRE DE FREITAS, *A Ação Declarativa*, pp. 356-361.

<sup>140</sup> Este diploma já sofreu várias alterações, sendo a mais recente a imposta pelo DL n.º 226/2008, de 20 de novembro.

<sup>141</sup> O DL n° 32/2003, de 17 de fevereiro veio, entre o mais, alargar a possibilidade de recurso às injunções a todos os pagamentos efetuados como remuneração de transações comerciais, definindo no art. 3º “transação comercial” como “qualquer transação entre empresas ou entre empresas e entidades públicas, qualquer que seja a respetiva natureza, forma ou designação, que dê origem ao fornecimento de mercadorias ou à prestação de serviços contra uma remuneração.”

<sup>142</sup> É como explica, de uma forma simples, a CÂMARA DOS SOLICITADORES, *Os Procedimentos...Para mais desenvolvimentos sobre o procedimento de injunção vide* EDGAR VALLES, *Cobrança...*, pp.33-42; FERNANDO AMÂNCIO FERREIRA, *Curso*, p. 54-64.

<sup>143</sup> Dispõe este art., no seu n°1: “Se, depois de notificado, o requerido não deduzir oposição, o secretário aporá no requerimento de injunção a seguinte fórmula: Este documento tem força executiva.” Nos casos em que é deduzida oposição ou em que se frustra a notificação do requerido, o processo converte-se numa ação judicial, passando a ser conduzido pelo juiz.

<sup>144</sup> Como dispõe o art. 21.º, n°1, do DL n°269/98, de 1 de setembro, “a execução fundada em requerimento de injunção segue, com as necessárias adaptações, a forma de processo comum.”



processo terá de ser suspenso enquanto vigorar o PER pois as ações executivas consubstanciam ações para cobrança de dívidas.<sup>145</sup>

Nesta medida, expressando opinião contrária à defendida por LUÍS M. MARTINS,<sup>146</sup> deve entender-se que as injunções não se encontram abrangidas pelo regime estipulado no art. 17º-E, nº1.

Cumpre ainda referir que, no caso particular das injunções, acrescenta-se o facto de o art. 17º-E, nº1, produzir efeitos sobre as “*ações para cobrança de dívida*”. O procedimento de injunção é um procedimento de natureza eminentemente administrativa, tramitada por um secretário judicial e não uma ação, estando por isso, também, formalmente excluído do âmbito de aplicação da norma.

Os argumentos e conclusões reiterados na análise do procedimento de injunção aplicam-se, com as necessárias adaptações, à Ação Declarativa Especial para Cumprimento de Obrigações Pecuniárias Emergentes de Contratos regulada no mesmo diploma, ao Procedimento Extrajudicial Pré-executivo<sup>147</sup> fundado na Lei

---

<sup>145</sup> Neste sentido, *vide* o já citado Ac. do TRL de 11-07-2013 que considerou que o procedimento de injunção não consubstancia uma ação para cobrança de dívida, fazendo um paralelismo de situações e utilizando os mesmos fundamentos utilizados no caso das ações declarativas.

<sup>146</sup> *Recuperação...*, p.51.

<sup>147</sup> Nos termos do art. 1º do predito diploma “O procedimento extrajudicial pré-executivo é um procedimento de natureza facultativa que se destina, entre outras finalidades expressamente previstas na presente lei, à identificação de bens penhoráveis através da disponibilização de informação e consulta às bases de dados de acesso direto eletrónico.” Na maioria dos casos o que se pretende é a obtenção de uma certidão por exigência da administração fiscal atestando que o exequente nada recebera em virtude de não lhe terem sido encontrados bens suscetíveis de penhora. O escopo deste processo não ofende os pressupostos do PER, aplicando-se a suspensão por força do art. 17º-E, nº1, após a convalidação do procedimento em processo de execução, nos termos do art. 11º, nº1, al. a). Para mais desenvolvimentos *vide* JOSÉ HENRIQUE DELGADO DE CARVALHO, *Ação...*, pp. 309-332.

nº 32/2014, de 30 de maio e ao Procedimento Especial de Despejo<sup>148</sup> instituído pela Lei nº 31/2012, de 14 de Agosto.<sup>149</sup>

Por fim, aplicar-se-ão, ainda, os argumentos aduzidos às convenções de mediação e de arbitragem que não se incluem no âmbito de aplicação do normativo em causa (art. 17º-E, nº1) pois apesar de os acordos poderem ter força executória aplica-se o discurso desenvolvido até então que estabelece como ditame a possibilidade de obtenção de títulos executivos.<sup>150</sup> O que o postulado no art. 17º-E, nº1, proíbe é a instauração da ação executiva respetiva durante a pendência do PER em virtude de ser uma “*ação para cobrança de dívidas*”.<sup>151</sup>

#### 1.4. PROVIDÊNCIAS CAUTELARES

No seguimento das conclusões aduzidas nos pontos anteriores, ressalta a questão de saber se as providências cautelares são consideradas “*ações para cobrança de dívidas*” na aceção do art. 17º-E, nº1, ficando sujeitas aos efeitos decorrentes do dispositivo legal.

---

<sup>148</sup> O Procedimento Especial de Despejo consiste num meio processual que se destina a efetivar a cessação do arrendamento, independentemente do fim a que se destina, quando o arrendatário não desocupe o locado na data prevista na lei ou na data fixada por convenção entre as partes. Apesar de poder comportar uma fase tendente à desocupação do locado, este é um processo extrajudicial, não é uma ação, não se inserido no âmbito de aplicação do art. 17º-E, nº1. O devedor poderá sempre defender-se opondo-se à pretensão no prazo de 15 dias a contar da sua notificação, nos termos do art. 15º-F. O art. 15º-J, nº5, refere que “o título para desocupação do locado, quando tenha sido efetuado o pedido de pagamento das rendas, encargos ou despesas em atraso, e a decisão judicial que condene o requerido no pagamento daqueles constituem título executivo para pagamento de quantia certa”, suspendendo-se a ação quando tal ocorra por consubstanciar uma ação para cobrança de dívidas.

<sup>149</sup> A nível doutrinário, ISABEL ALEXANDRE, *Efeitos...*, p.242, refere que o legislador português faz apenas referência a ações judiciais, ao contrário do que ocorre com o legislador norte-americano, no qual a *automatic stay* além das ações judiciais, também “implica a paralisação de outros procedimentos contra o devedor, como por exemplo despejos extrajudiciais.”

<sup>150</sup> Tais conclusões resultam do art. 9º da Lei nº 20/2013, de 19 de abril, que regula a mediação em Portugal e da Lei nº 63/2010, de 14 de dezembro que aprova a lei da arbitragem voluntária e estabelece que os tribunais arbitrais não têm competência executiva nem em relação à sentença arbitral, nem em relação às providências cautelares. Para mais desenvolvimentos *vide* MARIANA FRANÇA GOUVEIA, *Curso...*; JOSÉ LEBRE DE FREITAS, *Algumas...*; MANUEL PEREIRA BARROCAS, *Manual...*,

<sup>151</sup> Os desenvolvimentos tecidos no presente ponto aplicam-se a todas as formas de resolução alternativa de litígios.

O elemento literal conduz-nos à exclusão das providências cautelares do âmbito do art. 17º-E, nº1, pois a única referência legal prende-se com a expressão “*ações para cobrança de dívidas*”, não sendo, uma providência cautelar, uma ação.

Todavia, existe doutrina que interpreta extensivamente o preceito, acabando por concluir que a suspensão do predito artigo abrange “quaisquer diligências ou providências que atinjam os bens do devedor (exemplo: medidas cautelares, penhoras, pagamentos ao exequente, etc.).<sup>152</sup> Este entendimento resulta, também, da aplicação subsidiária do art. 88º relativo ao processo de insolvência, do qual resulta que “a declaração de insolvência determina a suspensão de quaisquer diligências executivas ou *providências requeridas* pelos credores da insolvência que atinjam os bens integrantes da massa insolvente”.

Neste âmbito cumpre, também, referir que rejeitamos a aplicação subsidiária do art. 88º ao art- 17º-E, nº1. Isto, porque, o PER é um processo autónomo do processo de insolvência, aplicando-se subsidiariamente as disposições relativas ao processo de insolvência apenas quando não exista uma norma no âmbito do PER que regule a situação em causa, e apenas quando a norma em causa salvguarde os pressupostos e a *ratio* do PER.<sup>153</sup> Assim, existindo uma norma que consagra especificamente o regime aplicável ao PER – art. 17º-E, nº1, - não deve o intérprete aplicar subsidiariamente uma norma do processo de insolvência.

Ao invés da aplicação subsidiária, a distinção dos preceitos deve potenciar uma interpretação conforme a tal disparidade, não devendo ser ignorada pelo intérprete já que ambas as normas constam do CIRE, não tendo, por isso, o legislador como desconhecer o conteúdo do art. 88º. Deste modo, deve-se entender que as providências foram retiradas propositadamente do art. 17º-E, não devendo por isso ser sujeitas a este regime.

---

<sup>152</sup> LUÍS M. MARTINS, *Recuperação*..., p. 53. Neste sentido, LUÍS MENEZES LEITÃO, *Direito*.... 5ª Ed., 2013, p. 158; LUÍS A. CARVALHO FERNANDES/JOÃO LABAREDA, *Código*..., pp.164-165.

<sup>153</sup> Tendo em conta as considerações feitas em torno da aplicação subsidiária das disposições do processo de insolvência ao PER constantes no capítulo II, ponto 1.2.

Aliado ao argumento literal, não se pode entender que as providências cautelares tenham como finalidade cobrar uma dívida. A proposição de providências cautelares visa, apenas, evitar a lesão grave proveniente da demora da tutela.<sup>154</sup>

Na realidade, durante a fase negocial do PER, os credores estão impedidos de propor ações executivas contra o devedor, mas não vem prevista a suspensão do exercício de quaisquer direitos protetores de créditos, qualquer que seja a sua natureza e âmbito. Deste modo, deve-se entender que os credores podem acionar os meios preventivos de tutela dos seus direitos, verificados que estejam os seus requisitos.

Assim, em correspondência ao elemento literal não restam dúvidas que as providências cautelares não são “ações para cobrança de dívidas”. Mas, em termos materiais a resposta não é assim tão clara. O facto de o devedor não dispor livremente dos bens não impede a gestão normal da sua atividade económica e não obsta a finalidade do PER?<sup>155</sup> E, quanto às providências cautelares com decisão definitiva do litígio?

Efetivamente, a resposta não deverá ser dada de forma genérica, devendo, ao invés ser construída casuisticamente e atendendo ao tipo de providência em causa e, bem assim, aos fundamentos concretos invocados por cada uma das partes interessadas, tendo sempre por base o princípio de que o primordial escopo do PER não será, como sucede no processo de insolvência, a satisfação dos interesses dos credores, mas sim a revitalização do devedor. Assim, quando o juiz anteveja que do decretamento resulte a insusceptibilidade de recuperação do devedor, deverá recusá-la, sob pena de contrariar e inutilizar todos os esforços de revitalização.

---

<sup>154</sup> “A função específica deste tipo de atividade jurisdicional consiste em prevenir os perigos que, antes da propositura de uma ação ou durante o tempo em que esta se encontra pendente, possam comprometer os seus resultados, regular provisoriamente o conflito de interesses até ser lograda a composição definitiva, ou, inclusivamente, em antecipar a realização dos efeitos jurídicos e do direito que previsivelmente poderá vir a ser reconhecido na ação.” (Cfr. J. P. REMÉDIO MARQUES, *Ação Declarativa...*, 2ª Ed., p. 138).

<sup>155</sup> O arresto que tenha como objeto bens imprescindíveis à possibilidade de recuperação do devedor não contrariam a *ratio* do PER?

Por seu turno, excluir genericamente qualquer providência cautelar configuraria uma violação do direito de acesso ao direito e à tutela jurisdicional efetiva.<sup>156</sup> Quando um credor se encontre na situação descrita no art. 362º do CPC, não se vê razão suficiente para que os credores não acautelem os seus direitos pelos mecanismos que a lei dispõe.

A solução que melhor protege os interesses em causa está dependente de uma ponderação casuística que deve ser feita pelo juiz, devendo este apenas decretar a providência quando “se mostre suficientemente fundado o receio da sua lesão”<sup>157</sup>. A este nível, releva, ainda, o art. 368º, nº2, do CPC, de onde resulta que o juiz deve recusar o decretamento da providência quando desta resultem danos que excedem consideravelmente os danos que o requerente pretende evitar. Entende-se, assim, que o juiz deve ponderar qual a melhor forma de salvaguardar os interesses em causa – por um lado, assegurar os direitos do credor ou por outro garantir a recuperação do devedor. A par disto conote-se que os danos se repercutirão para todos os credores do devedor provenientes do término do PER e da eventual, e quase inevitável, insolvência<sup>158</sup>.

No presente estudo, é importante a distinção das providências cautelares quanto à sua finalidade porque tanto a doutrina como a jurisprudência tem admitido diferentes soluções, quanto à inclusão de procedimentos cautelares como “*ações para cobrança de dívidas*” no âmbito do art. 17º-E, nº1, consoante estejam em causa procedimentos cautelares antecipatórios ou conservatórios.

#### **1.4.1. PROVIDÊNCIAS CAUTELARES CONSERVATÓRIAS**

O decretamento de providências cautelares conservatórias não consubstancia uma “*ação para cobranças de dívidas*” pois não se pretende realizar

---

<sup>156</sup> Sobre este ponto relevam as considerações feitas no capítulo referente às ações declarativas.

<sup>157</sup> Cfr. art. 368º, nº1 do CPC.

<sup>158</sup> Tem relevância neste ponto o papel social do PER: “um dos principais objetivos de política económica do XIX Governo Constitucional consiste na criação de apoios e incentivos à reestruturação e revitalização do tecido empresarial, dadas as externalidades positivas que promove.” (Cfr. RCM nº 11/2012).

coativamente o direito, mas sim “assegurar a permanência da situação existente à época em que o conflito de interesses foi desencadeado ou quando se verificou a situação de *periculum in mora*.”<sup>159</sup>

Deste modo, as providências cautelares de conservação não consubstanciam “ações para cobrança de dívidas” e não perigam, à partida, a suscetibilidade de recuperação do devedor na medida em que o que se pretende é conservar os bens para que o credor não perca a sua garantia patrimonial.

Não obstante, as providências cautelares conservatórias não deixam de “acarretar uma grande ingerência na esfera jurídica do requerido, desde logo pelo facto de implicarem a privação da livre disposição dos bens apreendidos.”<sup>160</sup>

Assim, o facto de o devedor estar em PER obriga o juiz a ponderar os interesses e as repercussões do decretamento da providência em causa, podendo existir casos em que o juiz entenda que um arresto,<sup>161</sup> por exemplo, invalidará qualquer possibilidade de recuperação do devedor, recusando o seu decretamento. Assim, aplica-se às providências cautelares conservatórias o defendido *supra* pois há-que reconhecer que existem situações limite que, por essa razão, são merecedoras de tutela.<sup>162</sup>

#### 1.4.2. PROVIDÊNCIAS CAUTELARES ANTECIPATÓRIAS

As providências cautelares antecipatórias pretendem obter antecipadamente os efeitos que irão previsivelmente decorrer da ação principal.

<sup>159</sup> Cfr. J. P. REMÉDIO MARQUES, *Ação declarativa...*, p. 163.

<sup>160</sup> MARCO CARVALHO GONÇALVES, *Providências...*, p. 96. Acrescenta o AUTOR que “a providência cautelar ganha características do processo executivo (...) que culmina com a obtenção de um título executivo provisório que visa tão-só a garantia do direito do requerente e não também a sua satisfação.”

<sup>161</sup> “O arresto consiste assim na apreensão, por parte de um agente de execução, de bens (penhoráveis) do devedor ou de bens que foram por este transmitidos a um terceiro (artigos 407º/2 e 619º/2 do Código Civil). Este procedimento é normalmente promovido na dependência de uma ação condenatória.” (Cfr. J. P. REMÉDIO MARQUES, *Ação Declarativa...*, p. 164). Sobre o arresto *vide* SALVADOR DA COSTA, *O Concurso...*, pp.7-15.

<sup>162</sup> ISABEL ALEXANDRE, *Efeitos...*, p. 247, entende que quanto aos arrestos e arrolamentos parece que a proibição de instauração ainda os abrange por analogia ao processo de insolvência. Rejeitamos tal interpretação, tal como rejeitamos a aplicação subsidiária do art. 88º ao PER como defendido *supra*.

Existe, assim, uma corrente doutrinária e jurisprudencial que tem entendido que apenas os procedimentos cautelares antecipatórios se integram na visão do art. 17º-E, nº1, quando antecipem os efeitos de uma ação que pela sua natureza seja uma “*ação para cobrança de dívidas*”.

Em matéria cautelar, a Lei nº 4/2013, de 26 de junho, que instituiu o denominado Novo Código de Processo Civil, implementou a inversão do contraditório, conduzindo a que a providência decretada se consolide como definitiva composição do litígio, nos casos em que a matéria adquirida no procedimento permita ao juiz formar convicção segura acerca da existência do direito acautelado e se a natureza da providência decretada for adequada a realizar a composição definitiva do litígio.<sup>163</sup> Assim, nos casos em que o requerido não impugne, através da propositura de ação principal, a existência do direito acautelado, seguindo o regime consagrado no art. 371º do CPC, a providência forma caso julgado material.<sup>164</sup>

O DL nº 149/95, de 24 de julho, referente ao regime jurídico do contrato de locação financeira, consagra no seu art. 21º uma providência de entrega judicial que revela uma evidente demonstração do efeito antecipatório fomentado pelas medidas cautelares. Em relação a este regime específico, o TRL nos acórdãos de 31-10-2013<sup>165</sup> e de 21-11-2013 incluiu as providências cautelares antecipatórias na previsão do art. 17º-E, nº1, pois entendeu que “comportando o procedimento cautelar ainda um juízo definitivo sobre a causa principal, tem o mesmo também

---

<sup>163</sup> Deste modo, o campo privilegiado de aplicação da inversão do contencioso é o das providências cautelares antecipatórias, ou seja, a viabilidade prática desse regime “depende da circunstância de a tutela que é solicitada na providência cautelar poder ser obtida como tutela definitiva numa ação declarativa.” (Cfr. MARCO CARVALHO GONÇALVES, *Providências...*, p. 166).

<sup>164</sup> De acordo com o art. 376º, nº4, o regime de inversão do contencioso é aplicável, à restituição provisória da posse, à suspensão de deliberações sociais, aos alimentos provisórios, ao embargo de obra nova, bem como às demais providências previstas em legislação avulsa cuja natureza permita realizar a composição definitiva do litígio (providência constante no art. 121º do CPTA; no art. 16º do Regime Experimental (DL nº 108/2006, de 8 de junho) e a do art. 21º, nº7 do DL nº 149/95, de 24 de julho (regula o contrato da locação financeira)).

<sup>165</sup> Refere o TRL neste Ac.: “A pendência de PER do devedor instaurado depois da propositura de um procedimento cautelar de entrega judicial de bem locado com julgamento definitivo da causa ao abrigo do disposto no artigo 21º do Decreto-Lei nº 149/95 de 24 de Junho deve implicar a suspensão desse procedimento ao abrigo do disposto no art. 279º/1 parte final do CPC, do modo a obviar a atos que venham a ter repercussões negativas relativamente à obtenção dos consensos necessários à viabilização do devedor, para se evitar, tanto quanto possível, a sua insolvência.”

uma finalidade de cobrança de dívidas, resultante do alegado incumprimento do contrato de locação financeira mobiliário, por falta do pagamento das rendas acordadas.”<sup>166</sup>

Neste âmbito, acompanhamos o entendimento de NUNO SALAZAR CASANOVA E DAVID SEQUEIRA DINIS que excluem do âmbito de aplicação do art. 17º-E, nº1, a generalidade dos procedimentos cautelares com a ressalva dos procedimentos cautelares antecipatórios de uma ação sujeita ao regime do sobredito artigo, entendendo-se que nestes casos “*o procedimento cautelar em causa será afetado pela previsão do artigo 17º-E, nº1.*”<sup>167</sup>

### 1.5. DILIGÊNCIAS EXTRAJUDICIAIS

Da leitura do art. 17º-E, nº1, resulta que a lei apenas afasta o recurso a ações judiciais contra a devedora para cobrança de dívidas e suspende as ações pendentes com idêntica finalidade. Por efeito, o termo “*ações*” corresponde a ações judiciais passíveis de perturbar, atentas as dificuldades económico-financeiras da empresa, a possibilidade de recuperação do devedor.

Assim, estão excluídos do âmbito de aplicação da norma os atos de índole extrajudicial, nomeadamente atos contratualmente previstos. Em consonância, a nível doutrinário ISABEL ALEXANDRE invoca que os atos jurídicos extrajudiciais não estão abrangidos por não terem qualquer assento na letra do art. 17º-E, 1, do CIRE.<sup>168</sup>

Todavia, há quem rejeite esta interpretação, apelando a uma interpretação extensiva do art. 17º-E, nº1, com fundamento na impossibilidade de afetação do

---

<sup>166</sup> O TRL no Ac. De 20-02-2014 concluiu que “improcede providência cautelar de entrega judicial assente em resolução de contrato de locação financeira operada na pendência de processo de revitalização da locatária, quando tal resolução é contrária ao princípio da boa-fé a que o devedor e os credores estão sujeitos no decurso do processo de revitalização.”

<sup>167</sup> *O Processo...* pp.103-104, com a ressalva de, ao contrário dos AUTORES, entendermos que são ações para cobrança de dívidas todas as ações executivas e não apenas as ações executivas para pagamento de quantia certa.

<sup>168</sup> *Efeitos...*, p.247



património do devedor por ato unilateral de terceiros, mesmo que contratual e previamente autorizado, por tal ser suscetível de inviabilizar a recuperação do devedor, contrariando a *ratio legis* do processo, apelando à interpretação da norma em desígnio no sentido de abranger todas as situações, ainda que extrajudiciais, em que a cobrança de dívidas ocorre sem a manifestação casuística da vontade do devedor em pagar.<sup>169</sup>

Em termos materiais levantam-se os mesmos problemas referidos quanto às providências cautelares, ou seja, apesar de o elemento literal excluir estes atos do âmbito da norma, podem existir situações em que tais atos sejam suscetíveis de inviabilizar a recuperação do devedor.

Contudo, e apesar do respeito pelos argumentos apresentados, nomeadamente a proteção da *ratio* do PER e a ideia de que qualquer ato ou meio que seja suscetível de dissipar a possibilidade de recuperação do devedor deve ser sujeita ao regime do art. 17º-E, nº1, por contrariar o propósito revitalizador do processo, entendemos que tal interpretação não deve ser atendida.

Como foi anteriormente referido tudo indica que o legislador não pretendeu conferir ao art. 17º-E, nº1, o mesmo alcance dado ao art. 88º, levando-nos, a interpretação literal, a concluir que estão excluídos os atos extrajudiciais do âmbito do predito artigo.<sup>170</sup>

Nesta medida, a paralisação de qualquer ato ou procedimento que pudesse atingir o património do devedor e inviabilizar a recuperação do devedor seria excessivo. Seguindo tal entendimento, até a simples execução de um contrato ou o corte de fornecimento de bens pode ser suscetível de inviabilizar a recuperação do devedor. Colocar este tipo de diligências ao abrigo do art. 17º-E, nº1, é

---

<sup>169</sup> Neste sentido, apesar de LUÍS M. MARTINS, *Recuperação...* p. 53, concordar que o legislador foi mais longe na redação do art. 88º em relação ao processo de insolvência, com a previsão expressa da suspensão de “*quaisquer diligências executivas ou providências*”, o AUTOR defende que “apesar de a lei não o referir, também no PER se deve entender que a suspensão abrange (...) quaisquer diligências ou providências que atinjam os bens do devedor, sob pena de inviabilizar o procedimento.” Este entendimento vai ao encontro do regime instituído pela *automatic stay* norte-americana. No entanto, o legislador português parece ter sido mais comedido tal como os legisladores europeus que não restringem os direitos dos credores quanto a atos extrajudiciais (v.g. italiano, alemão, espanhol).

<sup>170</sup> Cfr. ISABEL ALEXANDRE, *Efeitos...*, p. 247.

acrescentar algo à lei e computa um esforço excessivo e desproporcional para os credores, fazendo com que este processo seja especialmente penoso para estes. Assim, terá de existir proporcionalidade na interpretação do direito de modo a que não tenha efeitos devastadores para os credores.

Neste caso, muitos seriam os casos de “*falsa recuperação*”, nos quais os devedores recorreriam ao PER para utilizar abusivamente as vantagens que deste advêm, nomeadamente o período de *stand still*, sem que os credores pudessem acautelar as suas garantias e os seus créditos.<sup>171</sup> Assim, entender que o PER permite evitar a resolução dos contratos seria compactuar com o incumprimento continuado do devedor, sendo manifestamente abusivo.

A pendência de um PER não determina, como regra, que a revitalizanda deixe de ter a administração dos bens e direitos de que é titular, nem que o exercício de direitos e o cumprimento de obrigações a que está adstrita, designadamente nos termos contratualmente definidos, fiquem suspensos ou sejam modificados.<sup>172</sup> Aliás, o PER é um processo voluntário no qual se prima pela vontade das partes, pretendendo ser benéfico para todos os intervenientes.

Conclui-se que o pagamento de serviços, a execução de contratos, o corte de fornecimento de bens, a execução de garantias ou qualquer ato extrajudicial que mesmo que atinja o património do devedor, não tenha as características referidas, não deve ser sujeito ao regime do artigo 17º-E, nº1.<sup>173</sup>

Não é, contudo, de afastar que o exercício desses direitos possa, perante casos e circunstâncias concretas, ser considerado abusivo e, por conseguinte, ilegítimo

---

<sup>171</sup> Note-se que, conforme referido no ponto 1.3 do capítulo II, no PER não existe uma verificação dos requisitos de legitimidade do devedor para recorrer ao processo nem estão previstas consequências para a utilização indevida do processo pelo devedor, dependendo, assim, o início do processo, quase unicamente da vontade do devedor e de um único credor, independentemente do montante ou da natureza do seu crédito. Assim, o processo poderá ser facilmente utilizado pelo devedor que não preenche os requisitos, mas que queira gozar do “período de suspensão” concedido pelo processo, prejudicando desproporcionadamente os credores.

<sup>172</sup> Cfr. NUNO SALAZAR CASANOVA/DAVID SEQUEIRA DINIS, *O Processo...* p.56. Assim, ao invés do processo de insolvência (art. 102º) o PER não consubstancia um fundamento para a modificação e resolução dos contratos, pelo que continuará sujeito às obrigações contratualmente estabelecidas.

<sup>173</sup> Neste âmbito *vide* entendimento seguido no caso 1 do anexo sobre a possibilidade de cobrança de comissões de conta.

(art. 344º do CC).<sup>174</sup> Neste âmbito, importa ter em conta que as condições económicas do devedor requerente devem ser tidas em conta pelo credor aderente que, tem especiais deveres de boa-fé para com este quando participa nas negociações segundo o art. 17º-D, nº 10, que remete para os Princípios Orientadores aprovados pela RCM nº43/2011, de 25 de outubro.<sup>175</sup>

Cumpra ressaltar que estes princípios não têm valor normativo,<sup>176</sup> sendo meras orientações de agir.<sup>177</sup> Contudo, estes princípios estão subjacentes ao próprio processo, já que "boa parte desses princípios têm expressão direta no conjunto do normativo que regula o processo e, assim sendo, perdem a natureza de orientação e assumem a de vinculação com o alcance das regras em que se concretizam."<sup>178</sup>

Da leitura conjunta dos art.ºs 17º-D, nºs 1, 5, 7 e 8 e do art. 17º-F, nºs 1 a 3, a adesão à negociação é facultativa e não prejudica quem nela não participa, devendo, naturalmente, os aderentes privar-se de atos que comprometam as negociações e o acordo final, em razão do princípio da boa-fé.<sup>179</sup>

Nestes termos, os credores não devem praticar atos e diligências que considerem que podem inviabilizar o acordo, pois em última análise, tais deveres devem impedir o credor de praticar atos que inviabilizem a recuperação do devedor.<sup>180</sup>

---

<sup>174</sup> Neste sentido, o TRL no Ac. de 24-02-2015 considerou que a resolução de um contrato precisamente após a devedora ter instaurado um PER por incumprimento contratual ocorrido antes do início daquele processo (4 anos antes) criaria um manifesto desequilíbrio entre as partes e violaria o interesse público subjacente ao PER, na medida em que inviabilizaria uma possível recuperação da devedora, considerando que integra, assim, uma situação de abuso de direito.

<sup>175</sup> Influenciados pelo *Statement of Principles for a Global Approach to Multi-Creditor Workouts*, publicado pela *Insol Internacional*.

<sup>176</sup> Cfr, art, 112º CRP. Vide NUNO MANUEL PINTO OLIVEIRA, *Entre...*

<sup>177</sup> O Primeiro princípio refere que o procedimento extrajudicial corresponde a um compromisso assumido entre o devedor e os credores envolvidos, e não a um direito. E o Quarto Princípio declara que o período de suspensão é uma concessão dos credores envolvidos e não um direito do devedor.

<sup>178</sup> CARVALHO FERNANDES/JOÃO LABAREDA, *Código...*, p. 162.

<sup>179</sup> Dispõe o segundo princípio: "Durante todo o procedimento, as partes devem actuar de boa-fé, na busca de uma solução construtiva que satisfaça todos os envolvidos."

<sup>180</sup> Cfr. NUNO SALAZAR CASANOVA\DAVID SEQUEIRA DINIS, *O Processo...*, p. 88: "A violação destes princípios pode gerar responsabilidade civil. Perante a violação destes princípios, o administrador judicial provisório pode excluir um ou mais intervenientes das negociações, e – perante um incumprimento generalizado que atente contra o fim do PER de forma irremediável – deve encerrar o processo." Por sua vez, NUNO MANUEL PINTO OLIVEIRA, *Responsabilidade...*, pp. 153-188, considera que "o credor ou o devedor que viole o dever de cooperação construtiva na (re)negociação do contrato, adotando um

Acresce que o PER tem por base um processo negocial, podendo o devedor e os seus credores, no âmbito da autonomia privada, negociarem as condições de execução dos contratos para que a revitalização do devedor seja um fim viável.

### 1.5.1. EXECUÇÃO EXTRAJUDICIAL DE GARANTIAS

O regime geral das garantias reais estabelece a proibição do pacto comissório por via do art. 694º do CC sendo nula, mesmo que seja anterior ou posterior à constituição da hipoteca, “a convenção pela qual o credor fará sua a coisa onerada no caso de o devedor não cumprir”

Neste capítulo não serão tecidas apreciações dogmáticas acerca da admissibilidade de figuras como o penhor de conta bancária ou da possibilidade de execução extrajudicial de garantias pois requereria um estudo aprofundado que não seria pertinente tendo em conta o foco do presente estudo.<sup>181</sup>

Assim o ensaio passará pelo estudo das garantias passíveis de execução extrajudicial – neste caso vai ser estudado especificamente o penhor financeiro – cujas considerações acerca da compatibilização de tal regime com o PER se estenderão a todas as garantias que se entendam admissíveis de execução extrajudicial.

O DL nº 105/2004, de 8 de maio,<sup>182</sup> consagra o contrato de garantia financeira que em traços gerais MENEZES CORDEIRO<sup>183</sup> define como “uma garantia real, sob a forma de penhor, de fidúcia ou de reporte, concluída entre uma instituição de crédito ou entidade para o efeito equiparada a uma pessoa coletiva, destinada a assegurar obrigações pecuniárias ou instrumentos financeiros, que recaiam sobre

---

comportamento obstrutivo de um acordo ou de uma possibilidade de acordo razoável, deverá responder pelo dano da perda de uma chance de revitalização.”

<sup>181</sup> Sobre a figura do penhor de conta bancária *vide* MENEZES CORDEIRO, *Manual...*, 4ª Ed., p. 727-728.

<sup>182</sup> Transpõe para a ordem jurídica a Diretiva nº 2002/47/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 6 de junho, relativa aos acordos de garantia financeira.

<sup>183</sup> *Manual...*, p. 732.

“numerário” e que as partes tenham decidido submeter a um regime financeiro especial, legalmente previsto.”

Em relação ao penhor financeiro,<sup>184</sup> uma das novidades mais significativas do diploma corresponde à aceitação do pacto comissório, com desvio à regra consagrada no art. 694º do CC. Assim, quando tal for previamente acordado, admite-se a possibilidade de execução da garantia por apropriação do objeto desta, ficando obrigado a restituir o montante correspondente à diferença entre o valor da garantia e o montante da dívida.<sup>185</sup>

Os art.ºs 12º e 15º, sendo prerrogativa comum para todas as modalidades dos acordos de garantia financeira, dispõem que as partes podem convencionar o vencimento antecipado da obrigação de restituição do beneficiário da garantia e o cumprimento da mesma por compensação, caso ocorra um facto que desencadeie a execução.

A conciliação do regime estabelecido no predito diploma com o regime do PER encarna mais um dos exemplos dos atos que se encontram formalmente fora do âmbito do art. 17º-E, nº1, pois a execução da garantia foi contratualmente fixada pelas partes e o que norteia este processo é a manutenção da “normalidade” empresarial, com o regular funcionamento da atividade, o que inclui a “normal” execução dos contratos.<sup>186</sup>

Na verdade, o PER é um processo de cariz voluntário, tendo os credores de ter interesse em participar no PER, dando uma oportunidade para o devedor se revitalizar. Se o processo se tornar especialmente moroso para estes, perdendo as garantias e o contratualmente fixado, muito dificilmente irão ter interesse na

---

<sup>184</sup> “Chamar-lhe-emos, tecnicamente, um penhor irregular: um penhor em que o titular da garantia pode alienar ou onerar o objeto da garantia, independentemente de qualquer incumprimento, devendo entregar o equivalente.” (MENEZES CORDEIRO, *Manual...*, p. 747). Sobre o penhor financeiro *vide* PEDRO ROMANO MARTINEZ, *Direito...*, pp. 299-315.

<sup>185</sup> Art. 11º n.ºs 1 e 2. Neste sentido, *vide* SALVADOR DA COSTA, *Concurso...*, pp. 59-60.

<sup>186</sup> Cfr. PEDRO ROMANO MARTINEZ, *Direito...*, p. 318, mesmo em relação ao regime insolvencial o credor pignoratício poderá, fora do concurso insolvencial, executar a garantia se tal tiver sido convencionado pelas partes. Neste sentido, JOÃO LABAREDA, *Contrato...* pp. 101-119. Assim, deverá adotar-se o mesmo em regime em relação ao PER já que, neste processo, o devedor deverá manter o normal desenrolar dos negócios jurídicos e das garantias que lhes servem de base.

procedência do processo, votando negativamente para que este não produza efeitos ou pedindo o seu encerramento antecipado.<sup>187</sup>

Ademais, o art. 20º reforça tal entendimento na medida em que dispõe que o vencimento antecipado e a compensação não são prejudicados pela abertura ou prossecução de um processo de insolvência ou pela adoção de medidas de saneamento relativamente ao prestador ou beneficiário da garantia.<sup>188</sup> Mais uma vez esta norma parece ser aplicável ao PER na medida em que este processo visa incitar a recuperação do devedor, impondo várias medidas de saneamento.

Em todo o caso, indo ao encontro do supra referido nos pontos anteriores há sempre que ressaltar que o PER tem um forte cariz negocial, podendo, no âmbito da autonomia privada, o devedor negociar com os seus credores fornecendo alternativas viáveis para que os credores não sigam pela via da execução das garantias.

Assumem, também, neste caso grande importância as explicitações aduzidas em torno dos especiais deveres de boa-fé preconizados pelos Princípios Orientadores, aplicando-se, com as necessárias adaptações, as conclusões aduzidas no ponto 1.5 relativo às diligências extrajudiciais.

### **1.5.2. COMPENSAÇÃO**

Uma questão relevante neste âmbito, que merece destaque principalmente pela sua relevância na atividade bancária, é a admissibilidade de compensação de créditos durante a pendência de um PER.

É de notar que nas relações bancárias a possibilidade de recurso à compensação e o modo pelo qual esta atuará, enquanto forma de extinção das obrigações recíprocas entre o banco e o seu cliente, encontra-se normalmente prevista nas

---

<sup>187</sup> Art. 17º-G, nº1.

<sup>188</sup> O Art. 16º, nº3, do CIRE reforça o conteúdo desta norma.

cláusulas que incorporam o contrato de abertura de conta,<sup>189</sup> aplicando-se, no campo bancário, a compensação convencional.<sup>190</sup> Neste âmbito, cumpre, ainda, referir a compensação em conta-corrente. Um dos elementos básicos da conta-corrente é, precisamente, o fluxo contínuo de compensações que permite, em cada momento, disponibilizar um saldo.”<sup>191</sup> Apesar de ter um regime diferenciado, não deixa de ser compensação.<sup>192</sup>

Conforme resulta do exposto nos pontos *supra*, reiterando os argumentos aduzidos, o elemento literal conduz-nos à delimitação do conceito “ações para cobrança de dívidas” apenas a ações de índole judicial, estando excluídas do âmbito da norma a execução dos contratos bem como todas as formas de extinção extrajudicial das obrigações.

Deste modo, rejeitamos uma interpretação extensiva do art. 17º-E, nº1, defendida por parte da doutrina com fundamento no princípio de que o património do devedor não pode ser afetado por ato unilateral de terceiros, mesmo que contratual e previamente autorizado.<sup>193</sup>

Contudo, torna-se relevante aferir se a compensação comporta um ato que prejudica o bom termo do processo de negociação, que coloca em risco a viabilidade económica e financeira da empresa ou que torna inútil um acordo, ficando sujeita, por esta razão, ao *stand still*.

A compensação tem, por base, duas principais funções: simplificar os pagamentos e garantir o cumprimento da obrigação sem depender da capacidade

---

<sup>189</sup> O art. 346º, nº3, do CCom alude à compensação como um dos efeitos da conta-corrente comum.

<sup>190</sup> A compensação convencional permite que a compensação opere em casos que não estejam verificados todos os requisitos da compensação legal. Cfr. MENEZES CORDEIRO, *Da Compensação...* p. 243; ANTÓNIO MENEZES CORDEIRO, *Depósito...*, p. 90, “o banqueiro pode, livremente, ajustar com o seu cliente a realização de operações de compensação fora de quaisquer requisitos legais: com a ressalva, todavia, das regras imperativas que, porventura, possam ocorrer.”

<sup>191</sup> ANTÓNIO MENEZES CORDEIRO, *Depósito Bancário...*, p. 92.

<sup>192</sup> Cfr. art. 364º, nº3 Ccom.

<sup>193</sup> *Vide* argumentação tecida no ponto 1.5 relativa às diligências extrajudiciais.

creditícia do devedor.<sup>194</sup> Assume, assim, um papel relevante em situações de dificuldades económicas do devedor.

Apesar de a compensação em termos práticos permitir ao credor que ressarça o seu crédito durante o *stand still*, ao contrário dos restantes credores que vêm os seus direitos de ação limitados, o traço distintivo do PER passa pela manutenção da gestão e administração da atividade a cargo do devedor.<sup>195</sup> Deste modo, aplicando-se as conclusões aduzidas no ponto referente às diligências extrajudiciais, deve-se entender que se mantém incólume o contratualmente fixado, estando impedidas de prosseguir apenas as ações executivas.<sup>196</sup>

Ampara, ainda, este entendimento o facto de a compensação não comportar um aumento do passivo do devedor, na medida em que, em termos contabilísticos a situação patrimonial líquida do devedor não se altera. Assim, o PER não impede a ocorrência de causas de extinção do vínculo obrigacional, ficando também a revitalizanda, desde logo, ressarcida da dívida do credor, o que consubstancia uma vantagem para esta.

Conforme referido no início do presente relatório (capítulo II, ponto 2) a consensualidade é uma característica intrínseca ao PER já que o sucesso deste processo está dependente do acordo dos credores, podendo por isso, no âmbito da autonomia privada, o devedor conseguir acordar diferentes condições para a compensação dos créditos, ou excepcionar certas compensações que assumam importância na recuperação do devedor.

---

<sup>194</sup> ANA SOFIA SILVA, *Da Oponibilidade...*, p. 70. Conforme refere a AUTORA a compensação é um “mecanismo autosatisfativo, na medida em que cria uma posição privilegiada do credor que a ela possa recorrer face aos demais credores do devedor que não possam fazê-lo.” (p. 79)

<sup>195</sup> Neste âmbito cumpre aclarar que o art. 853º, nº2, que se prende com a exclusão da compensação em caso de prejuízo de terceiros não se aplica no caso de credores do PER que vêm o crédito de outro credor a ser excluído em virtude da compensação. Como explica MENEZES CORDEIRO, *Da Compensação...* p. 143, “o prejuízo de terceiro implica, naturalmente, que o terceiro em causa tenha um direito sobre a própria prestação de cuja extinção se trate.”

<sup>196</sup> Cfr. ANTUNES VARELA, *Das Obrigações...*, vol. II, 7ª Ed., pp. 227-228, a compensação contratual ou voluntária não pode ser validamente contestada “em face do princípio básico da liberdade contratual e da não existência de quaisquer razões de interesse e de ordem pública que sejam forçosamente violadas por semelhante convenção.”



Em relação à compensação legal, esta permite que no caso de duas pessoas serem reciprocamente credor e devedor, qualquer uma delas se possa livrar da sua obrigação através da compensação com a obrigação do seu credor.<sup>197</sup> No entanto, para que essa compensação seja possível, é necessário que estejam preenchidos os requisitos previstos no art. 847º, nº1, do CC, que correspondem à reciprocidade, à fungibilidade e à exigibilidade dos créditos compensados.

O art. 99º do CIRE admite a possibilidade de compensação no âmbito do processo de insolvência, impondo, contudo, requisitos próprios. Contudo, face à diferenciação do desígnio principal visado quer pelo processo de insolvência quer pelo PER, recusamos a aplicação analógica do art. 99.º, não existindo qualquer referência ou similaridade que indicie a pretensa aplicação do predito artigo.

Assim, a exclusão da compensação legal do âmbito de aplicação do art. 17º-E, nº1, dá-se em virtude não da aplicação analógica do art. 99º, mas dos argumentos aduzidos ao longo do presente ponto, com as necessárias adaptações, nomeadamente o carácter extrajudicial da compensação, o facto de manter inalterada a situação patrimonial e o facto de o PER não obstar à extinção das obrigações nos termos gerais.

## **2. DELIMITAÇÃO TEMPORAL DO PERÍODO DE *STAND STILL***

Como vimos anteriormente e tem sido em grande parte o foco deste estudo, o devedor beneficia de um período – *stand still* – que o protege da instauração de “ações para cobrança de dívidas” e suspende as ações com idêntica finalidade, segundo o art. 17º-E, nº1.

---

<sup>197</sup> Art. 847º CC. Sobre o regime da compensação vide MÁRIO JÚLIO DE ALMEIDA COSTA, *Direito...*, pp. 1099-1110.

A delimitação temporal do “escudo protetor” conferido pelo sobredito artigo assume uma importância ímpar, pois como vimos, as conquistas revitalizadoras do PER estão muito cimentadas nesta norma.

Sobre esta contenda, o art. 17º-E, nº1, refere-nos que o período de *stand still* se inicia com o despacho de nomeação do AJP (art. 17º-C, nº3, al. a)) e que permanece “*durante todo o tempo em que perdurarem as negociações*”.<sup>198</sup> Este prazo é estabelecido pelo art. 17º-D, nº5, que expressa que “os declarantes dispõem do prazo de dois meses para concluir as negociações encetadas, o qual pode ser prorrogado, por uma só vez e por um mês”.<sup>199</sup>

Do elemento literal resulta, assim, que o *stand still* terminará quando findarem as negociações. Contudo, tal conclusão não se afigura suficiente para sustentar a finalidade revitalizadora do PER.

A este propósito, tem de se entender que o período de *stand still* vigora até ao início da produção de efeitos do plano de recuperação, sob pena de os credores agirem judicialmente contra o devedor com vista a cobrarem os seus créditos, obstando a recuperação do devedor e inviabilizando todos os esforços negociais.

Isto, porque, caso se entenda que o *stand still* finda com o término do prazo para negociações, os credores poderiam executar os devedores no período entre o fim das negociações e a produção de efeitos do plano de recuperação, pois por um lado o plano ainda não produz efeitos e por outro já não está sob a alçada do art. 17º-E, nº1. Tal inviabilizaria a *ratio* do PER pois bastaria, por exemplo, uma penhora para eliminar qualquer hipótese de recuperação do devedor.

---

<sup>198</sup> Art. 17º-E, nº1.

<sup>199</sup> O prazo de negociação inicia-se com o fim do prazo para as impugnações da lista provisória de créditos (art. 17º-F, nº5). Sobre o período de negociações *vide* o capítulo II, ponto 1.3.4.

## 2.1. A HOMOLOGAÇÃO COMO CONDIÇÃO DE EFICÁCIA DO PLANO

Neste ponto, importa aferir a partir de que momento é que o plano de recuperação produz efeitos, pois conforme resulta do ponto anterior este será o momento em que deverá findar o período *stand still*.

Como o título do presente ponto indicia, a produção de efeitos do sobredito plano inicia-se com a notificação da sentença homologatória, conforme resulta do postulado no art. 17º-F, nº1, que dispõe que nos casos de aprovação unânime do plano este deve ser de imediato remetido ao processo para homologação ou recusa pelo juiz, “produzindo tal plano de recuperação, em caso de homologação, *de imediato*, os seus efeitos.” Apesar de o art. 17º-F, nº2, respeitante à aprovação não unânime do plano não o referir expressamente, terá de se aplicar o mesmo regime.<sup>200</sup>

O facto de o plano de recuperação ser aprovado por unanimidade não significa que este tenha eficácia imediata, carecendo igualmente de homologação judicial na qual o tribunal apreciará a legalidade do plano, funcionando a homologação como uma verdadeira condição de eficácia do plano.<sup>201/202</sup>

Assim, deve-se entender que os efeitos processuais e substantivos decorrentes do art. 17º-E, nº1, vigoram até este momento, ou seja, até à sentença de homologação do plano de recuperação.<sup>203</sup> Por efeito, salvaguarda-se a *ratio* do processo, pois a partir deste momento aplicar-se-ão as condições aduzidas no

---

<sup>200</sup> Vide ANA PRATA\JORGE MORAIS CARVALHO\RUI SIMÕES, *Código...*, p. 253: “o plano de recuperação inicia a produção de efeitos com a homologação”

<sup>201</sup> Cfr. NUNO SALAZAR CASANOVA\DAVID SEQUEIRA DINIS, *O Processo...*, p. 129: “Só após a homologação judicial poderá o plano produzir os seus efeitos.”

<sup>202</sup> Vide Ac. do TRC de 01-04-2014 e o Ac. do TRC de 09-09-2014: “Conforme resulta do teor do art. 217º do CIRE a homologação do plano de insolvência aprovado em assembleia de credores constitui um requisito indispensável à sua eficácia, sendo ainda condição necessária e suficiente para que o mesmo produza certos efeitos. Ou seja, é a homologação do plano de insolvência que lhe confere um carácter vinculativo, produzindo-se as alterações dos créditos introduzidas no plano. Assim, mesmo que o plano de insolvência possa ser perfeito em si mesmo após a sua aprovação por deliberação da assembleia de credores, apenas a sentença homologatória lhe confere a eficácia necessária para a produção de efeitos.” Aplica-se o disposto ao PER.

<sup>203</sup> Neste sentido, MARIA DO ROSÁRIO EPIFÂNIO, *O Processo...*, p. 82; NUNO SALAZAR CASANOVA\DAVID SEQUEIRA DINIS, *O Processo...*, pp. 150-151.

plano de recuperação, não podendo os credores agir contra os devedores em desrespeito ao estabelecido no plano.<sup>204</sup>

A homologação do plano de recuperação dá-se nos dez dias seguintes à receção da documentação mencionada no art. 17º-F, nº1, podendo ser proferida logo no dia seguinte. Assim, apreendemos que o legislador não percecionou este problema por ter condicionado um prazo muito curto para a homologação do plano. Todavia, a questão efetivamente coloca-se pois, na maioria das vezes, este prazo não é respeitado.<sup>205</sup>

Por sua vez, o fim do período de *stand still* por via do encerramento do PER nos termos do art. 17º-G, nº1 ou nº5, opera *ope legis*, significando que apenas depende da verificação das situações descritas na lei para o encerramento dos efeitos preconizados no art. 17º-E, nº1, não carecendo de decisão declaratória do encerramento do processo negocial.<sup>206</sup>

## 2.2. OS EFEITOS DOS RECURSOS INTERPOSTOS CONTRA A SENTENÇA DE HOMOLOGAÇÃO

Tendo em conta as conclusões aduzidas, torna-se relevante aferir se esta extensão é suficiente, ou, se os efeitos do art. 17º-E, nº1, se devem estender até ao trânsito em julgado da sentença homologatória, já que a sentença homologatória poderá, em sede de recurso, vir a ser revogada.

De acordo com o supramencionado, os efeitos do plano de recuperação decorrem automaticamente da notificação da sentença homologatória e não do trânsito em julgado da sentença.<sup>207</sup>

---

<sup>204</sup> O elemento teleológico obriga a tal indagação sob pena de após os credores e o devedor conseguirem chegar a um acordo, este não produzisse os seus efeitos em virtude de uma ação proposta por um credor entre o fim das negociações e a produção de efeitos do plano.

<sup>205</sup> Neste sentido, NUNO SALAZAR CASANOVA\DAVID SEQUEIRA DINIS, *O Processo...*, pp. 106-107.

<sup>206</sup> Cfr. ISABEL ALEXANDRE, *Efeitos...*, p. 250.

<sup>207</sup> Neste sentido, MARIA DO ROSÁRIO EPIFÂNIO, *O Processo...*, p. 82; NUNO SALAZAR CASANOVA\DAVID SEQUEIRA DINIS, *O Processo...*, pp. 150-151.

Tal conclusão resulta da aplicação analógica do art. 217º, nº1, ao PER, pois como já vimos em situações diversas, as previsões do processo de insolvência são subsidiariamente aplicáveis ao PER quando estas não contrariem a natureza e as finalidades do PER. No caso em apreço, a disposição em questão pretende proteger os mesmos interesses visados pelo PER, sendo o próprio legislador no art. 17º-F, nº5, a remeter para a aplicação das regras vigentes em matéria de aprovação e homologação do plano de insolvência, situando-se o art. 217º no título IX a que o legislador faz referência.

Nos termos do art. 14º, nº5, também aplicável ao PER “os recursos sobem imediatamente, em separado e com efeito devolutivo.” Isto significa, que o plano começa a produzir efeitos a partir da sentença homologatória,<sup>208</sup> podendo estes efeitos ser apenas provisórios, se em sede de recurso a sentença homologatória vier a ser revogada.<sup>209</sup>

Efetivamente, os casos de revogação da sentença homologatória levantam várias questões de ordem prática, principalmente para os credores que negociam com o devedor tendo em vista o estipulado no plano. Por esta razão, na prática, os credores de modo a prevenirem estas situações têm vindo a executar o plano apenas depois da sentença homologatória transitar em julgado.<sup>210</sup>

Não obstante, apesar das dificuldades práticas, o plano é automaticamente exequível com a prolação da sentença homologatória, convocando-se “as regras gerais e os princípios da confiança e da boa-fé para sindicar os efeitos da revogação do plano sobre os aludidos negócios.”<sup>211</sup>

Deste modo, há-que analisar os efeitos e consequências práticas que advêm da revogação da sentença homologatória.

<sup>208</sup> Cfr. CATARINA NUNES FERNANDES, *Efeito...* “O efeito meramente devolutivo significa, tão simplesmente, que interposto o recurso da decisão, esta é, ainda assim, imediatamente exequível na primeira instância, mesmo que de modo provisório. Na essência, permite-se a produção de efeitos jurídicos imediatos ou a execução da decisão.”

<sup>209</sup> Como vem referido pelo TRL no Ac. de 08-11-2007: “Interposto recurso com efeito devolutivo, a decisão é imediatamente exequível, não obstante à manutenção dessa exequibilidade a circunstância de o Tribunal da Relação proferir acórdão.”

<sup>210</sup> Conclusão adquirida no decorrer do estágio através da análise de consultas.

<sup>211</sup> NUNO SALAZAR CASANOVA\DAVID SEQUEIRA DINIS, *O Processo...*, pp. 151.

Em relação à proibição de instauração de “ações para cobrança de dívidas” por via do art. 17º-E, nº1, não ressaltam problemas de ordem prática. Na verdade, a revogação da sentença homologatória não produz efeitos sobre estas ações pois a proibição expressa no sobredito artigo já tinha cessado com a homologação do plano.

Em relação às ações suspensas ao abrigo do art. 17º-E, nº1, a resposta já não é tão clara. Vejamos que nos termos do predito artigo as ações suspensas extinguem-se “logo que seja aprovado e homologado plano de recuperação, salvo quando este preveja a sua continuação.” Tal facto implica que, nos casos em que o plano de recuperação seja revogado, as ações suspensas que não estavam previstas no plano de recuperação foram extintas, mas deixou de existir fundamento para a sua extinção.

Como explicam NUNO SALAZAR CASANOVA e DAVID SEQUEIRA DINIS<sup>212</sup>, o problema maior está no facto de não ser possível “recuperar” as ações pois o único instrumento que poderia servir este fim seria o instituto da renovação da instância que está apenas expressamente previsto para a obrigação de alimentos ou outras análogas.<sup>213</sup> Não existindo nenhum mecanismo que possibilite tal “recuperação”, a única hipótese, seguindo o elemento literal, seria a instauração de novas ações pelos exequentes contra o devedor. Tal consequência “afigura-se chocante se se considerarem os prejuízos que provoca aos interesses dos exequentes (que teriam de recomeçar todo o calvário judicial, podendo mesmo falar-se numa limitação inadmissível do direito constitucional da tutela jurisdicional efetiva) e à economia processual.”<sup>214</sup>

Partilhamos a opinião explanada pelos AUTORES, concluindo que apesar de o elemento literal conduzir a diferentes conclusões, não se podem esquecer as consequências que tal medida comporta para as ações suspensas na pendência do PER. Assim, e para acautelar os interesses dos credores, dever-se-á interpretar o

---

<sup>212</sup> *O Processo...*, pp.107-109.

<sup>213</sup> Art. 282º do CPC.

<sup>214</sup> NUNO SALAZAR CASANOVA\DAVID SEQUEIRA DINIS, *O Processo...*, p.108

preceito no sentido de que as ações suspensas só se extinguem com o trânsito em julgado da sentença homologatória, permanecendo suspensas até este momento.<sup>215</sup>

A jurisprudência já se pronunciou no mesmo sentido, embora invocando fundamentos diferentes que se prendem com a proteção do devedor que deve ser alargada até ao trânsito em julgado da sentença homologatória pelo respeito do propósito revitalizador do PER. O TRL no acórdão de 16-10-2014 concluiu que “a ratio da suspensão das ações para cobrança de dívida no período correspondente a todo o tempo em que perdurarem as negociações - devendo estender-se esse período não exatamente até à aprovação e homologação do plano de recuperação, mas até ao trânsito em julgado da sentença homologatória do PER.”

Concludentemente, entendemos que não será necessário estender o período de *stand still* até ao trânsito em julgado da sentença homologatória, pois o plano é automaticamente exequível com a prolação da sentença homologatória, aplicando-se o disposto no plano a partir deste momento. Todavia, os casos de recurso da sentença homologatória exigem mais cautela, já que os credores poderão, em virtude do estipulado no plano de recuperação, celebrar contratos e negócios jurídicos tendo em vista a revitalização do devedor, sendo incerto quais os efeitos que uma possível revogação da sentença homologatória surtirá quanto aos aludidos negócios. Por fim, deverá entender-se que as ações suspensas por via do art. 17º-E, nº1, deverão manter-se suspensas, sendo excluídas, apenas, aquando o trânsito em julgado da sentença homologatória, salvaguardando os direitos dos credores e o princípio da economia processual.<sup>216</sup>

<sup>215</sup> Cfr. NUNO SALAZAR CASANOVA\DAVID SEQUEIRA DINIS, *O Processo...*, p. 109.

<sup>216</sup> Vide sobre este princípio JOSÉ LEBRE DE FREITAS, *Introdução...*, p. 203-222.

## CAPÍTULO IV

### OS EFEITOS DO PROCESSO ESPECIAL DE REVITALIZAÇÃO EM RELAÇÃO AOS TERCEIROS GARANTES E AOS CONDEVEDORES

Neste âmbito e tendo em conta as conclusões aduzidas nos capítulos anteriores, cumpre estudar o impacto dos efeitos de *stand still* na esfera dos terceiros garantes e condevedores.

Pela importância destas figuras no âmbito do PER entendemos ser relevante abrir o círculo de questões à aprovação e homologação do plano de recuperação, analisando os seus efeitos.

#### 1. DURANTE O *STAND STILL*

No presente ponto cumpre perceber se os efeitos expostos no art. 17º-E, nº1 - proibição das ações para cobrança de dívidas e a suspensão das ações pendentes com idêntica finalidade – se repercutem aos terceiros garantes e aos condevedores ou se os credores mantêm intacto o direito de ação perante estes.

O elemento literal leva-nos à exclusão dos condevedores e terceiros garantes do regime do art. 17º-E, nº1, pois a relação material estabelecida é unicamente com o devedor segundo os termos do preceito (o despacho de nomeação do AJP “obsta à instauração de quaisquer ações para cobrança de dívidas *contra o devedor* e, (...) suspende, *quanto ao devedor*, as ações em curso com idêntica finalidade, extinguindo-se aquelas logo que seja aprovado e homologado plano de recuperação, salvo quando este preveja a sua continuação.”).<sup>217</sup>

Corrobora tal entendimento o disposto no DL nº 26/2015, de 6 de fevereiro<sup>218</sup> que altera o SIREVE, o CIRE e o CSC. Este diploma veio alterar o conteúdo do

---

<sup>217</sup> Itálicos nossos.

<sup>218</sup> Promove um enquadramento mais favorável à reestruturação e revitalização de empresas, ao financiamento de longo prazo da atividade produtiva e à emissão de instrumentos híbridos de capitalização.



art. 11º, nº2, do SIREVE, cuja alteração substancial se prende com a extensão da suspensão das ações executivas para pagamento de quantia certa ou outras ações destinadas a exigir o cumprimento das obrigações aos “*respetivos garantes relativamente às operações garantidas*”.<sup>219</sup>

A alteração preconizada no art. 11º, nº2, do SIREVE, não se refletiu no art. 17º-E, nº1, do CIRE, que se manteve inalterado. Tal indica que o legislador pretendeu conferir diferentes âmbitos às normas, reforçando que, no PER, o regime do art. 17º-E, nº1, se aplica apenas à relação material com o devedor, não se estendendo às relações com os condevedores e terceiros garantes.

Neste sentido, BERTHA PARENTE ESTEVES refere que podem “prosseguir as ações que já se encontrem pendentes contra os codevedores e/ou terceiros garantes.”<sup>220/221</sup>

Isto, porque, apenas o devedor se encontra numa situação económica que justifica a estipulação de especiais condições de pagamento, sendo tais condições *intuitu personae*. Se assim não fosse, no caso das garantias, frustrar-se-ia o seu escopo, pois a sua constituição tem como função cobrir riscos deste género.

Ademais, só esta solução será coincidente com o espírito do PER tendo em conta que a aplicação do regime imposto no art. 17º-E, nº1, aos condevedores e terceiros garantes consubstanciaria uma restrição injustificada dos direitos dos

---

<sup>219</sup> Itálicos nossos.

<sup>220</sup> *Da aplicação...*, p.276. A AUTORA, refere ainda que podem ser instauradas “livremente contra os mesmos ações para cobrança de dívidas que entender pertinentes e ajustadas à defesa dos respetivos direitos, nomeadamente ao ressarcimento dos prejuízos que para si derivam da conduta inadimplente do devedor.”

<sup>221</sup> Neste sentido, ISABEL MENÉRES CAMPOS, *A posição...*; RUI DIAS DA SILVA, *O Processo...*, p. 32; NUNO SALAZAR CASANOVA/ DAVID SEQUEIRA DINIS, *O Processo...* p.104. Os AUTORES declaram que “prevalece uma preocupação de adequação\proporcionalidade – isto é, só faz sentido suspender a ação contra o devedor porque só no caso deste poderá o PER ser prejudicado pelo prosseguimento dos autos – e de minimização do prejuízo sofrido pelo autor da ação – que assim pode prosseguir a ação contra as demais contrapartes.” Na jurisprudência, o Ac. do TRG de 17-12-2013 refere que “a suspensão das ações para cobrança de dívidas prevista no artº 17º-E, nº 1 do CIRE não se estende aos terceiros que, através de aval, sejam garantes da dívida que se pretende cobrar.” O TRL também já se pronunciou no mesmo sentido no Ac. de 19-09-2013.

credores pois tais sujeitos não preenchem as condições que legitimam o recurso ao PER para gozarem de tais benefícios.<sup>222</sup>

Concludentemente, a proibição de instauração de *ações para cobrança de dívidas*, a suspensão de tais ações e a sua eventual exclusão prendem-se exclusivamente com o devedor, mantendo-se incólumes os direitos dos credores sobre os condevedores e terceiros garantes.

## 2. APÓS A APROVAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DO PLANO

Cumprе destrinçar temporalmente os efeitos decorrentes do PER. Além dos efeitos provenientes do período de *stand still* supra referidos, da aprovação e homologação do plano de recuperação resultam mudanças nos créditos, seja quanto ao montante ou quanto às condições de pagamento a que os credores ficarão vinculados, quer participem ou não nas negociações.<sup>223</sup> Assim, cumpre analisar se a vinculação às condições do plano se estende aos terceiros garantes e aos condevedores, ou seja, se a estes podem ser exigíveis os montantes e as condições de pagamento originárias, ou se, por seu turno, são oponíveis por estes as modificações operadas nos créditos.

Em primeiro plano, cumpre referir que a resposta não deverá ser dada de uma forma genérica, pois o regime aplicável dependerá do tipo de garantia prestada e das suas características. Assim, no ponto seguinte, serão estudadas algumas das garantias usualmente prestadas neste âmbito – aval, fiança e garantia bancária autónoma. Em relação aos condevedores a resposta também dependerá do regime em causa – conjunção ou solidariedade – o que também será alvo de tratamento autónomo.

---

<sup>222</sup> Neste sentido, o Ac. do TRC de 03-06-2014: “A suspensão das ações para cobrança de dívidas durante o decurso das negociações em processo especial de revitalização – determinada pelo art. 17º-E, nº 1, do CIRE – apenas se reporta à pessoa que figura nesse processo como devedora, não abrangendo as ações que se encontrem pendentes contra os seus condevedores e terceiros garantes das suas obrigações e, designadamente, contra os seus avalistas.”

<sup>223</sup> Art. 17º-F, nº6.

Deste modo, no presente ponto serão apenas concretizados argumentos de ordem geral que depois serão compatibilizados, em ponto autônomos, com as especificidades dos regimes em estudo.

Apesar de no PER vigorar o princípio da liberdade de fixação do conteúdo do plano de recuperação, tal plano não pode vedar o exercício dos direitos dos credores sobre os condevedores e terceiros garantes da entidade revitalizanda “por essa restrição colidir com o princípio consagrado no n.º 4 do artigo 217.º do CIRE.”<sup>224</sup>

O regime referente ao processo de insolvência dispõe de uma norma que regula o direito de ação dos credores sobre os terceiros garantes e sobre os condevedores, na qual prevê que “as providências previstas no plano de insolvência com incidência no passivo do devedor não afetam a existência nem o montante dos direitos dos credores da insolvência contra os condevedores ou os terceiros garantes da obrigação, mas estes sujeitos apenas poderão agir contra o devedor em via de regresso nos termos em que o credor da insolvência pudesse exercer contra ele os seus direitos.”<sup>225</sup>

Minoritariamente, há doutrina que invoca a impossibilidade de aplicação subsidiária desta norma ao PER. A aplicação subsidiária das normas do processo de insolvência ao PER exige uma prévia ponderação se os valores em causa são coincidentes com os valores e fins do PER.<sup>226</sup> Neste caso em concreto, os valores em causa exigem a aplicação subsidiária do predito artigo ao regime do PER aliado à remissão expressa no art. 17º-F, nº5, para aplicação das normas do título

---

<sup>224</sup> Cfr. Ac. de 10-12-2013 do TRG. Em sentido contrário, BERTHA PARENTE ESTEVES, *Da Aplicação...*, p. 275 entende que se deve admitir a existência de tais disposições, sendo, quando as existam, oponíveis a todos os credores da devedora.

<sup>225</sup> Art. 217º, nº4.

<sup>226</sup> Sobre a admissibilidade de aplicação subsidiária de normas do processo de insolvência ao PER *vide* o disposto no capítulo II, ponto 1.2.

IX relativo ao processo de insolvência ao PER, estando incluído em tal título o art. 217º.<sup>227</sup>

Neste sentido, o TRG, no acórdão de 05-12-2013, fundamenta que o facto de o legislador não ter previsto uma norma similar relativa ao PER “não significa, quanto a nós, que o legislador tenha pretendido consagrar solução diferente para o processo de insolvência, pois não o disse, não desconhecendo o disposto no nº4. Refere ainda como argumento a “falta de eficácia do plano de revitalização aprovado relativamente aos garantes, porque não o votaram, nem são credores do requerente da revitalização (art. 17º-F, nº6).”

Destarte, de acordo com o regime postulado no art. 217º, nº4, a existência de um PER não afeta a existência nem o montante dos direitos dos credores contra os convedores e os terceiros garantes da obrigação, podendo estes agir em via de regresso contra o devedor apenas pelo montante do crédito acordado no plano de recuperação.<sup>228</sup>

Resta-nos, nos próximos pontos, analisar se tal regime se harmoniza com as regras próprias de algumas modalidades de garantias pessoais e com os vários tipos de convedores – solidários ou conjuntos.<sup>229/230</sup>

---

<sup>227</sup> Neste sentido, *vide* na jurisprudência o Ac. do TRP de 07-10-2014 e, na doutrina MARIA DO ROSÁRIO EPIFÂNIO, *O Processo...*, p. 84.

<sup>228</sup> Cfr. LUÍS A. CARVALHO FERNANDES/JOÃO LABAREDA, *Código...*, p.130 “o credor mantém incólumes os direitos de que dispunha contra convedores e terceiros garantes, podendo exigir deles tudo aquilo porque respondem e no regime da responsabilidade originário. Acrescente-se, todavia, que tais sujeitos, independentemente do que paguem, apenas poderão exigir por via de regresso o que homologado no plano, (donde) o próprio credor poderia solicitar ao devedor e nos termos e condições que o próprio estabeleceu – ou que dele decorrem por determinação legal.”

<sup>229</sup> Em relação ao regime aplicável em relação às dívidas não vencidas *vide* ISABEL MENÉRES CAMPOS, *A posição...* pp. 63-65.

<sup>230</sup> Assim, importa distinguir as garantias pessoais das garantias reais. Cfr. VÍTOR PEREIRA DAS NEVES, *Cessão...*, pp.11-112: “Pode-se assim concluir que o verdadeiro elemento distintivo das garantias pessoais e das garantias reais sobre créditos é o momento em que a relevância da função económico-social de garantia se manifesta numas e noutras.”

### 3. REGIMES ESPECÍFICOS DAS PRINCIPAIS GARANTIAS PESSOAIS

#### 3.1. AVAL

O aval é um negócio jurídico através do qual o avalista se torna responsável pelo pagamento de um título de crédito nas mesmas condições do seu avalizado,<sup>231</sup> como previsto nos art.<sup>os</sup> 30º a 32º da LULL.

A teoria do aval-fiança defendida por MENEZES LEITÃO<sup>232</sup> confere ao aval a natureza acessória da fiança. Entende-se que a acessoriedade do aval resultante do art. 32º da LULL, não se mitiga com o facto de a obrigação se manter mesmo no caso de a obrigação garantida ser nula por qualquer razão que não seja um vício de forma, “já que a fiança também subsiste em certos casos de invalidade da obrigação garantida (cf. art. 632º, nº2), sendo a dilatação dessa solução explicada em função do rigor próprio da obrigação cambiária.”<sup>233</sup>

Ao invés, de acordo com a teoria do aval-híbrida, defendida maioritariamente pela doutrina e a qual seguimos, o regime do aval não pode ser qualificado como o da fiança, uma vez que a obrigação avalizada não é acessória, mas sim autónoma segundo o imposto no art. 32º da LULL, aproximando-se da fiança apenas em certos aspetos do regime.<sup>234</sup>

No entendimento de OLIVEIRA ASCENSÃO o aval opera como uma obrigação autónoma e não como uma garantia, já que pelo aval o avalista contrai uma

---

<sup>231</sup> Na definição de PEDRO PAIS DE VASCONCELOS, *Títulos...*, p. 74, o aval pode ser definido como “o negócio jurídico cambiário unilateral e abstrato que tem por conteúdo uma promessa de pagar a letra e por função a garantia desse pagamento”.

<sup>232</sup> *Garantias...*, 4ª Ed., pp.120-121. O AUTOR refere-se, ainda, a uma terceira teoria designada por aval-garantia autónoma, na qual considera-se o aval como garantia de pagamento do título e não como garantia de uma obrigação.

<sup>233</sup> MENEZES LEITÃO, *Garantias...*, 4ª Ed., pp. 120-121.

<sup>234</sup> Neste sentido PEDRO ROMANO MARTINEZ\PEDRO FUZETA DA PONTE, *Garantias...*, pp. 118-119 “O aval, tal como a fiança, apresenta-se como uma garantia pessoal, porque um determinado património torna-se responsável pelo pagamento de dívida alheia, mas diverge da fiança na medida em que não se constitui uma obrigação acessória da dívida avalizada; o aval é uma figura que mantém uma certa autonomia com respeito à obrigação garantida.”

obrigação jurídica distinta da do avalizado, não estando, sequer, dependente da validade da obrigação garantida.<sup>235</sup>

Neste sentido, o STJ no Acórdão Uniformizador de Jurisprudência nº 4/2013 de 11-12-2012 vem reforçar o caráter autónomo e abstrato do aval caracterizando tal garantia como “uma garantia objetiva para pagamento do título sem vinculação com a obrigação avalizada, exceto quanto à existência desta. Elimina-se, pois, o carácter subjetivo (este é a vinculação com a obrigação de uma determinada pessoa) do aval para se tornar objetivo (quer dizer uma obrigação abstrata, conforme a literalidade do documento).”<sup>236</sup>

Da autonomia do aval ressalta que “a circunstância da relação subjacente se modificar ou possuir contornos de renovação não induz ou faz seguir que esses efeitos se repercutam ou obtenham incidência jurídica na relação cambiária”, permanecendo esta “independente às mutações ou alterações que se processem na relação subjacente, não acompanhando as eventuais transformações temporais e/ou de qualidade da obrigação causal.”<sup>237</sup>

Ressalvam-se as situações no domínio das relações imediatas, configurando uma exceção ao princípio da autonomia do aval, podendo, nestes casos, os obrigados cambiários discutir a relação subjacente, invocando qualquer exceção da relação causal.<sup>238</sup> Contudo, a instauração de um PER ou a alteração dos créditos no âmbito do plano de recuperação aprovado e homologado não tem a virtualidade de extinguir ou alterar a obrigação assumida pois tal meio de defesa é exclusivo

---

<sup>235</sup> *Direito Comercial – Títulos de Crédito*, p. 160-175. Sobre a autonomia do aval e a sua distinção da fiança vide FERRER CORREIA, *Lições...*, p. 215 e ss; PEDRO ROMANO MARTINEZ/PEDRO FUZETA DA PONTE, *Garantias...*, pp. 118-119; JOSÉ HENRIQUE DELGADO DE CARVALHO, *Ação Executiva...* pp. 211-215; MENEZES DE LEITÃO, *Garantias...*, pp.118-119, que refere: “O caráter autónomo do aval, de certo modo, descarateriza-o como uma verdadeira garantia pessoal, pois o avalista passa a responder – solidariamente com o avalizado – como devedor de uma obrigação própria.”

<sup>236</sup> No mesmo Ac. é ainda referido que “o avalista não é responsável ou não se obriga ao cumprimento da obrigação constituída pelo avalizado, mas tão só ao pagamento da quantia titulada no título de crédito. A obrigação firmada pelo avalista é perante a obrigação cartular e não perante a relação subjacente”.

<sup>237</sup> Excertos retirados de Ac. do STJ de 26/02/2013 e de 11/12/2012 respetivamente.

<sup>238</sup> Cfr. art. 17º LULL. A autonomia do aval é, também, excecionada nos casos de má-fé qualificada do portador (“procedido conscientemente em detrimento do devedor.”).

do subscritor do título uma vez que o PER assenta num acordo entre a subscritora e os seus credores, não sendo oponível pelos avalistas.<sup>239</sup>

Relativamente aos casos em que do plano de recuperação aprovado e homologado, no âmbito de um PER, resultem modificações nos créditos garantidos, é entendido - por uma parte minoritária da doutrina e da jurisprudência<sup>240</sup> - que tal constitui causa superveniente que torna inexigível a obrigação do avalista.

Como fundamento alegam a acessoriedade das garantias em relação à obrigação principal. De tal característica resulta que as modificações que ocorram nos créditos se repercutirão na garantia, quer quanto ao montante do crédito, quer quanto ao respetivo prazo de vencimento, podendo tal modificação ser invocada pelo terceiro garante de modo a escusar-se ao cumprimento da garantia nos termos inicialmente previstos.

LUÍS M. MARTINS assume esta posição sustentando a inexistência de incumprimento para que os terceiros garantes e condevedores possam ser interpelados. Este AUTOR defende que com a sentença homologatória “*nasce uma nova dívida suportada num novo título, com novos valores e prazos (a grande maioria das vezes com a anuência do próprio credor).*”<sup>241</sup>

Com o devido respeito, cumpre destrinçar os argumentos supra referidos, expondo a nossa opinião.

Como já foi referido anteriormente, apesar da acessoriedade característica das garantias, o aval é autónomo “no sentido de que o aval é também um verdadeiro negócio cambiário, origem, de uma outra obrigação. (...) Por isso se pode dizer que no aval existem duas obrigações (a garantida e a do avalista) e dois

---

<sup>239</sup> Cfr. Ac. do TRC de 03-06-2014. O subscritor de uma letra pode invocar as denominadas exceções cambiárias, ao contrário do portador, sendo o direito cartular do portador independente do negócio fundamental que lhe esteve na origem, sendo-lhe inoponível as eventuais exceções deste decorrentes. (Cf. JOSÉ A. ENGRÁCIA ANTUNES, *Os Títulos...*, pp.99-100.

<sup>240</sup> Vide Ac. do TRG datado de 24.02.2012.

<sup>241</sup> *Processo de Insolvência...* pp. 466-468.

devedores.”<sup>242</sup> Em virtude disso, o avalista assume uma obrigação direta e pessoal, respondendo direta e pessoalmente perante o credor cambiário, pelo pagamento do título e não pelo cumprimento deste.

Efetivamente, a obrigação que é afetada pela aprovação e homologação do plano de recuperação não é a obrigação do avalista, pois aquele plano apenas se aplica ao devedor e aos seus credores, não sendo, como tal, invocáveis pelo avalista as modificações constantes no predito plano.

Não se pode concordar que a renegociação da dívida consubstancie uma novação, pois esta pressupõe a existência de uma “*nova obrigação em substituição da antiga*.”<sup>243</sup> As dívidas previstas no plano não consubstanciam uma substituição até porque não existe a certeza de que o plano venha a ser cumprido, voltando a dívida aos seus trâmites iniciais em caso de incumprimento, não existindo, por isso, uma substituição do título.<sup>244</sup>

Assim, a tese de que não existe incumprimento não sendo, por isso, invocável o cumprimento da garantia não se efetiva, pois a obrigação não está a ser pontualmente cumprida conforme convencionado.<sup>245</sup> O devedor é que beneficia de condições especiais de pagamento pelas dificuldades económicas que apresenta, o que não se repercutirá ao caso dos avalistas.<sup>246</sup>

---

<sup>242</sup> JOSÉ HENRIQUE DELGADO DE CARVALHO, *Ação...* p. 216.

<sup>243</sup> Cfr. art. 857º do CC. Como refere ANTUNES VARELA, *Das Obrigações...*, vol. II, 10ª Ed., pp. 203-231 “A novação consiste na convenção pela qual as partes extinguem uma obrigação, mediante a criação de uma nova obrigação em lugar dela (...) “Essencial (...) é que os interessados queiram realmente extinguir a obrigação primitiva por meio da contratação de uma nova obrigação, alterando apenas um ou alguns dos seus elementos, não há novação, mas simplesmente modificação ou alteração da obrigação.” Ainda sobre a novação, PEDRO ROMANO MARTINEZ, *Direito...* pp.263-264; MÁRIO JÚLIO DE ALMEIDA COSTA, *Direito...*, pp. 1110-1114.

<sup>244</sup> Neste sentido, o Ac. do TRP de 16-09-2014 decidiu no sentido em que “a homologação do plano de recuperação aprovado não determina a extinção, por novação, da obrigação do avalista perante o credor da sociedade devedora.”

<sup>245</sup> Art. 406º, nº1 do CC.

<sup>246</sup> Neste sentido, o Ac. de 07-10-2014 do TRP: “Por isso, qualquer credor que votar favoravelmente um plano de revitalização fá-lo em função daquele devedor e das dificuldades deste mas não pretende abdicar das garantias que o avalista lhe proporciona. Donde, a própria função do plano de revitalização no sentido de procurar viabilizar a empresa que a ele recorre ficaria prejudicada caso o credor tivesse que arcar com o ónus de amenizar pagamentos, nomeadamente no que aos prazos concerne, não apenas relativamente aqueles que diretamente negociam no âmbito de tal plano mas também com garanties, avalistas, que nada têm a ver com os pressupostos e a ponderação desse plano.”



A jurisprudência<sup>247</sup> tem vindo a decidir, maioritariamente, neste sentido, considerando que não se aplica qualquer moratória ou período de carência aos avalistas, podendo os credores acioná-los de imediato pela totalidade da dívida garantida.

O aval, sendo uma obrigação solidária, nos termos do art. 47º da LULL, permite ao credor exigir a prestação por inteiro do avalista, indicando o mesmo artigo que “o portador tem o direito de acionar todas essas pessoas (...) sem estar adstrito a observar a ordem por que elas se obrigaram.”<sup>248</sup>

O avalista que cumprir a obrigação fica sub-rogado nos direitos do credor conforme consta no art. 32º da LULL aplicável ao caso das letras e das livranças e no art. 27º da LUCH aplicável ao cheque. Tal significa que, nos casos em que a dívida é reduzida no plano de recuperação, apesar de o avalista ser responsável pelo pagamento integral da dívida originária, apenas terá direito a ser ressarcido nos mesmos termos que caberiam ao credor, ou seja, ao montante reduzido e estipulado no plano.<sup>249</sup> Assim, a fundamentação exposta permite concluir que a própria natureza do aval impõe a aplicação do art. 217º, nº4.

Há, ainda, que referir que as dificuldades económicas ou a insolvência iminente que conduziram à instauração de um PER consubstanciam uma razão atendível para que o credor reclame o seu crédito contra a sociedade subscritora e instaure execução contra os avalistas, caindo na exceção legal que o art. 519º expressa.

---

<sup>247</sup> Nomeadamente os Ac. do TRP de 09-07-2014 e de 07-10-2014, o Ac. do TRL em 02-06-2014, o Ac. do TRG de 17-12-2013 e o Ac. do TRC de 03-06-2014 que concluiu: “A eventual alteração dos créditos que venha a resultar do plano de recuperação reporta-se exclusivamente à subscritora da livrança e não aproveita aos avalistas; tal alteração – se vier a existir – decorre de um plano de recuperação que assenta num acordo celebrado entre a subscritora da livrança e os seus credores, que tem em vista um determinado objetivo (a recuperação da devedora) e que não envolve as obrigações de outros condevedores ou garantes que, nessa qualidade, não tiveram intervenção naquele acordo e relativamente aos quais os credores não deram o seu assentimento para a alteração das suas obrigações.”

<sup>248</sup> Cfr. JOSÉ A. ENGRÁCIA ANTUNES, *Os Títulos...*, p. 84, “o avalista não goza de qualquer benefício de excussão prévia dos sacadores, aceitantes ou endossantes, respondendo em primeira linha pelo pagamento da letra diante do portador.”

<sup>249</sup> Cfr. ANTUNES VARELA, *Das Obrigações...*, 7ª Ed., p. 346, “a sub-rogação, sendo uma forma de transmissão das obrigações, coloca o sub-rogado na titularidade do mesmo direito de crédito (conquanto limitado pelos termos do cumprimento) que pertencia ao credor primitivo.” Neste sentido, PEDRO ROMANO MARTINEZ, *Direito*, pp. 239-241; MÁRIO JÚLIO DE ALMEIDA COSTA, *Direito...* pp. 821-827.

Assim, deve-se entender que o credor poderá reclamar os seus créditos no âmbito do art. 17º-D, nº2, e simultaneamente intentar uma ação executiva contra os convedores e terceiros garantes.<sup>250</sup>

Assim, por não ser invocável, nas situações de pendência de um PER, a proibição exposta no art. 519º do CC, um dos argumentos mais discutíveis alude à possibilidade de o credor com base no título primitivo poder obter o ressarcimento do seu crédito por duas vias e de forma diferente, contrariando os princípios gerais e fundamentais do nosso direito e vigentes na ordem jurídica comunitária (ou seja, a possibilidade de o credor recuperar o seu crédito junto do devedor segundo as condições estipuladas no plano e, em simultâneo, executar o avalista pelo valor da dívida inicial, ou seja, sem as condições aduzidas no plano).

A questão suscitada reconduz-nos ao instituto do enriquecimento sem causa, nos termos do art. 473º do CC, sendo invocável apenas nos casos em que o credor receba efetivamente para lá do montante do seu crédito.<sup>251</sup> “Realce-se, no entanto, que não é pela inibição do exercício dos direitos do credor que se irá lograr obstar a esse eventual resultado.”<sup>252</sup>

Cumpre, ainda, levantar uma última problemática: nos casos em que um credor vota favoravelmente o plano, aceitando as novas condições de pagamento, não será abusivo acionar o avalista durante a execução do plano quando o devedor esteja em cumprimento das condições do plano?

Apesar da validade do argumento em questão, se for adotada a tese de que apenas os credores que não participaram no PER e, ou, os que não votaram favoravelmente o plano podem acionar os terceiros garantes durante a execução

---

<sup>250</sup> Neste sentido, veio o TRG no Ac. já citado de 05-12-2013 considerar que “não estava vedado à exequente instaurar a execução contra os avalistas e reclamar o crédito por estes avalizado no processo de revitalização, não sendo permitido aos avalistas opor a alteração do prazo de pagamento do crédito avalizado.”

<sup>251</sup> V.g. casos em que o credor seja ressarcido tanto pelo devedor como pelo terceiro garante. Neste caso, terá de restituir o montante indevido, o que recebeu para além do montante inicial do seu crédito. Sobre o instituto do enriquecimento sem causa *vide* PEDRO ROMANO MARTINEZ, *Direito...*, pp.64-84; MENEZES LEITÃO, *Direito...*, pp. 369-434; MÁRIO JÚLIO DE ALMEIDA COSTA, *Direito...*, pp. 489-515.

<sup>252</sup> Excerto retirado do Ac. do TRL de 19-09-2013.

do plano de recuperação, tal facto provocaria a rejeição do PER pelos credores, conduzindo à não participação no processo negocial e, ou, à adoção de comportamentos inviabilizadores de forma a salvaguardarem o exercício dos seus direitos sobre os terceiros garantes.<sup>253</sup>

Este entendimento contraria a *ratio* do PER. Os propósitos do PER exigem que se dê primazia à revitalização do devedor sem frustrar a expectativa de satisfação dos direitos dos credores de modo a que estes não percam o interesse na celebração de um acordo.<sup>254</sup>

### 3.1.1. O CASO DAS LETRAS OU LIVRANÇAS EM BRANCO

Neste ponto, cumpre analisar os efeitos do preenchimento de uma letra ou de uma livrança após a instauração de um PER do aceitante ou subscritor do título.

O denominado “aval geral” é admissível nos casos em que exista um pacto de preenchimento do título que irá ditar os elementos essenciais em causa, pois nestes casos o aval não deixa de desempenhar a sua função de garantia do pagamento do título nos termos definidos pelo pacto de preenchimento.<sup>255</sup>

A letra em branco<sup>256</sup> resulta do confronto entre os art.<sup>os</sup> 1º e 2º da LULL (art.<sup>os</sup> 75º e 76º da LULL aplicáveis à livrança) e o art. 10º do mesmo diploma,

---

<sup>253</sup> No sentido em que esta solução é aplicável mesmo que o credor tenha votado favoravelmente a medida, *vide* LUIS. A. CARVALHO FERNANDES/ JOÃO LABAREDA, *Código...*, p. 724.

<sup>254</sup> Cfr. ISABEL MENÉRES CAMPOS, *A Posição...*, pp. 66-67, que acrescenta ainda como fundamento para esta interpretação o propósito revitalizador do PER que necessita da participação e do acordo dos credores. Como tal, e concordando com a opinião da AUTORA quando refere que “a intenção do legislador é, claramente, fomentar esse acordo, estímulo que nos parece sair enfraquecido se os credores, sabendo da eventualidade de perderem os seus direitos contra os garantes, se pronunciarem, por regra, contra o plano.”

<sup>255</sup> Cfr. MENEZES LEITÃO, *Garantia...*, 4ª Ed., p.119; L. M. PESTANA DE VASCONCELOS, *Direito...* pp.122-124; EVARISTO MENDES, *Aval...*, p. 135.

<sup>256</sup> Cfr. JORGE HENRIQUE DA CRUZ PINTO FURTADO, *Títulos...*, p. 145 “letra em branco é aquela que tem atrás de si um acordo para preenchimento ulterior, ao passo que na letra incompleta, não existe esse acordo. A primeira é uma letra em formação sucessiva, enquanto a segunda não passará de título nulo, que não poderá valer como letra, por falta de elementos essenciais”.

concluindo-se que o momento decisivo para se determinar a validade da letra não é o da emissão, mas sim o do vencimento.<sup>257</sup>

Maioritariamente, a doutrina e a jurisprudência entendem que a obrigação cambiária constitui-se com a data de assinatura do título pelo obrigado cambiário, mas que a mesma apenas se efetiva com o preenchimento do título que deverá ocorrer antes do vencimento. De acordo com esta corrente, à qual aderimos, “a obrigação cambiária do aceitante ou subscritor respetivamente de letra ou livrança emitida, total ou parcialmente, em branco nasce com a aposição da respetiva assinatura nessa qualidade no título e a entrega deste ao tomador.”<sup>258</sup>

Sobre esta querela o TRC, no acórdão de 03-06-2014, vem decidir que o facto de uma livrança em branco ser preenchida sem ter em conta as condições estipuladas no plano de recuperação, num momento em que o plano de recuperação já estava em vigor, não pressupõe que esta tenha sido preenchida em desconformidade com o contratualmente fixado. Considera, assim, este Tribunal que “o que releva para efeitos de eventual preenchimento abusivo é a desconformidade desse preenchimento com as condições previamente acordadas no momento da subscrição da livrança e, portanto, o que releva para esse efeito é o momento de vencimento da obrigação que, nessa ocasião, ficou estabelecido, sendo, para tanto, irrelevante a alteração do prazo de vencimento que, posteriormente, vem a ser efetuado apenas no que toca a um dos obrigados.”<sup>259</sup>

O preenchimento ulterior de um título à instauração de um PER não consubstancia uma nulidade formal nem uma violação do acordo de preenchimento, desde que a subscrição do título seja prévia à instauração do PER, considerando-se, nestes casos, que a obrigação já estava constituída e celebrado o referido acordo.

---

<sup>257</sup> Depois da emissão, poderá o título vir a ser dotado dos elementos necessários para que possa produzir efeitos como letra, sendo necessário, porém, que esses requisitos constem nela na altura do seu vencimento. Se, neste momento, a letra não se encontrar preenchida, então, nos termos dos art.<sup>os</sup> 1º e 2º, não poderá produzir efeitos como letra.

<sup>258</sup> JOSÉ HENRIQUE DELGADO DE CARVALHO, *Ação...*, pp. 209-210.

<sup>259</sup> Cfr. Ac. TRC de 03-06-2014.

Tal facto implica que a letra ou a livrança em causa devem ser preenchidas conforme a obrigação que serve de garantia e não com as condições aduzidas no âmbito do plano de recuperação aprovado e homologado em PER, segundo a argumentação que vem a ser defendida ao longo do texto.

Acresce que por força da literalidade dos títulos de crédito e da autonomia do aval, a solução por nós preconizada é aquela que melhor se harmoniza com o regime exposto na Lei Uniforme.<sup>260</sup>

### 3.2. FIANÇA<sup>261/262</sup>

Em relação ao regime jurídico da fiança, os princípios aplicáveis já não são os da literalidade, incorporação, autonomia e abstração como no caso do aval, mas sim os da acessoriedade e subsidiariedade, como ressalta do art. 627º, nº2 e do art. 638º do CC, respetivamente.<sup>263</sup>

A responsabilidade subsidiária do fiador tem por base o benefício de excussão,<sup>264</sup> que lhe permite “recusar o cumprimento enquanto o credor não tiver executado todos os bens do devedor sem obter a satisfação do seu crédito.”<sup>265</sup>

A responsabilidade subsidiária do fiador não é um elemento essencial da fiança, podendo ser afastada quando o fiador renuncie ao benefício da excussão

---

<sup>260</sup> Vide ALEXANDRE DE SOVERAL MARTINS, *Títulos...*

<sup>261</sup> Aplica-se o disposto no presente ponto, com os necessários ajustes à subfiança e à retrofiança, já que a natureza da obrigação é a mesma. Sobre a subfiança vide L. M. PESTANA DE VASCONCELOS, *Direito...*, pp. 111-112 e sobre a retrofiança vide MENEZES LEITÃO, *Garantia...*, p.131.

<sup>262</sup> Cfr. MENEZES CORDEIRO, *Manual...*, p. 615, refere que “quando as partes não tenham estabelecido um regime de autonomia, o seguro de crédito é considerado como uma “*verdadeira fiança*”. A grande particularidade é o ser prestada por uma companhia seguradora.” Neste sentido, ANTUNES VARELA, *Seguro...* pp. 49-89. Aplica-se, também, com as necessárias adaptações, o disposto neste ponto ao Mandato de Crédito previsto no art. 629º do CC. Sobre este regime vide JOÃO CALVÃO DA SILVA, *Mandato...*, pp.245-260; HUGO ALVES, *Do Mandato...*

<sup>263</sup> Sobre o regime jurídico da fiança vide JANUÁRIO DA COSTA GOMES, *Assunção...* L.M. PESTANA DE VASCONCELOS, *Direito...*, pp. 77 e ss.

<sup>264</sup> Cfr. JANUÁRIO DA COSTA GOMES, *Estudo...*, Vol. I, p.30 “Assim, a invocação do benefício da excussão impõe ao credor que atue primeiro junto do património do devedor, em ordem à satisfação do seu crédito e que o faça até à sua exaustão.”

<sup>265</sup> Art. 638º do CC.

prévia,<sup>266</sup> dando origem à denominada “*fiança solidária*”.<sup>267</sup> Cumpre, ainda, referir que no cerne da atividade bancária, é conferida à fiança a natureza de ato de comércio, sendo-lhe aplicável o art. 101º do CCom que impõe a solidariedade entre o devedor e o fiador, afastando o benefício da excussão prévia.<sup>268</sup>

Após explicitações dogmáticas acerca da natureza e dos princípios que regulam a fiança, cumpre esclarecer que podem ser livremente instauradas contra o fiador “*ações para cobrança de dívidas*” durante o PER, não se suspendendo ou excluindo as ações contra este, tendo em conta o estabelecido no art. 17º-E, nº1. Porém, quando o fiador possua o benefício da excussão prévia fica o credor impedido de propor ações executivas contra o fiador até que seja executido, previamente, todo o património do devedor.<sup>269</sup>

As questões mais controversas respeitam aos casos em que um crédito garantido por uma fiança seja alterado no âmbito do PER, sendo importante, nestes casos, destringir se da acessoriedade da fiança resulta a possibilidade de tal modificação ser invocada pelo fiador de modo a escusar-se ao cumprimento da garantia nos termos inicialmente previstos.

Deste modo, cumpre referir que não se aplica o art. 651º do CC pois a obrigação principal permanece, apenas se torna inexigível perante o devedor.<sup>270</sup> Deste modo, como referido em relação ao aval e sendo inteiramente aplicado neste caso, não existe uma novação da dívida, pois não se extingue a obrigação principal. Esta apenas não é exigível perante o devedor caso este cumpra o estipulado no plano, já que do incumprimento resulta a exigibilidade da obrigação principal.

---

<sup>266</sup> Art. 640º do CC.

<sup>267</sup> Expressão retirada de PEDRO ROMANO MARTINEZ\PEDRO FUZETA DA PONTE, *Garantias...*, p.89.

<sup>268</sup> MARGARIDA LIMA REGO, *Garantias...*, p. 213, apelida de fiança bancária estes casos, ou seja, quando o fiador é um banco.

<sup>269</sup> Contudo, o art. 641º do CC alude à possibilidade de o credor instaurar ação judicial contra o fiador para reconhecer a existência do direito.

<sup>270</sup> NUNO SALAZAR CASANOVA\DAVID SEQUEIRA DINIS, *O Processo...* p. 62. “Em suma, a responsabilidade do fiador face ao credor não é afetada pelo plano de recuperação que venha a ser aprovado no PER (nem ao nível do montante, nem ao nível das condições de pagamento).”

Esta inexigibilidade é *intuitu personae*, aplicando-se os argumentos aduzidos ao longo do capítulo, nomeadamente o facto de apenas o devedor possuir as condições económicas que justificam as especiais cláusulas de pagamento em prol da sua revitalização.

JANUÁRIO GOMES<sup>271</sup> descreve como um dos pilares da fiança “*o fim de garantia ou de segurança*” que se traduz “na tendencial insensibilidade dos termos da responsabilidade fidejussória à sobrevinda impotência económica do devedor.” De tal característica resulta, na ótica do AUTOR e com a qual concordamos, que “a declaração de falência do devedor principal não perturba a responsabilidade do fiador”, pois caso contrário, “a fiança seria, então, uma mera figura de decoração que em nada aproveitaria ao credor.” Por ordem de razão, o mesmo raciocínio deverá ser aplicado ao PER.

Apesar de a acessoriedade da fiança estabelecer que “a fiança tem o conteúdo da obrigação principal”,<sup>272</sup> quando estamos no âmbito da fiança solidária, o fiador é solidariamente responsável pelo pagamento da obrigação, nada impedindo que o credor acione o fiador pelo montante integral do crédito durante o PER.<sup>273/274</sup>

Deste modo e seguindo o raciocínio supramencionado o fiador é responsável pelo pagamento da obrigação nas condições prévias ao plano, indo ao encontro do exposto no art. 217º, nº4, numa *ratio* de proporção e adequação do risco entre os credores e os garantes.

Concludentemente, afere-se que o credor pode exigir do fiador solidário o montante inicial do crédito e do fiador subsidiário<sup>275</sup> apenas a parte reduzida no plano, pois a obrigação ao ser subsidiária determina que primeiro terá de ser o património do garantido a responder.

---

<sup>271</sup> *Estudo...*, pp. 20-21.

<sup>272</sup> Art. 643º do CC.

<sup>273</sup> No mesmo sentido, NUNO SALAZAR CASANOVA\DAVID SEQUEIRA DINIS, *O Processo...*, pp. 59-62 e ISABEL MENÉRES CAMPOS, *A Posição...*, p. 62.

<sup>274</sup> Claro que isto só ocorrerá se o fiador renunciar também ao benefício da divisão (art. 649º do CC) no caso de existirem pluralidade de fiadores.

<sup>275</sup> Corresponde aos casos em que o fiador goze de benefício da excussão prévia.

Para clarificar as conclusões aduzidas, cabe-me exemplificar uma situação na qual um crédito com um montante inicial de 100€ foi reduzido para 80€ no âmbito de um plano de recuperação. Sendo a dívida solidária, o fiador será responsável pelo pagamento dos 100€. Sendo a dívida subsidiária tal pressupõe que o fiador pode recusar o pagamento até serem executados todos os bens do devedor. Assim, são passíveis duas situações: se o devedor incumprir o plano e for previamente executado todo o seu património, o fiador é responsável pelo pagamento da parte restante (ex: o devedor apenas pagou 30€, sendo o fiador responsável por 70€), tendo como limite o valor inicial do crédito antes da redução por via do plano de recuperação; caso o devedor cumpra e pague o montante de 80€, são oponíveis ao fiador a parte reduzida em virtude do plano - os restantes 20€.

Conforme previsto no art. 644º do CC o fiador que cumprir a obrigação fica subrogado nos direitos do credor. Tal facto implica que, apesar de o fiador ser responsável pelo pagamento integral da dívida, com a sub-rogação ao ficar na posição do credor originário apenas terá direito ao valor que couber a esse credor, correspondendo novamente à solução acolhida no art. 217º, nº4.

A acessoriedade da fiança concede ao fiador além dos meios de defesa que lhe são próprios os meios de defesa do devedor.<sup>276</sup> Um dos meios de defesa do fiador é a sua liberação por impossibilidade de sub-rogação, ficando “desonerados da obrigação que contraíram, na medida em que, por facto positivo ou negativo do credor, não puderem ficar sub-rogados nos direitos que a este competem.”<sup>277</sup>

Podem decorrer situações deste foro no PER quando, por exemplo, o credor aceite uma redução do seu crédito, no âmbito do plano de recuperação, que não é necessária e que deixa o credor numa situação pior do que aquela que decorreria

---

<sup>276</sup> Cfr. MARGARIDA LIMA REGO, *Garantias...*, p. 215, este é um dos aspetos mais distintivos das garantias acessórias “porque esta oponibilidade não existe, por definição, nas garantias autónomas”.

<sup>277</sup> Art. 653º do CC.



da inexistência de um plano. Tal facto implica, que em virtude disto, o fiador poderá ficar isento da sua obrigação na parte relativa a essa redução.<sup>278</sup>

Cumpre destriçar os casos em que estamos perante uma fiança com uma cláusula *solve et repete*.<sup>279</sup> Esta cláusula determina o pagamento imediato com a interpelação do credor, só podendo reclamar após o pagamento, caso este seja indevido. Assim, continuam a ser oponíveis, pelo fiador, os meios de defesa do devedor, apenas existe um adiamento do momento da oposição.

Compatibilizando tal regime com o PER, significa que tal regime é passível de situações abusivas por parte do credor que pode recuperar o seu crédito junto do devedor e interpelar o fiador para o pagamento, não podendo este opor, no momento de interpelação, qualquer meio de defesa. Nestes casos, o fiador teria, depois, direito de repetição do indevido sobre o credor.

### 3.3. GARANTIAS BANCÁRIAS AUTÓNOMAS<sup>280</sup>

A Garantia Bancária Autónoma não está prevista na lei<sup>281</sup>, resultando do princípio da autonomia privada (art. 405º do CC) e garante a satisfação de uma obrigação assumida por terceiro, “independentemente da validade ou eficácia

---

<sup>278</sup> Neste sentido, NUNO SALAZAR CASANOVA E DAVID SEQUEIRA DINIS, *O Processo...* pp. 61-62.

<sup>279</sup> MARGARIDA LIMA REGO, *Garantias...*, p. 218, esclarece que a fiança à primeira solicitação não poderá ter outro alcance que não o de uma cláusula de *solve et repete*. Vide JANUÁRIO DA COSTA GOMES, *A Chamada...*, pp. 833 e ss; MENEZES LEITÃO, *Garantias...* pp. 107-109 refere que a vantagem desta cláusula passa pela transferência dos custos do litígio para o fiador já que terá de ser este a interpor uma ação de repetição do indevido, estando, igualmente, o ónus de prova invertido, não cabendo a prova ao credor. Tem-se, contudo, admitido que o fiador pode obstar à exigência automática da fiança com fundamento no manifesto abuso de direito por parte do credor.

<sup>280</sup> Aplica-se o disposto, com as necessárias adaptações, ao denominado seguro-caução. Segundo MENEZES CORDEIRO, *Manual...*, p. 766 “o chamado seguro caução desempenha uma função que permite, materialmente, inseri-lo no domínio das garantias autónomas.”

<sup>281</sup> O contrato de garantia bancária autónoma apesar de legalmente atípico é socialmente típico, existindo uma prática reiterada que foi acolhida na comunidade jurídica. MARGARIDA LIMA REGO, *Garantias...*, p. 215, define o contrato de garantia bancária autónoma “como o contrato em que alguém – o garante – assume perante outrem – o beneficiário – o risco de verificação de um determinado resultado, positivo ou negativo, obrigando-se ao pagamento de uma prestação, em caso, respetivamente, de verificação ou não verificação desse resultado.”

desta obrigação e dos meios de defesa que a ela possam ser opostos, assegurando assim que o credor obterá sempre o resultado do recebimento dessa prestação.”<sup>282</sup>

Apesar das necessárias adaptações, aplica-se a generalidade do exposto em relação ao aval, significando isto que “o garante deve pagar e não pode opor qualquer efeito – extintivo, modificativo – adveniente do plano ao beneficiário.”<sup>283</sup> Isto, porque a autonomia caracterizante deste tipo de garantias isenta-as das vicissitudes da relação subjacente.

No caso das garantias bancárias autónomas o banco garante não fica sub-rogado no direito do credor. “Antes tem o direito de exigir do ordenante o pagamento da quantia que desembolsou, direito esse que advém da obrigação contratual assumida pelo ordenante perante o banco.”<sup>284</sup>

A própria natureza da garantia bancária autónoma força a aplicação do regime expresso no art. 217º, nº4, com a limitação do direito de regresso do garante à parte reduzida do plano segundo o imposto no preceituado artigo.

A garantia bancária autónoma pode revestir a forma de uma garantia autónoma simples ou de uma garantia autónoma *on first demand*.<sup>285</sup> Na garantia bancária simples pertence ao beneficiário o ónus de comprovar a exigibilidade da obrigação, devendo o garante cumprir após a demonstração de tais factos; no caso de uma garantia bancária autónoma *on first demand* a garantia além de autónoma é automática, bastando ao beneficiário interpelar o garante, sem necessidade de demonstração da exigibilidade da obrigação.<sup>286</sup>

---

<sup>282</sup> MENEZES LEITÃO, *Garantia...*, vol. II, p.121. Sobre o regime da garantia bancária autónoma vide MENEZES CORDEIRO, *Manual...*, p. 762-766; PEDRO ROMANO MARTINEZ, *Garantias...*, pp.265-288; ANTÓNIO MENEZES CORDEIRO/LUÍS MENEZES LEITÃO/JANUÁRIO DA COSTA GOMES, *Estudos...* pp. 265-288; MÓNICA JARDIM, *A garantia...*; FRANCISCO CORTEZ, *A Garantia...* pp. 513 ss.

<sup>283</sup> NUNO SALAZAR CASANOVA; DAVID SEQUEIRA DINIS, *O Processo...*, p. 65.

<sup>284</sup> NUNO SALAZAR CASANOVA e DAVID SEQUEIRA DINIS *O Processo...*, p. 65

<sup>285</sup> Sobre as modalidades da garantia bancária autónoma vide PEDRO ROMANO MARTINEZ/PEDRO FUZETA, *Garantias...*, pp. 135-137; LUÍS MANUEL TELES DE MENEZES LEITÃO, *Direito das Obrigações*, vol. II, pp. 342-345; ANTÓNIO SEQUEIRA RIBEIRO, *Garantia...*, pp. 289-423.

<sup>286</sup> O TRC no Ac. de 26-11-1996 considerou que na “garantia simples, o beneficiário, para exigir a obrigação do garante, tem de provar a ocorrência dos pressupostos que condicionam o seu direito, na garantia à primeira solicitação, não tem esse ónus” e que “por não ter esse ónus o pagamento não lhe pode

Conclui-se que das garantias bancárias autônomas *on first demand* podem resultar situações abusivas, aproveitando, o beneficiário, a inexistência de exigibilidade de demonstração da obrigação para interpelar indevidamente o garante para pagamento. Nestes casos, apenas o ordenante poderá agir perante o credor para recuperar o pagamento indevido, sendo tal possibilidade vedada ao garante. Em relação à garantia bancária autônoma simples, o garante está mais protegido, pois pode exigir do credor a comprovação da exigibilidade da obrigação.

#### 4. CONDEVEDORES

A conjunção é a regra geral nas obrigações civis.<sup>287</sup> Ao condevedor conjunto não é exigível o pagamento integral da prestação, mas apenas a parte pela qual este é responsável.<sup>288</sup> A sua parte da dívida não será afetada pelo plano nem pelas condições especiais de pagamento que o devedor em PER possa beneficiar.<sup>289/290</sup> Assim, o presente ponto irá cingir-se apenas aos condevedores solidários já que quanto aos condevedores conjuntos o regime aplicável não suscita quaisquer dúvidas.

---

ser recusado por não se demonstrar que se verificam os pressupostos do incumprimento por parte do garantido”.

<sup>287</sup> Resulta da contraposição entre o art. 513º e os art.ºs 497º e 507º do CC. Sobre o regime das obrigações conjuntas, MENEZES LEITÃO, *Direito das Obrigações*, p. 147.

<sup>288</sup> Cf. Ac. do STJ de 29-05-2007: “Nas obrigações civis integrantes de responsabilidade contratual em que haja pluralidade de devedores a regra geral é a da conjunção: cada um dos obrigados responde para com o credor por uma parte proporcional da prestação, se o contrário não estiver estipulado entre as partes, expressa ou tacitamente, nem resultar da lei.”

<sup>289</sup> Segundo ANTUNES VARELA, *Das Obrigações...*, vol. II, p. 750, o “traço característico da conjunção é que casa vínculo, uma vez constituído, possui vida autônoma. (...) “se algum dos devedores cair em falência ou insolvência, esses factos não prejudicam as outras obrigações nem aproveitam os outros credores ou devedores.” Neste sentido, MENEZES CORDEIRO, *Tratado...*, p. 762, explicita que as obrigações parciárias (conjuntas) têm como regra basilar o *beneficium divisionis* cuja essência leva a que “o credor só possa exigir a cada devedor, a parcela que lhe caiba.”

<sup>290</sup> Art. 534º do CC. Nas dívidas conjuntas, caso não resulte outra proporção da lei ou do negócio jurídico, presume-se que são iguais as partes que têm na obrigação divisível os vários credores ou devedores. Neste sentido, MÁRIO JÚLIO DE ALMEIDA COSTA, *Direito...* pp.664-665.

Nos casos de solidariedade passiva, o credor tem o direito de exigir de qualquer dos devedores toda a prestação, ou parte dela, proporcional ou não à quota do interpelado.<sup>291</sup>

Nestes termos, o condevedor solidário que satisfizer o direito do credor além da parte que lhe competir tem direito de regresso contra cada um dos condevedores, na parte que a estes compete.<sup>292/293</sup>

NUNO SALAZAR CASANOVA e DAVID SEQUEIRA DINIS<sup>294</sup> entendem que neste caso por estarmos perante um direito de regresso, não há analogia suficiente para se aplicar o art. 217º, nº4, pela natureza distinta do direito de sub-rogação em relação ao direito de regresso.

Na realidade, o direito de regresso, ao invés da sub-rogação, “é um direito nascido *ex novo* na titularidade daquele que extinguiu a relação creditória anterior.”<sup>295</sup> Assim, os AUTORES entendem que ao criar-se um direito novo, tal significa que este não pode ser sujeito às condições do plano previamente aprovado, ou seja, não pode o direito de regresso dos condevedores ficar sujeito às condições aduzidas no plano pois é posterior à existência deste.<sup>296</sup>

Contudo, apesar da validade do argumento,<sup>297</sup> o art. 217º, nº4, consagra um regime excecional, impondo aos condevedores que “apenas poderão agir contra o devedor em via de regresso nos termos em que o credor da insolvência pudesse exercer contra ele os seus direitos.”

---

<sup>291</sup> O art. 518º do CC expressa a impossibilidade do devedor solidário demandado opor o benefício da divisão.

<sup>292</sup> Cfr. art. 524º do CC. Sobre o regime da solidariedade passiva *vide* MENEZES LEITÃO, *Direito das Obrigações*, pp. 149-151; L. M. PESTANA DE VASCONCELOS, *Direito...* pp. 182-186; MÁRIO JÚLIO DE ALMEIDA COSTA, *Direito...*, pp.670-672.

<sup>293</sup> Nas obrigações comerciais a regra geral é a solidariedade, salvo estipulação contrária (art. 100º do CCom).

<sup>294</sup> *O Processo...* p. 62-64.

<sup>295</sup> ANTUNES VARELA, *Das Obrigações...*, 7ª Ed., p. 346.

<sup>296</sup> Aqui, aplica-se o entendimento proferido no ponto 1.1.1 do capítulo III, no qual se referiu que o plano de recuperação apenas abrange os créditos constituídos até ao término da fase de reclamação de créditos.

<sup>297</sup> Na realidade, como analisado no ponto 1.1.1 do capítulo II, os créditos constituídos após o fim do prazo de reclamação de créditos são extrínsecos ao PER. Assim, o direito de regresso ao criar um direito novo, é constituído após o fim deste prazo, sendo, este crédito, com base no regime geral do PER, extrínseco ao PER, não estando sujeito às condições aduzidas no plano.

Tal limitação justifica-se pelos argumentos que têm vindo a ser aduzidos ao longo do presente capítulo. Se o condevedor em PER fosse demandado pelo valor original da dívida, sem as condições aduzidas no plano, tal seria obviar ao estipulado no plano, podendo inviabilizar a recuperação do devedor, sendo tal solução contrária aos propósitos revitalizadores do processo. Aliás, conforme referido anteriormente, a *ratio* visada pelo art. 217º, nº4, urge a sua aplicação subsidiária ao PER.

Os condevedores solidários gozam do benefício da repartição no âmbito do art. 526º do CC. Este artigo, segundo a nossa apreciação, pode ser aplicável ao PER, permitindo ao credor de regresso gozar do benefício da repartição sobre os outros condevedores em relação à parte reduzida do crédito que está impedido de invocar perante o devedor em PER.

## CAPÍTULO V

### CONCLUSÕES

O Processo Especial de Revitalização vem corporizar a aproximação ao modelo norte-americano *debtor-friendly* com o consequente afastamento do modelo tradicional germânico *creditor-friendly*. Assim, este processo ao invés da liquidação do património do devedor com a satisfação dos direitos dos credores tem como propósito a revitalização do devedor, impondo aos credores, em virtude disto, um período durante o qual estão impedidos de instaurar *ações para cobrança de dívidas* contra o devedor, suspendendo-se as ações em curso com idêntica finalidade que serão, posteriormente, extintas logo que seja aprovado e homologado plano de recuperação, salvo quando este preveja a sua continuação.

O *stand still* é uma fase fulcral no Processo Especial de Revitalização que se for utilizada indevidamente poderá lograr efeitos abusivos sobre os credores, o que levará a que estes percam o interesse no processo, determinando a ineficácia do PER, já que a aprovação do plano de recuperação está inteiramente dependente da vontade destes.

A eventual utilização abusiva do PER é potenciada pela falta de controlo dos requisitos objetivos do devedor, já que as formalidades a que os art.<sup>os</sup> 17º-A e 17º-C fazem referência não são suficientes para comprovar a situação económica do devedor. Assim, o início do processo tem, na prática, como único requisito a manifestação da vontade do devedor e de um único credor, independentemente do montante ou da natureza do crédito. Tal permite que recorram ao PER devedores que não se encontrem nas situações necessárias, com o propósito de usufruir, indevidamente, dos efeitos do período de *stand still*. Para acautelar tais consequências a comprovação da situação económica do devedor deveria estar dependente da certificação de uma entidade independente, como ocorre em ordenamentos jurídicos com regimes similares ao PER (v.g. alemão, italiano) e como estava previsto na versão do Anteprojeto do diploma que alterou o CIRE.

O desenho legal do regime apesar de aparentemente simples está, na prática, enlaçado em diversas problemáticas que têm merecido cada vez mais destaque na doutrina e na jurisprudência. Uma das questões decorrentes da imprecisão legal é a delimitação da expressão *ações para cobrança de dívidas*. A delimitação destas ações são fundamentais para que termine a insegurança dos credores e a discórdia nos nossos tribunais. De facto, existe jurisprudência que erradamente, a nosso ver, abarca toda a espécie de atos judiciais e extrajudiciais como a execução dos contratos no âmbito do art. 17º-E, nº1, fazendo com que o PER se torne desproporcionadamente penoso para os credores.

Entendemos que a expressão “*ações para cobrança de dívidas*” utilizada pelo legislador português se refere a ações judiciais que se destinam à realização coerciva de uma dívida, refletindo a natureza de todas as modalidades das ações executivas. Em consonância, serão consideradas “*ações para cobrança de dívidas*” as providências cautelares antecipatórias de uma ação que pela sua natureza se encontraria abrangida pelos efeitos do artigo 17º-E, nº1.

Deste modo, as ações declarativas não são ações para cobrança de dívidas pois apenas visam a declaração do direito, sendo um estágio prévio à cobrança. Aplica-se o mesmo raciocínio às injunções, às convenções de mediação e de arbitragem e à generalidade das providências cautelares.

O PER visa o normal desenvolvimento da atividade do devedor, mantendo este a administração e a gestão da sua atividade, devendo, por essa razão, considerar-se que o pagamento de serviços, a execução de contratos, a compensação de créditos e a execução extrajudicial de garantias não consubstanciam ações para cobrança de dívidas. Aliás, as diligências extrajudiciais estão formalmente excluídas do âmbito de aplicação da norma pois o artigo 17º-E, nº1, alude a ações de natureza judicial.

Não obstante, podem existir casos em que apesar de uma ação não ser formalmente uma “*ação para cobrança de dívida*” nos contornos apresentados, materialmente tem efeitos devastadores, terminando com qualquer hipótese de

revitalização do devedor. Acresce neste âmbito o princípio da boa-fé, cuja importância é reforçada pelos Princípios Orientadores, que reiteram os deveres de boa-fé e cooperação a que os credores que participam no PER estão adstritos durante o processo. Assim, estes credores deverão privar-se de atos que pela sua natureza sejam suscetíveis de inviabilizar a recuperação do devedor. Nestes casos, o tribunal e o administrador judicial provisório assumem um papel preponderante para a eficácia do processo, já que, a nosso ver, se admite que em “casos-limite” o tribunal possa sujeitar ao regime do art.17º-E, nº1, tais ações em respeito pela *ratio* do preceito.

Neste âmbito, o melhor caminho seria a concretização legal do conceito como ocorre no ordenamento norte-americano para que os credores conhecessem, desde logo, as limitações impostas ao seu direito de ação.

Além da delimitação objetiva da norma, há que circunscrever temporalmente a sua vigência. Assim, ao contrário do que o elemento literal parece indicar, há que estender o período de *stand still* até à prolação da sentença homologatória, ou seja, até ao momento a partir do qual o plano de recuperação produz efeitos, pois caso contrário os credores poderiam instaurar ações para cobrança de dívidas contra o devedor, entre o fim das negociações e a prolação da sentença homologatória, inviabilizando a recuperação do devedor e inutilizando todos os esforços negociais.

Não obstante, a extinção das ações para cobrança de dívidas a que o artigo 17º-E, nº1, faz referência, deverá ocorrer apenas após o trânsito em julgado da sentença homologatória para salvaguardar os direitos dos credores e o princípio da economia processual, na medida em que nos casos em que a sentença homologatória fosse revogada os credores teriam de interpor nova ação, percorrendo novamente todo o calvário judicial.

Por último, a delimitação subjetiva da norma indica-nos que os condevedores e os terceiros garantes não gozam do período de *stand still*. A sua responsabilidade não é afetada pela pendência de um PER, nem pela aprovação de um plano de



recuperação (mesmo nos casos em que tal aprovação modifique o montante ou as condições de pagamento do crédito). Isto, porque a *ratio* do PER passa pela recuperação do devedor a quem, pelas dificuldades económicas que apresenta, é conferido um regime mais favorável à sua revitalização.

Mais uma vez, o legislador deveria ser explícito quanto à remissão para o art. 217º, nº4, ou quanto ao desenho de um regime similar específico para o PER para amover a doutrina, apesar de minoritária, que tende a limitar o direito de ação dos credores contra os terceiros garantes e condevedores às condições aduzidas no plano de recuperação. Isto, porque, tal entendimento desprotege desproporcionalmente os credores, provocando a perda de interesse na celebração de um acordo, já que o processo de insolvência demonstra mais vantagens quanto ao ressarcimento junto destas figuras.

Consideramos, assim, que o regime legal pode potenciar abusos prejudiciais para os credores e, por conseguinte, para o tecido económico português, sendo o propósito do PER desvirtuado.

## BIBLIOGRAFIA

- ALEXANDRE, Isabel - Efeitos Processuais da Abertura do Processo de Revitalização, in *II Congresso de Direito da Insolvência*, coordenação de Catarina Serra, Almedina, Coimbra, 2014, pp. 235-254.
- ALMEIDA, Carlos Ferreira de - Convenção de Arbitragem: Conteúdo e Efeitos, in *I Congresso do Centro de Arbitragem da Câmara de Comércio e Indústria Portuguesa*, Almedina, Coimbra, 2008, p. 81-95.
- ALVES, Hugo – *Do Mandato de Crédito*, Almedina, Coimbra, 2007.
- AMARAL, Jorge Augusto Pais de - *Direito Processual Civil*, Almedina, Coimbra, 2010.
- ANTUNES, José A. Engrácia – *Os Títulos de Crédito: uma Introdução*, Coimbra Editora, Coimbra, 2009.
- ASCENSÃO, José Oliveira - *Direito Comercial*, vol. III, Títulos de Crédito, AAFDL, 1962, pp. 165 a 175.
- Insolvência: Efeitos Sobre os Negócios em Curso, in *Direito e justiça*, Lisboa, vol. 19, tomo 2, 2005, p.233-261.
- BARROCAS, Manuel Pereira - *Manual de Arbitragem*, 2ª Ed., Almedina, Coimbra, 2013.
- BELCHER, Alice - *Corporate Rescue: A Conceptual Approach to Insolvency Law*, London, Sweet & Maxwell, 1997.
- CAMPOS, Isabel Menéres - A Posição dos Garantes no Âmbito de um Processo Especial de Revitalização, in *Cadernos do Direito Privado*, nº 46, Abril/Julho 2014, pp. 61 e seguintes.
- CANOTILHO, J.J. Gomes - *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*, 7ª Ed., (5ª Reimpressão), Almedina, Coimbra, 2008.
- CANOTILHO, J. J. Gomes/ MOREIRA, Vital - *Constituição da República*

*Portuguesa Anotada*, 4.<sup>a</sup> Ed., Revista, vol I, Coimbra Editora, Coimbra, 2007.

CALVETE, Jorge - O Papel do Administador Judicial Provisório no Processo Especial de Revitalização, in *I Colóquio da Insolvência de Santo Tirso*, coordenação de Catarina Serra, Almedina, Coimbra, 2014, pp. 59-68.

CARVALHO, José Henrique Delgado de - *Ação Executiva para Pagamento de Quantia Certa (De acordo com a Lei nº 41/2013, de 26 de junho, e Lei da Organização do Sistema Judiciário)*, Quid Juris, Lisboa, 2014.

CASANOVA, Nuno Salazar/ DINIS, Sequeira David - *O Processo Especial de Revitalização – Comentários aos Artigos 17º-A a 17º-I do Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas*, Coimbra Editora, Coimbra, 2014.

CONDE FUENTES, Jesús - El Real Decreto-Ley 4/2014, de 7 de marzo: Refinanciación y Reestructuración de Deuda Empresarial, [Em linha], in *Revista de Derecho Civil*, vol. I, nº 2 (abril-junio, 2014), Ensayos, pp. 171-182 [Consultado a 13-03-2015]. Disponível em:

< <http://www.nreg.es/ojs/index.php/RDC/article/download/61/44.>>

CORDEIRO, António Menezes - *Manual de Direito Bancário*. 3<sup>a</sup> Ed. Almedina, Coimbra, 2006.

- Introdução ao Direito da Insolvência, in *O Direito*, Diretor Inocêncio Galvão Telles, Ano 137.º, 2005, III, pp. 465 e ss.

- Perspetivas Evolutivas do Direito da Insolvência, in *Revista de Direito das Sociedades*, ano IV, nº3, Almedina, Coimbra, 2012.

- O Princípio da Boa-fé e o Dever de Renegociação em Contextos de “Situação Económica Difícil”, in *II Congresso de Direito da Insolvência*, coordenação Catarina Serra, Almedina, Coimbra, 2014, pp. 11-68.

- *Da Compensação no Direito Civil e no Direito Bancário*, Almedina, Coimbra, 2014, (Reimpressão 2003).

- *Tratado de Direito Civil*, vol. VI, 2ª Ed., Almedina, Coimbra, 2012.

- Depósito Bancário e Compensação, in *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor Inocêncio Galvão Telles*, vol. II, Almedina, Coimbra, 2002.

CORDEIRO, António Menezes/ LEITÃO, Luís Menezes/ GOMES, Manuel Januário da Costa – *Estudos em homenagem ao Professor Doutor Inocêncio Galvão Telles, II – Direito Bancário*, Almedina, Coimbra, 2003.

CORREIA, Ferrer - *Lições de Direito Comercial. Letra de Câmbio*, vol. III, Universidade de Coimbra, Coimbra, 1975.

CORTEZ, Francisco – A Garantia Bancária Autónoma - Alguns Problemas, in *Revista da Ordem dos Advogados*, ano 52, Julho de 1992.

COSTA, Mário Júlio de Almeida - *Direito das Obrigações*, 10ª Ed. Almedina, Coimbra, 2006.

COSTA, Salvador da – *O Concurso de Credores – Sobre as Várias Espécies de Concurso de Credores e de Garantias Creditícias*, Almedina, Coimbra, 2009.

COSTEIRA, Maria José – Classificação, Verificação e Graduação de Créditos no Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas, in *I Congresso de Direito da Insolvência*, coordenação Catarina Serra, Almedina, Coimbra, pp.241-254.

CUNHA, Paulo Olavo - Os Deveres dos Gestores e dos Sócios no Contexto da Revitalização das Sociedades, in *II Congresso de Direito da Insolvência*, coordenação de Catarina Serra, Almedina, Coimbra, 2014, pp. 207- 234.

DOMINGUES, Paulo de Tarso - O Processo Especial de Revitalização Aplicado às Sociedades Comerciais, in *I Colóquio de Direito da Insolvência de Santo Tirso*, coordenação de Catarina Serra, Almedina, Coimbra, 2014, pp.13-34.

- DUARTE, Rui Pinto - Reflexões de Política Legislativa sobre a Recuperação de Empresas, in *II Congresso de Direito da Insolvência*, coordenação Catarina Serra, Almedina, Coimbra, 2014, pp. 347-360.
- EPIFÂNIO, Maria do Rosário - *Manual de Direito da Insolvência*. 5ª Ed. Almedina, Coimbra, 2013.
- *Manual de Direito da Insolvência*. 4ªEd. Almedina, Coimbra, 2012.
- O Processo Especial de Revitalização, in *II Congresso Direito das Sociedades em Revista*, Almedina, Coimbra, 2012, pp 257-264.
- ESTEVES, Bertha Parente - Da Aplicação das Normas Relativas ao Plano de Insolvência ao Plano de Recuperação Conducente à Revitalização, in *II Congresso de Direito da Insolvência*, coordenação de Catarina Serra, Almedina, Coimbra, 2014, pp.267-280.
- FERNANDES, Catarina Nunes - *Efeito devolutivo do Recurso no Processo Civil*, [Em linha], Sobre a Execução da Decisão de Primeira Instância, Verbo Jurídico, 2010, [Consultado a 8 de janeiro de 2015]. Disponível em <[http://www.verbojuridico.com/doutrina/2010/catarinafernandes\\_efeitorecurso.pdf](http://www.verbojuridico.com/doutrina/2010/catarinafernandes_efeitorecurso.pdf)>
- FERNANDES, Luís A. Carvalho/ LABAREDA, João - *Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas Anotado*, 2ª Ed, Quid Juris, Lisboa, 2013.
- *Colectânea de Estudos sobre a Insolvência*, Quid Juris, Lisboa, 2009.
- FERNÁNDEZ TORRES, Isabel - Prevención de la Insolvência y ‘fresh Money’: Modelos Comparados y Propuestas de Reforma, in *Revista de Derecho Concursal y Paraconcursal: Anales de Doctrina, Praxis, Jurisprudencia y Legislación*, nº 15, 2011, pp.209-222.
- FERREIRA, Fernando Amâncio, *Curso de Processo de Execução*, 13ª Edição, Almedina, Coimbra, 2010.
- FINCH, Vanessa - *Corporate Insolvency Law. Perspectives and Principles*, 2ª

*ed.*, Cambridge, 2009.

FREITAS, José Lebre de - *A ação Executiva: à Luz do Código de Processo Civil de 2013*, Coimbra Editora, Coimbra, 6ª Ed., 2014.

- Algumas Implicações da Natureza da Convenção de Arbitragem, in *Estudos em Homenagem à Professora Doutora Isabel de Magalhães Collaço*, vol.II, Almedina, Coimbra, 2002, p. 625-641.

- *A Ação Declarativa Comum: à Luz do Código de Processo Civil de 2013*, 3ª Ed., Coimbra Editora, Coimbra, 2013.

- *Introdução ao Processo Civil: Conceito e Princípios Gerais à Luz do Novo Código*, 3ª Ed., Coimbra Editora, Coimbra, 2013.

FURTADO, Jorge Henrique da Cruz Pinto - *Títulos de Crédito: Letra, Livrança, Cheque*. Almedina, Coimbra, 2005.

GERALDES, António Santos Abrantes - *Temas da Reforma de Processo Civil*, vol. II, 4ª Ed, Almedina, 2004.

GOMES, Manuel Januário da Costa - A Chamada “Fiança ao Primeiro Pedido”, in *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor Inocêncio Galvão Telles*, Vol. IV - Novos Estudos de Direito Privado, Almedina, Coimbra, 2003, pp. 833 e seguintes.

– *Estudo de Direito das Garantias*, Vol. I., Almedina, Coimbra, 2004.

- *Assunção Fidejussória de Dívida. Sobre o Sentido e o Âmbito da Vinculação como Fiador*, Almedina, Coimbra, 2000.

GONÇALVES, Marco Carvalho - *Providências Cautelares*, Almedina, Coimbra, 2015.

GOUVEIA, Mariana França - *Curso de Resolução Alternativa de Litígios*, 3ª Ed., Almedina, Coimbra, 2014.

JARDIM, Mónica - *A Garantia Autónoma*, Almedina, Coimbra, 2002.

- LABAREDA, João – Contrato de Garantia Financeira e Insolvência das Partes Contratantes, in *Direito e Justiça*, número especial de estudos dedicados ao Prof. Carvalho Fernandes, vol. II, 2011, pp. 101 e seguintes.
- LEITÃO, Adelaide Menezes - Insolvência de Pessoas singulares: A Exoneração do Passivo Restante e o Plano de Pagamentos. As alterações da Lei nº 16/2012, de 20 de Abril, in *Estudos de Homenagem ao Professor Doutor José Lebre de Freitas*, vol. II, Coimbra Editora, Coimbra, 2013.
- LEITÃO, Luís Manuel Teles de Menezes - *Direito da Insolvência*, 5ª Ed. Almedina, Coimbra, 2013.
- A Responsabilidade pela Abertura Indevida do Processo Especial de Revitalização, in *II Congresso de Direito da insolvência*, coordenação de Catarina Serra, Almedina, Coimbra, 2014, pp. 143-152.
  - *Garantias das Obrigações*, 4ª Ed., Almedina, Coimbra, 2012.
  - *Direito das Obrigações*, vol. I, 12ª Ed., 2015, Almedina, Coimbra, 2015.
- LOUSA, Nuno Ferreira - O Incumprimento do Plano de Recuperação e os Direitos dos Credores, in *I Colóquio de Direito da Insolvência*, coordenação de Catarina Serra, Almedina, Coimbra, 2014, pp. 119-140.
- MALAQUIAS, Pedro Ferreira; LEAL, Miguel Rodrigues - A Reforma do Código de Insolvência e Recuperação de Empresas e o Processo Especial de Revitalização, in *Actualidad jurídica Uría Menéndez*, Madrid, n.33 (2012), p.105-111.
- MARQUES, J. P. Remédio - *Ação Declarativa à Luz do Código Revisto*, 2ª Ed., Coimbra Editora, Coimbra, 2009.
- MARTINS, Alexandre de Soveral - O P.E.R. (Processo Especial de Revitalização), in *AB INSTANTIA - Revista do Instituto do Conhecimento*, Abreu Advogados, nº1, Almedina, Coimbra, 2013.
- MARTINS, Alexandre de Soveral – *Títulos de Crédito e Valores Mobiliários*,

Parte I – Títulos de Crédito, Vol. I, Almedina, Coimbra, 2008.

MARTINS, Luís M - *Recuperação de pessoas singulares*, vol. I, 2ª Ed., Almedina, Coimbra, 2012.

- *Processo de Insolvência. Anotado e Comentado*, 3 Ed. Almedina, Coimbra, 2013.

- *O Processo Especial de Revitalização Aplica-se a Pessoas Singulares?* [Em linha], 2012, [Consultado a 20 de novembro de 2014]. Disponível em:

<<http://www.insolvencia.pt/artigos/6857-o-processo-especial-de-revitalizacao-aplica-se-a-pessoas-singulares.html>>

- *O Processo de Revitalização e a Finalidade do Processo de Insolvência*. [Em linha], 2012, [Consultado a 2 de dezembro de 2014]. Disponível em: <[www.insolvencia.pt/artigos/6879-o-processo-de-revitalizacao-e-a-finalidade-do-processo-de-insolvencia.html](http://www.insolvencia.pt/artigos/6879-o-processo-de-revitalizacao-e-a-finalidade-do-processo-de-insolvencia.html)>

- *Processo Especial de Revitalização de Empresas (PER)*, [Em linha], 2012, [Consultado a 2 de janeiro de 2015]. Disponível em: <<http://www.insolvencia.pt/artigos/6657-processo-especial-de-revitalizacao-de-empresas-per.html>>

- *O Processo Especial de Revitalização em Dois Minutos*. [Em linha], 2012, [Consultado a 17 de dezembro de 2014]. Disponível em:

<<http://www.luismmartins.pt/blog/item/215-o-processo-especial-de-revitalizacao-em-dois-minutos.html>>

MARTINEZ, Pedro Romano/ PONTE, Pedro Fuzeta da - *Garantias de Cumprimento*, 5ª Ed., Almedina, Coimbra, 2006.

MARTINEZ, Pedro Romano – Garantias Bancárias, in *Estudos de Homenagem ao Professor Doutor Inocêncio de Galvão Telles*, Almedina, Coimbra, 2002, pp.265-285.



- *Direito das Obrigações*: Programa 2010/2011, Apontamentos, 3ª Ed., AAFDL, Lisboa, 2011.

MCCORMACK, Gerard - *Corporate Rescue Law – An Anglo—American Perspective*, [Em linha] Edward Elgar Publishing Limited, 2008. [Consultado a 30 de novembro de 2014]. Disponível em:  
<[http://books.google.pt/books/about/Corporate\\_Rescue\\_Law\\_an\\_Anglo\\_American\\_P.html?id=OZj7hrBpZS8C&redir\\_esc=y](http://books.google.pt/books/about/Corporate_Rescue_Law_an_Anglo_American_P.html?id=OZj7hrBpZS8C&redir_esc=y)>

MENDES, Evaristo – Aval e Fiança Gerais, in *Direito e Justiça XIV/1*, 2000, p. 149.

NEVES, Vítor Pereira das – *Cessão de Créditos em Garantia*, Lisboa: Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, 2006, Tese de doutoramento.

OLIVEIRA, Madalena Perestrelo de - O Processo Especial de Revitalização: o novo CIRE, in *Revista de Direito das Sociedades*, ano IV, nº3, Almedina, Coimbra, 2012.

OLIVEIRA, Nuno Manuel Pinto - Responsabilidade pela Perda de uma Chance de Revitalização?, in *II Congresso de Direito da Insolvência*, coordenação Catarina Serra, Almedia, Coimbra, 2014, pp. 153-188.

OLIVEIRA, Nuno Manuel Pinto – Entre Código da Insolvência e “Princípios Orientadores”: um Rever de (Re)negociação?, in *Revista da Ordem dos Advogados*, ano 72, 2012, pp. 677-689.

OLIVEIRA, Madalena Perestrelo de - *Limites da Autonomia dos Credores na Recuperação da Empresa Insolvente*, Almedina, Coimbra, 2013.

OLIVENCIA RUIZ, Manuel - Los Motivos de la Reforma de la Ley Concursal, [Em linha], *RDCP: Anales de doctrina, praxis, jurisprudencia y legislación*, nº17/2012, pp- 23-30, [Consultado a 15 de fevereiro de 2015]. Disponível em:  
<[http://www.cuatrecasas.com/media\\_repository/docs/esp/los\\_motivos\\_de\\_la\\_reforma\\_de\\_la\\_ley\\_concursal\\_\\_62.pdf](http://www.cuatrecasas.com/media_repository/docs/esp/los_motivos_de_la_reforma_de_la_ley_concursal__62.pdf)>

- PABLO UCEDA, Juan - La insolvência (Análisis Comparativo Español y Aleman), in *Anuario de Derecho Concursal*, 2011, 24, pp. 179 e ss.
- PEREIRA, João Aveiro - A Revitalização Económica dos Devedores, in *O Direito*, ano 145, I/II, Almedina, Coimbra, 2013.
- PRATA, Ana/ CARVALHO, Jorge Morais/ SIMÕES, Rui - *Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas Anotado*, Almedina, Coimbra, 2013.
- PRATA, Ana - *Dicionário Jurídico*, 3ª Ed., Almedina, Coimbra, 1992 (1998 – Reimpressão).
- PULGAR EZQUERRA, Joana - Acuerdos de Financiación y Fresh Money”, *Revista de Derecho Concursal y pParaconcursal*, nº 15, 2011;
- *La Financiación de Empresas en Crisis, Documentos de Trabajo del Departamento de Derecho Mercantil*, Facultad de Derecho, Universidade Complutense, [Em linha], Madrid, 2012. [Consultado a 5 de fevereiro de 2015]. Disponível em:  
<[http://eprints.ucm.es/14638/1/La\\_financiaci%C3%B3n\\_de\\_empresas\\_en\\_crisis.pdf](http://eprints.ucm.es/14638/1/La_financiaci%C3%B3n_de_empresas_en_crisis.pdf)>
- REBELO, Amélia Sofia - A Aprovação e a Homologação do Plano de Recuperação, in *I Colóquio de Direito da Insolvência de Santo Tirso*, Almedina, Coimbra, 2014, pp. 59-90.
- REGO, Margarida Lima - *Garantias Bancárias e Seguros de Crédito e Caução*, in *Direito Bancário*, [Em linha], CEJ, 2015, [Consultado a 18 de março de 2015]. Disponível em:  
<[http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/ebooks/civil/Direito\\_Bancario.pdf](http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/ebooks/civil/Direito_Bancario.pdf)>
- RIBEIRO, António Sequeira – Garantia Bancária Autónoma à Primeira Solicitação: Algumas Questões, in *Estudos de Homenagem ao Professor Inocêncio de Galvão Telles*, Almedina, Coimbra, pp.289-425.

SERRA, Catarina - *O Regime Português da Insolvência*, 5ª Ed., Almedina, Coimbra, 2012.

- *O Novo Regime Português da Insolvência – Uma Introdução*, 4ª Ed., Almedina, Coimbra, 2010.

- Grupos de Sociedades: Crise e Revitalização, in *I Colóquio de Direito da Insolvência de Santo Tirso*, Almedina, Coimbra, 2014, pp. 35-58.

- Emendas (à Lei da Insolvência Portuguesa), in *Direito das Sociedades em Revista*, ano 4, vol. 7, Almedina, Coimbra, 2012, pp- 97-132.

- *Processo Especial de Revitalização – Contributos para uma “Retificação”*, in *Revista da Ordem dos Advogados*, vol. II/III, Lisboa, Abril/Setembro 2012, pp 715-741.

- *Falências derivadas e âmbito subjetivo da falência*, Coimbra Editora, Coimbra, 1999.

- Revitalização – A Designação e o Misterioso Objeto Designado. O Processo Homónimo (PER) e as suas Ligações com a Insolvência (situação e processo) e com o SIREVE, in *I Congresso de Direito da Insolvência*, coordenação de Catarina Serra, Almedina, Coimbra, 2013, pp 85-106.

- A Contratualização da Insolvência: Hybrid Procedures e Pre-packs (A Insolvência entre a Lei e a Autonomia Privada), in *II Congresso Direito das Sociedades em Revista*, Almedina, Coimbra, 2012, pp 265-290.

- Entre o Princípio e os Princípios da Recuperação de Empresas (um work in progress), in *II Congresso de Direito da Insolvência*, coordenação de Catarina Serra, Almedina, Coimbra, 2014, pp.69-100.

– *A Falência no Quadro da Tutela Juridicional dos Direitos de Crédito*, Coimbra Editora, Coimbra, 2009.

SILVA, João Calvão da - Sanção Pecuniária Compulsória. Artigo 829º-A do

Código Civil, in *Boletim do Ministério da Justiça* (BMJ), 1987, nº 359, pp. 39 a 126, e em separata.

- Mandato de Crédito e Carta de Confronto, in *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor Inocêncio Galvão Telles*, vol. II, Almedina, Coimbra, 2002.

SILVA, Fátima Reis - *Processo Especial de Revitalização – Notas Práticas e Jurisprudência Recente*, Porto Editora, Porto, 2013.

- A Verificação de Créditos no Processo de Revitalização, in *II Congresso de Direito da Insolvência*, coordenação de Catarina Serra, Almedina, Coimbra, 2014, pp. 255-266.

- *Processo Especial de Revitalização*, em intervenção no Processo de Insolvência e Ações Conexas – Vertentes Cível, Penal, Trabalho e Empresa, [Em linha]. 2014. [consultado a 15 de janeiro de 2015]. Disponível em: <[http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/ebooks/civil/Processo\\_insolvenca\\_acoes\\_conexas.pdf](http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/ebooks/civil/Processo_insolvenca_acoes_conexas.pdf)>

SILVA, Rui Dias da - *O Processo Especial de Revitalização – Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas*, Edições Esgotadas, 2012.

SILVA, Ana Sofia, - Da Oponibilidade da Compensação Legal em Caso de Insolvência das Instituições de Crédito, in *Cadernos O Direito* nº8 - Temas de Direito Bancário I, Almedina, Coimbra, 2014, pp.59-219.

SOARES, Rita Mota - As Consequências da Não Aprovação do Plano de Recuperação, in *I Colóquio de Direito da Insolvência de Santo Tirso*, coordenação de Catarina Serra, Almedina, Coimbra, 2014, pp. 91- 118.

SUBTIL, A. Raposo/ ESTEVES, Matos/ ESTEVES, Maria José/MARTINS, Luís M. - *Guia Prático da Recuperação e Revitalização de Empresas*, Vida Económica, Porto, 2012.

VALLES, EDGAR – *Cobrança Judicial de Dívida, Injunções e Respetivas Execuções*, 4ª Ed. (reimpressão), Almedina, Coimbra, 2012.

VARELA, João de Matos Antunes - *Das Obrigações em Geral*, vol.II, 7ª Ed., Almedina, Coimbra, 2013 (7ª reimpressão de 1997).

- Seguro de Crédito, in *Revista da Banca*, nº14, 1990, pp. 49-89.

VARELA, João de Matos Antunes; BEZERRA, J. Miguel; NORA, Sampaio e – *Manual de Processo Civil*, 2ª Ed., revista e atualizada, Coimbra Editora, Coimbra, 1985.

VASCONCELOS, Pedro Pais de - Responsabilidade Civil do Administrador de Insolvência, in *II Congresso de Direito de Insolvência*, coordenação de Catarina Serra, Almedina, Coimbra, 2014, pp.189-206.

- *Direito Comercial. Títulos de Crédito*, AAFDL, Lisboa, 1988/1989.

- *Teoria Geral do Direito Civil*, 5ª Ed., Almedina, Coimbra, 2008.

VASCONCELOS, Luís Miguel D. P. Pestana – *Direito das Garantias*, Almedina, Coimbra, 2010.

VIEIRA, Nuno da Costa Silva - *Insolvência e Processo de Revitalização*, Quid Juris, Lisboa, 2012.

#### **DOCUMENTOS ELETRÓNICOS:**

CÂMARA DOS SOLICITADORES - *Os procedimentos especiais do DL n.º 269/98, de 1 de Setembro -A Injunção*. [Em linha], Lisboa, 2013, [Consultado a 10 de janeiro de 2015]. Disponível em:

<[http://solicitador.net/uploads/cms\\_page\\_media/809/Injuncao.pdf](http://solicitador.net/uploads/cms_page_media/809/Injuncao.pdf)>

CONFEDERAÇÃO EMPRESARIAL DE PORTUGAL - *Parecer sobre a Proposta de Lei 39/XII que procede à sexta alteração ao Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 53/2004, de 18 de Março, simplificando formalidades e procedimentos e instituindo o processo especial de revitalização*. [Em linha], 2012, [Consultado a 9 de dezembro de 2014]. Disponível em:

<<http://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetalheIniciativa.aspx?BID=36647>>

GOVERNO DE PORTUGAL - *Memorando de entendimento sobre as condicionantes de política economia* [Em linha], 2011, [Consultado a 17 de novembro de 2014]. Disponível em:

<[http://www.portugal.gov.pt/media/371372/mou\\_pt\\_20110517.pdf](http://www.portugal.gov.pt/media/371372/mou_pt_20110517.pdf)>

INSOL INTERNATIONAL - *Statement of Principles for a Global Approach to Multi-Creditor Workouts*, [Em linha], 2000, [Consultado a 15 de novembro de 2014]. Disponível em: <<http://www.insol.org/pdf/Lenders.pdf>>

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS – *Exposição de motivos da proposta de lei nº 39/XII, de 30 de dezembro de 2011*, [Em linha], [Consultado a 18 de novembro de 2014]. Disponível em:

<[http://www.dgpj.mj.pt/sections/noticias/codigo-da-insolvencia-e/downloadFile/file/PPL\\_39\\_XII\\_6Alteracao\\_CIRE.pdf?nocache=1325757114.63](http://www.dgpj.mj.pt/sections/noticias/codigo-da-insolvencia-e/downloadFile/file/PPL_39_XII_6Alteracao_CIRE.pdf?nocache=1325757114.63)>

RESOLUÇÃO DE CONSELHO DE MINISTROS Nº43/2011- *Princípios Orientadores da Recuperação Extrajudicial de Devedores*, [Em linha], 2011, [Consultado a 20 de Novembro de 2014]. Disponível em:

<[http://www.dgpj.mj.pt/sections/noticias/principiosorientadores/downloadFile/attachedFile\\_f0/Principios\\_orientadores\\_da\\_recuperacao\\_extrajudicial\\_de\\_devedores.pdf?nocache=1317395122.07](http://www.dgpj.mj.pt/sections/noticias/principiosorientadores/downloadFile/attachedFile_f0/Principios_orientadores_da_recuperacao_extrajudicial_de_devedores.pdf?nocache=1317395122.07)>

## **JURISPRUDÊNCIA**

### **SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

- Acórdão Uniformizador de Jurisprudência nº 1/2014, de 25 de fevereiro de 2014, Proc.170/08.0TTALM.L1.S1(publicado em <http://www.stj.pt>).
- Acórdão de 26 de fevereiro de 2013, Proc. nº 597/11.0TBSSB-A.L1.S1, Relator: Azevedo Ramos (publicado em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt)).
- Acórdão de 11 em dezembro de 2012, Proc. 5903/09.4TVLSB.L1.L1.S1, Relator: Gabriel Catarino (publicado em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt)).
- Acórdão de 27 de março de 2007, Revista nº 07A1159, Relator: Silva Salazar (publicado em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt)).

### **TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE COIMBRA**

- Acórdão de 3 de março de 2015, Proc. 1075/13.8TBVIS.C1, Relator: Manuel Capelo (publicado em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt)).
- Acórdão de 27 de fevereiro de 2014, Proc. 1112/13.6TTCBR.C1, Relator: Ramalho Pinto (publicado em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt)).
- Acórdão de 1 de abril de 2014, Proc. 3330/13.8TBLRA-A.C1, Relator: Henrique Antunes (publicado em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt)).
- Acórdão de 3 de junho de 2014, Proc. 18/12.0TJCBR-A.C1, Relator: Jorge Arcanjo (publicado em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt)).
- Acórdão de 9 de setembro de 2014, Proc. 1556/12.0TBTMR.C1, Relator: Sílvia Pires (publicado em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt)).
- Acórdão de 21 de outubro de 2014, Proc. 2081/13.8TBPBL-A.C1, Relator: Sílvia Pires (publicado em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt)).
- Acórdão de 26 de fevereiro de 2013, Proc. 1175/12.1T2AVR.C1, Relator: Arlindo Oliveira (publicado em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt)).

- Acórdão de 10 de julho de 2013, Proc. 754/13.4TBLRA.C1, Relator: Carlos Moreira (publicado em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt)).
- Acórdão de 29 de outubro de 2013, Proc. 5697/12.6TBLRA.C1, Relator: Carvalho Martins (publicado em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt))
- Acórdão de 26 de novembro de 1996, Relator: Santos Lourenço, CJ, ano XXI, 1996, tomo V, pp. 27-29.

#### TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE ÉVORA

- Acórdão de 16 de janeiro de 2014, Proc. 358/13.1TTPTM.E1, Relator: José Feiteira (publicado em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt)).
- Acórdão de 13 de março de 2014, Proc. 1327/13.7TBSTR.E1, Relator: Francisco Xavier (publicado em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt)).
- Acórdão de 19 de dezembro de 2013, Proc. 336/13.0TTSTR.E1, Relator: José Feteira (publicado em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt)).

#### TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE GUIMARÃES

- Acórdão de 20 de fevereiro de 2014, Proc. 8/14.9TBGMR.G1, Relator: Moisés Silva (publicado em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt)).
- Acórdão de 2 de maio de 2013, Proc. 3695/12.9TBBRG-C.G1, Relator: Antero Veiga (publicado em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt)).
- Acórdão de 14 de fevereiro de 2013, Proc. 2812/12.3TBGMR-A.G1, Relator: Manso Raínho (publicado em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt)).
- Acórdão de 16 de maio de 2013, Proc. 284/13.4TBEPS-A.G1, Relator: Conceição Bucho (publicado de [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt)).
- Acórdão de 1 de outubro de 2013, Proc. 1447/12.5TBEPS-A.G1, Relator: Fernando Fernandes Freitas (publicado em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt)).



- Acórdão de 5 de dezembro de 2013, Proc. 2088/12, Relator: Helena Melo (publicado em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt)).
- Acórdão de 10 de dezembro de 2013, Proc. 1083/13.9TBBRG.G1, Relator: António Beça Pereira (publicado em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt)).
- Acórdão de 17 de dezembro de 2013, Proc. 1582/13.2TBVCT-A.G1, Relator: Edgar Gouveia Valente (publicado de [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt)).
- Acórdão de 24 de maio de 2012, Proc. 1248/10.5TBBCL-A.G2, Relator: José Manuel Araújo de Barros (publicado em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt)).

#### TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE LISBOA

- Acórdão de 20 de fevereiro de 2014, Proc. 1258/13.0TJLSB.L1-2, Relator: Jorge Leal (publicado em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt)).
- Acórdão de 13 de março de 2014, Proc. 1904/12.3TYLSB.L1-2, Relator: Jorge Leal (publicado em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt)).
- Acórdão de 2 de junho de 2014, Proc. 758/13.7TBMTS-A.P1, Relator: Augusto de Carvalho (publicado em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt)).
- Acórdão de 5 de junho de 2014, Proc. 171805/12.0YIPRT.L1-2, Relator: Ondina Carmo Alves (publicado em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt)).
- Acórdão de 9 de dezembro de 2014, Proc. 62/14.3TYLSB-A.L1, Relator: Cristina Coelho (publicado em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt)).
- Acórdão de 9 de maio de 2013, Proc. 2134/12.0TBCLD-B.L1-2, Relator: Ondina Carmo Alves (publicado em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt)).
- Acórdão de 11 de julho de 2013, Proc. 1190/12.5TTLSB.L1-4, Relator: Leopoldo Soares (publicado em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt)).
- Acórdão de 19 de setembro de 2013, Proc. 877/13.0TVLSB.L1-8, Relator: Ilídio Sacarrão Martins (publicado em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt)).

- Acórdão de 31 de outubro de 2013, Proc. 761/13.7TVLSB.L1-2, Relator: Teresa Albuquerque (publicado em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt)).
- Acórdão de 21 de novembro de 2013, Proc. 1290/13.4TBCLD.L1-2, Relator: Olindo Geraldes (publicado em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt)).
- Acórdão de 8 de novembro de 2007, Proc. 8754/2007-8, Relator: Salazar Casanova (publicado em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt)).

#### TRIBUNAL DA RELAÇÃO DO PORTO

- Acórdão de 23 de fevereiro de 2015, Proc. 3700/13.1TBGDM.P1, Relator: José Eusébio Almeida (publicado em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt)).
- Acórdão de 5 de janeiro de 2015, Proc. 236/14.7YHLSB.L1-1, Relator: Manuel Marques (publicado em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt)).
- Acórdão de 5 de janeiro de 2015, Proc. 22/13.1TTMTS.P1, Relator: Maria José Costa Pinto (publicado em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt)).
- Acórdão de 17 de novembro de 2014, Proc. 295/14.2TTPNF.P1, Relator: Paula Leal de Carvalho (publicado em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt)).
- Acórdão de 7 de outubro de 2014, Proc. 3803/13.2TBGDM-A.P1, Relator: José Igreja (publicado em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt)).
- Acórdão de 16 de setembro de 2014, Proc. 1527/13.0TBVNG-A.P1, Relator: M. Pinto dos Santos (publicado em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt)).
- Acórdão de 9 de julho de 2014, Proc. 834/14.9TBMTS-B.P1, Relator: Rui Moreira, (publicado em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt)).
- Acórdão de 9 de julho de 2014, Proc. 1213/12.8TBVFR-B.P1, Relator: José Amaral, (publicado em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt)).
- Acórdão de 7 de abril de 2014, Proc. 344/13.1TTMAI.P1, Relator: João Nunes, (publicado em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt)).

- Acórdão de 18 de dezembro de 2013, Proc. 7613/12.6YYPRT.P1, Relator: José Eusébio Almeida (publicado em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt)).
- Acórdão de 18 de dezembro de 2013, Proc. 407/12.0TTBRG.P1, Relator: João Nunes (publicado em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt)).
- Acórdão de 19 de novembro de 2013, Proc. 579/13.7TBSTS.P1, Relator: José Igreja Matos (publicado em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt)).
- Acórdão de 12 de novembro de 2013, Proc. 1782/12.2TJPRT.P1, Relator: João Diogo Rodrigues (publicado em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt)).
- Acórdão de 30 de setembro de 2013, Proc. 516/12.6TTBRG.P1, Relator: António José Ramos (publicado em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt)).
- Acórdão de 13 de maio de 2013, Proc. 4257/12.6TBVFR-B.P1, Relator: Caimoto Jácome (publicado em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt)).
- Acórdão de 15 de novembro de 2012, Proc. 1457/12.2TJPRT-A.P1, Relator: José Amaral (publicado em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt)).



# **ANEXOS**



## **ANEXOS I<sup>298</sup>**

### **CASO 1**

#### **POSSIBILIDADE DE COBRANÇA DE COMISSÕES DE MANUTENÇÃO DE CONTA**

##### **FACTOS RELEVANTES:**

Em virtude da aprovação e homologação de um plano de recuperação, no qual a CGD assume qualidade de credora, ficou determinado o pagamento da quantia total do crédito que se liquidará em 120 prestações mensais, iguais e sucessivas, com taxa de juro Euribor média a 6 meses + 6,000%, vencendo-se a primeira prestação no mês seguinte ao do trânsito em julgado da sentença que homologar o plano de revitalização.

A sentença homologatória transitou em julgado a 13-11-2014.

É referido, ainda, no plano de recuperação que “todos os pagamentos serão feitos mediante transferência bancária para NIB a indicar por cada um dos credores, devendo posteriormente ser remetido para a Revitalizada o respetivo recibo de quitação.”

Neste seguimento, a entidade consulente informa que a conta associada ao referido crédito para o pagamento das prestações, titulada pela cliente, tem despesas de manutenção, uma vez que a mesma não cumpre os requisitos para a isenção das mesmas. Pretende a entidade consulente saber se é legítima a cobrança de comissões de manutenção de conta neste contexto.

---

<sup>298</sup> Adverte-se que as opiniões expressas nestes pareceres apenas vinculam o autor do relatório, não sendo da responsabilidade da CGD. Neste âmbito, foi retirada qualquer remissão que identificasse as partes em causa.

## APRECIACÃO JURÍDICA:

O Processo Especial de Revitalização, instituído pela Lei nº 16/2012, de 20 de abril<sup>299</sup> foi integrado no Código de Insolvência e Recuperação de Empresas (artigos 17º-A a 17º-I). Este processo “visa propiciar a revitalização do devedor em dificuldade, naturalmente que sem pôr em causa as respetivas obrigações legais, designadamente para regularização de dívidas.”<sup>300</sup>

Em primeiro plano, cumpre referir que o Processo Especial de Recuperação encontra-se na sua fase de execução, já que o plano fora aprovado e homologado, estando em plena produção de efeitos.

Neste contexto, o plano de recuperação vincula os credores, mesmo que não hajam participado nas negociações e é notificada, publicitada e registada pela secretaria do tribunal, nos termos do artigo 37º e 38º, que emite nota com as custas do processo de homologação.<sup>301</sup>

Assim, a questão já não se coloca no âmbito da conduta a que os credores estão adstritos durante o processo negocial do PER, nomeadamente os efeitos processuais expressos no artigo 17º-E, nº1, mas sim relativamente à execução do plano.

Os efeitos processuais permanecem “*durante todo o tempo em que perdurarem as negociações*”, segundo o exposto no supramencionado artigo. Apesar de entender que tais efeitos se devam estender até ao início de produção de efeitos do plano de recuperação para assegurar o propósito revitalizador do PER, o que importa referir, para o presente caso, é que estes efeitos não se aplicam na execução do plano de recuperação.

---

<sup>299</sup> Foi posteriormente alterado pelo artigo 4º do Decreto-Lei nº 26/2015, de 6 de fevereiro que alterou a redação do artigo 17º-F, nº3.

<sup>300</sup> Exposição dos Motivos da Proposta de Lei nº39/XII, de 30 de dezembro de 2011.

<sup>301</sup> Cfr. ANA PRATA/ JORGE MORAIS CARVALHO/ RUI SIMÕES, *Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas Anotado*, Almedina, Coimbra, 2013, p.68.



No âmbito do PER, não existem normas que identifiquem o regime aplicável durante a execução do plano de recuperação. Neste sentido, o intérprete tem entendido que se deverá aplicar subsidiariamente, quando a norma em questão não afronte a finalidade e os propósitos do PER, as normas respeitantes à execução do plano de insolvência, designadamente os artigos 217º e seguintes do CIRE.

Cumprir referir que o plano de recuperação dispõe sobre os créditos reconhecidos até à data legalmente convencionada para a reclamação de créditos, não existindo, em sede de Processo Especial de Revitalização, verificação ulterior de créditos.<sup>302</sup>

Assim, poderá desde logo ser entendido que os montantes correspondentes aos custos da manutenção de conta são posteriores a esta data, o que faz com que não estejam confinados ao plano de recuperação, podendo ser livremente cobrados estes créditos pois não estão condicionados a qualquer especialidade de pagamento contratada no âmbito do PER.

Segundo consta dos fatos relevantes já perspectivados, o plano de recuperação prevê o pagamento dos créditos através de uma conta associada indicada por cada um dos credores. A questão que se coloca é de saber se poderão ser imputados à Revitalizada os custos de manutenção da conta.

O PER é inovador ao permitir que o devedor mantenha a gestão e a normalidade da sua atividade, o que significa que devem ser mantidas as normais relações entre os devedores e os credores, englobando-se a prática de atos extrajudiciais entre estes.

Contudo, as especiais dificuldades económicas do devedor devem ser tidas em conta pelo credor que, tem especiais deveres de boa-fé para com este quando participa nas negociações, segundo o artigo 17º-D, nº 10, que remete para os Princípios Orientadores aprovados pela Resolução do Conselho de Ministros nº43/2011, de 25 de outubro.

---

<sup>302</sup> Cfr. artigo 17º-D, nº2, que expressa o prazo de 20 dias contados da publicação no portal *Citius* do despacho de nomeação do administrador judicial provisório para reclamar créditos.

Da leitura conjunta dos artigos 17º-D, nºs 1, 5, 7 e 8 e do artigo 17º-F, nºs 1 a 3, os aderentes devem privar-se de atos que comprometam as negociações e o acordo final, em razão do princípio da boa-fé.

Nestes termos, os credores não devem praticar atos e diligências que considerem que podem inviabilizar o acordo, pois estão adstritos a deveres especiais de boa-fé.<sup>303</sup> Estes deveres devem impedir o credor de praticar atos que inviabilizem a recuperação do devedor.<sup>304</sup>

Apesar de tais disposições se referirem expressamente ao período de negociações, deve-se abranger tal regime à fase de execução do plano de recuperação, pois neste caso a CGD participou nas negociações e votou favoravelmente o plano, pendendo sobre esta claros deveres de boa-fé sobre o devedor. Aliás, o princípio da boa-fé constante nos Princípios Orientadores dispõe que tal princípio vigora “*durante todo o procedimento*” e não apenas durante o processo negocial.

Da compatibilização das considerações aduzidas há que apreender que é legítima a cobrança de comissões de manutenção de conta, pois integram as normais relações entre o devedor e o credor. Estes custos são, desde logo, posteriores ao PER, não estando adstritos às condições aduzidas no predito plano.

As comissões de manutenção de conta costumam respeitar a valores diminutos, não existindo, à partida, questões materiais atinentes à cobrança de tais valores, entendendo que tal não inviabilizará a recuperação do devedor, não atentando assim contra o princípio de boa-fé.

---

<sup>303</sup> Cfr. NUNO SALAZAR CASANOVA/DAVID SEQUEIRA DINIS, *PER- O Processo Especial de Revitalização, Comentários aos artigos 17º-A a 17º-I do Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas*, Coimbra Editora, 2014, p. 88: “A violação destes princípios pode gerar responsabilidade civil. Não obstante, no decurso das negociações, o administrador judicial provisório deve assegurar que as partes não incumprem estes princípios, devendo tomar as medidas necessárias para os fazer cumprir. Perante a violação destes princípios, o administrador judicial provisório pode excluir um ou mais intervenientes das negociações, e – perante um incumprimento generalizado que atente contra o fim do PER de forma irremediável – deve encerrar o processo.”

<sup>304</sup> Vide NUNO MANUEL PINTO OLIVEIRA, Responsabilidade pela perda de uma chance de revitalização? in *II Congresso de Direito da Insolvência*, coordenação Catarina Serra, Almedina, Coimbra, 2014, pp. 153-188. Este autor considera que “o credor ou o devedor que viole o dever de cooperação construtiva na (re)negociação do contrato, adotando um comportamento obstrutivo de um acordo ou de uma possibilidade de acordo razoável, deverá responder pelo dano da perda de uma chance de revitalização.”

As despesas de manutenção de conta integram a responsabilidade do titular da conta, não estando estipulado no plano qualquer exclusão de imputação destes custos. Se o plano dispusesse sobre tal proibição, aí a CGD estaria vinculada a isentar a conta de quaisquer custos.

Contudo, se a CGD for interpelada pelo administrador judicial provisório, a quem cabe a fiscalização da execução do plano, ou pelo devedor no sentido que tais custos estão a prejudicar o cumprimento do plano de recuperação e a consequente revitalização do devedor, então, nestes termos, pode a CGD reconsiderar a isenção da conta de quaisquer custos. Isto porque, como referi anteriormente, a CGD além dos seus próprios interesses no cumprimento do plano está adstrita a deveres especiais de boa-fé que devem conduzir a uma conduta que prima pela revitalização do devedor. Assim, a CGD não deve cobrar as comissões de manutenção quando verifique que tal é suscetível de inviabilizar os propósitos do PER.

#### **CONCLUSÕES:**

A cobrança de comissões de manutenção de conta integram as normais relações entre o devedor e o credor, não sendo limitados pela existência de um PER. Estes custos são, desde logo, posteriores ao PER, não estando adstritos às condições aduzidas no predito plano.

A CGD poderá cobrar as comissões de manutenção de conta, tendo em conta que tais valores são diminutos e não obstam à revitalização do devedor e ao cumprimento do plano de recuperação.

No entanto, a CGD não deve cobrar as comissões de manutenção quando verifique que tal é suscetível de inviabilizar os propósitos do PER, sob pena de violação dos deveres especiais de boa-fé a que está adstrita.

Lisboa, CGD, DAJ, 04.03.2015,

## CASO 2

### POSSIBILIDADE DE EXECUÇÃO DE UM CONTRATO PROMESSA

#### **FACTOS RELEVANTES:**

A empresa X, sobre a qual decorre um Processo Especial de Revitalização celebrou um contrato promessa de permuta no dia 10 de maio de 2012 cujo objeto pressupõe a troca de uma fração autónoma com o valor patrimonial tributário de 92.860,00€ por uma fração autónoma com o valor patrimonial tributário de 32.000,00€.

O imóvel objeto do contrato propriedade da empresa X (com um valor patrimonial tributário correspondente a 92.860,00€) encontra-se hipotecado à Caixa Geral de Depósitos.

O Processo Especial de Revitalização encontra-se na sua fase negocial, existindo despacho de nomeação do administrador judicial provisório datado de 30-09-2014, já tendo sido publicada a lista provisória de créditos a 18-11-2014.

No seguimento destes factos, a entidade consulente pretende esclarecer se:

- 1- O contrato de promessa de permuta pode ser cumprido estando a empresa X em PER?
- 2- Quais os riscos decorrentes da não homologação do plano para o contrato de permuta?

#### **APRECIÇÃO JURÍDICA:**

- 1- O contrato de promessa de permuta pode ser cumprido estando a empresa X em PER?

O Processo Especial de Revitalização (abreviadamente designado PER), instituído pela Lei nº 16/2012, de 24 de outubro vem regulado nos artigos 17º-A a 17º-I do Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas.

A produção dos efeitos presentes no artigo 17º-E, nº1, opera *ope legis* com a prolação do despacho de nomeação do administrador judicial provisório, pela remissão imposta ao artigo 17º-C, nº3, al. a), não dependendo do requerimento de qualquer interessado. De acordo com o referido na matéria factual, já foi nomeado, por despacho, o administrador judicial provisório, o que significa que a partir dessa data (30-09-2014) decorrem os efeitos estipulados no artigo 17º-E.

Resulta do artigo em análise que o Processo Especial de Revitalização pressupõe que os negócios jurídicos do devedor deverão manter o seu normal *iter*, desenvolvendo-se dentro da normalidade das situações jurídicas. A administração do devedor é apenas limitada quanto à prática de atos de especial relevo, para a qual é exigida a autorização do administrador judicial provisório, referidos no artigo 161º do CIRE, *ex-vi* o seu artigo 17º-E, nº2.

Segundo o postulado no artigo 17º-E, nº2, esta autorização deve ser requerida e concedida pela forma escrita. O administrador judicial provisório tem cinco dias para responder ao pedido do devedor, correspondendo a falta de resposta a declaração de recusa da autorização para a realização do negócio pretendido.

A qualificação de atos de especial relevo é remetida para o artigo 161º do CIRE, que no seu nº2 esclarece que para tal qualificação atende-se aos riscos envolvidos e às suas repercussões sobre a tramitação ulterior do processo, às perspetivas de satisfação dos credores da insolvência e à suscetibilidade de recuperação de empresa, apresentando o nº3 uma lista exemplificativa de vários atos que são considerados como de especial relevo.<sup>305</sup>

“Importa assim ter em atenção que os atos enumerados no nº3 são meros exemplos, revestindo-se a realidade de muitos outros, sendo fundamental analisar

---

<sup>305</sup> O artigo 161º dispõe no seu nº3: “Constituem, designadamente, atos de especial relevo: a) A venda da empresa, de estabelecimentos ou da totalidade das existências; b) A alienação de bens necessários à continuação da exploração da empresa, anteriormente ao respetivo encerramento; c) A alienação de participações noutras sociedades destinadas a garantir o estabelecimento com estas de uma relação duradoura; d) A aquisição de imóveis; e) A celebração de novos contratos de execução duradoura; f) A assunção de obrigações de terceiros e a constituição de garantias; g) A alienação de qualquer bem da empresa por preço igual ou superior a (euro) 10000 e que represente, pelo menos, 10% do valor da massa insolvente, tal como existente à data da declaração da insolvência, salvo se se tratar de bens do ativo circulante ou for fácil a sua substituição por outro da mesma natureza.”

os atos a praticar numa perspetiva das repercussões que o ato vai ter sobre o procedimento, se o ato é suscetível de frustrar a satisfação dos credores e se o mesmo afeta negativamente ou coloca em causa a recuperação do devedor. Sempre numa perspetiva do impacto do ato na atividade económica e empresarial do devedor, caso se trate de uma empresa.”<sup>306</sup>

O negócio em causa pressupõe a permuta de um imóvel com um valor patrimonial tributário de 92.860,00€ - propriedade da empresa X - por um de 32.000,00€. Assim, a empresa X irá trocar um imóvel por outro com um valor patrimonial tributário bastante mais reduzido, o que significa que o ato poderá ter repercussões sobre a tramitação ulterior do processo, nomeadamente quanto às perspetivas de satisfação dos credores ou quanto à suscetibilidade de recuperação da empresa.

Contudo, ressalva-se que o valor patrimonial tributário poderá não corresponder ao valor patrimonial real dos imóveis em apreço, podendo o administrador judicial provisório, na sua avaliação, chegar à conclusão que, na verdade o valor patrimonial real dos imóveis até é bastante próximo.

Pelo exposto, considera-se que do cumprimento do contrato deriva a realização de um contrato de permuta que pelas suas características consubstancia um ato de especial relevo, carecendo de autorização do administrador judicial provisório. Assim, cabe ao administrador judicial provisório avaliar o valor patrimonial real dos imóveis em apreço, clarificando se o negócio em causa é passível de frustrar a satisfação dos credores ou a recuperação do devedor.

Relativamente à consequência da prática de atos de especial relevo após a nomeação do administrador judicial provisório a doutrina divide-se entre a nulidade e a ineficácia do ato.

---

<sup>306</sup> LUÍS M. MARTINS, *Recuperação de Pessoas Singulares*, vol. I, 2ª Ed., Almedina, Coimbra, 2012. Vide RUI PINTO DUARTE, Reflexões de Política Legislativa sobre a Recuperação de Empresas, in *II Congresso de Direito da Insolvência*, coordenação Catarina Serra, Almedina, Coimbra, 2014, pp. 353.

A nulidade do ato é sustentada pelo facto de ser um ato contrário à índole e ao espírito do PER, sendo por isso nula nos termos gerais.<sup>307</sup> Apesar da validade do argumento em questão, o legislador pretendeu atribuir ineficácia aos atos praticados nestes termos segundo indica o elemento sistemático, aplicando-se o postulado no artigo 81º, nº6 que afere à ineficácia do ato. A aplicação desta norma parte da remissão do artigo 17º-C, nº3, al. a) para o artigo 34º que por sua vez remete para o artigo 86. Acrescenta-se, ainda, como argumento, a proteção dos interesses do devedor e dos credores já que apesar de ineficazes, os negócios são válidos, sendo a ineficácia suprável por ratificação posterior do administrador judicial provisório, permitindo que o negócio em causa se mantenha.<sup>308</sup>

O denominado contrato de permuta é, no atual quadro legal, um contrato atípico ou inominado, permitido pelo princípio da liberdade contratual (artigo 405º do CC), sendo-lhe aplicável as disposições relativas ao contrato de compra e venda por força do disposto no artigo 939º do CC.

O Supremo Tribunal Administrativo de 28-11-2012 qualificou o contrato de permuta como “o contrato cujo núcleo essencial consiste na prestação de um imóvel por outro, pese embora se constate a existência de uma compensação em dinheiro que não é, pela sua importância, o objeto principal do contrato, funcionando apenas como complemento pecuniário da prestação principal.”

Concludentemente, o cumprimento do contrato promessa durante a pendência de um PER consubstancia um ato de especial relevo que, por esta razão, carece da autorização do administrador judicial provisório, sob pena de ineficácia.

## 2- Quais os riscos decorrentes da não homologação do plano para o contrato de permuta?

---

<sup>307</sup> Neste sentido, LUÍS M. MARTINS, *Recuperação de Pessoas Singulares*, vol. I, 2ª Ed., Almedina, Coimbra, 2012 “pois sempre repugnam a índole e ao espírito do procedimento.”

<sup>308</sup> Cfr. CARVALHO FERNANDES/JOÃO LABAREDA, *Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas Anotado*. 2ª ed. Quid Juris, 2013, pp. 167 e 168. Seguindo o parecer dos autores: “Com efeito, uma vez que o valor negativo do ato não autorizado é a respetiva ineficácia, deve entender-se, segundo o regime comum, que o vício é suprável por ratificação posterior de quem o poderia autorizar, no caso do administrador judicial provisório.”; NUNO SALAZAR CASANOVA/ DAVID SEQUEIRA DINIS, *O Processo Especial de Revitalização, Comentários aos artigos 17º-A a 17º-I*, Coimbra Editora, Coimbra, 2014. p.114.

O Processo Especial de Revitalização ao encontrar-se na fase negocial significa que poderá vir a não ser aprovado ou homologado pelo juiz, o que ditará nos termos do artigo 17º-G, nº2, a extinção de todos os efeitos do processo.

O encerramento do processo negocial com a não aprovação do plano ou com a não homologação pelo juiz não anula o negócio em causa. O facto de, nos termos do artigo 17º-G, nº2, se extinguirem todos os efeitos, releva para os negócios e para as medidas tomadas no âmbito do PER e não durante o PER.

Para o artigo 17º-G, nº2, importa a extinção dos negócios jurídicos que sejam celebrados tendo em vista a aprovação e homologação de um acordo em PER, ou seja, as medidas tomadas durante a fase negocial tendo em vista o plano de recuperação e que visem a recuperação e revitalização do devedor. O PER pressupõe a continuidade da atividade económica do devedor, não sendo extintos os negócios jurídicos celebrados neste âmbito, pois são extrínsecos ao PER.

O único risco inerente ao negócio jurídico é, caso o devedor venha a ser declarado insolvente, nos dois anos seguintes, que o negócio seja resolvido em benefício da massa insolvente, nos termos do artigo 120º, do CIRE.

Todavia, a resolução do contrato de permuta nestes termos é de difícil configuração pois se a celebração do contrato obteve a autorização do administrador judicial provisório tal significa que as suas repercussões já foram previamente avaliadas e entendidas como não prejudiciais.

## **CONCLUSÕES:**

O contrato promessa de permuta poderá ser cumprido se, para tal, existir autorização do administrador judicial provisório por consubstanciar um ato de especial relevo, sob pena de ineficácia.

Caso o plano não venha a ser aprovado ou homologado, cessando todos os efeitos do PER, tal não pressupõe a anulação do contrato de permuta pois o que releva são os negócios celebrados no âmbito do PER e não durante o PER,



sendo o contrato de permuta um ato extrínseco ao PER que por essa razão subiste inalterado em caso de extinção do Processo Especial de Revitalização.

Caso o devedor se torne insolvente no prazo de dois anos, é difícil que o contrato seja suscetível de resolução em benefício da massa insolvente, pois como o ato carece de autorização do administrador judicial provisório as suas repercussões já foram previamente avaliadas por este.

Lisboa, CGD, DAJ, 18.02.2015,

### CASO 3

#### POSSIBILIDADE DE EXECUÇÃO JUDICIAL DE GARANTIAS

##### **FACTOS RELEVANTES:**

No dia 17-09-2012 foi celebrado um contrato de empréstimo com hipoteca e pacto de preenchimento de livrança entre a CGD e a X.

Pelo presente contrato, a CGD concede à empresa X um mútuo no montante de três milhões de Euro. Em garantia da concessão deste valor acrescido dos montantes dos juros e das despesas emergentes do contrato são concedidas garantias nos seguintes termos:

- Em nome da Y foram constituídas hipotecas sobre quatro imóveis;
- Em nome da Z foram constituídas hipotecas sobre dois imóveis;
- Para titular e assegurar o pagamento de todas as responsabilidades decorrentes deste empréstimo, a parte devedora, entregou à Caixa uma livrança com montante e vencimento em branco por si subscrita e avalizada pelos segundos outorgantes (administradores da X) em nome pessoal. Estes autorizam a Caixa a preencher a sobredita livrança quando tal se mostre necessário, a juízo da própria Caixa.

Em relação à empresa Z, foi aprovado e homologado um plano de recuperação em sede do Processo Especial de Revitalização, encontrando-se o mesmo em execução.

Aquando do aviso (verbal) da CGD que a solução para o ressarcimento da dívida da empresa X passaria pela execução das garantias a favor da CGD, a cliente informou que após a execução das garantias, a Y se apresentará a PER, impossibilitando a venda de ativos mesmo que onerados à CGD.

Posto isto, pretende a entidade consulente saber:

1. Quais os efeitos para a CGD no caso de serem executadas as garantias de uma empresa que irá iniciar um PER?
2. Quais os efeitos para a CGD no caso de serem executadas as garantias quando, sobre a garante, já existe um plano de recuperação aprovado e homologado?

#### **APRECIACÃO JURÍDICA:**

Antes de apreciar devidamente os efeitos do Processo Especial de Revitalização na execução das garantias, cumpre ressaltar que nos termos da matéria factual, a Y e a Z são garantias do crédito da CGD à X através da concessão de hipotecas, sendo a X a devedora e não as restantes sociedades em causa. Verificando-se o incumprimento da devedora, tal permite à CGD a execução das hipotecas.

Para além destas garantias, verifica-se que a CGD ainda pode executar os avalistas de uma livrança em branco subscrita com pacto de preenchimento, que correspondem aos administradores da empresa X.

1. Quais os efeitos para a CGD no caso de serem executadas as hipotecas sendo que a Y irá iniciar um PER?

Os efeitos da instauração do Processo Especial de Revitalização constam do artigo 17º-E que dispõe, no seu nº1, que “a decisão a que se refere a alínea a) do nº3 do artigo 17º-C obsta à instauração de quaisquer ações para cobrança de dívidas contra o devedor, as ações em curso com idêntica finalidade, extinguindo-se aquelas logo que seja aprovado e homologado plano de recuperação, salvo quando este preveja a sua continuação.”<sup>309</sup>

---

<sup>309</sup> Na realidade o PER inicia-se com a manifestação da vontade do devedor e de, pelo menos, um dos seus credores conforme refere o artigo 17º-C, nº1. Contudo, entendemos que o início efetivo do processo dá-se com a prolação do despacho de nomeação do AJP, pois apenas se produzem efeitos a partir deste momento.

Assim, a partir da prolação do despacho de nomeação do Administrador Judicial Provisório verificam-se os seguintes efeitos:

- i. Proibição de instauração de ações para cobrança de dívidas contra o devedor durante todo o tempo em que perdurarem as negociações;
- ii. Suspensão das ações para cobrança de dívidas;

As ações suspensas serão posteriormente extintas quando o plano de recuperação não preveja a sua continuação.

Para se executar a hipoteca, tem de se propor uma ação executiva, comportando tal ação indubitavelmente uma ação para cobrança de dívidas na aceção do artigo supra citado.

Deste modo, há-que delimitar temporalmente a proposição da ação, concluindo-se que caso a ação seja proposta antes do despacho de nomeação do administrador judicial provisório, a ação será suspensa aquando do despacho. Por outro lado, fica a CGD impedida de interpor a ação após o predito despacho, nos termos do artigo 17º-E, nº1.

Em virtude da proibição da instauração da ação ou da suspensão da ação a dívida será reconhecida no PER, ficando a CGD vinculada ao estipulado no plano segundo o disposto no artigo 17º-F, nº6, sendo a ação extinta caso o plano de recuperação não preveja a sua continuação. Tal significa que o montante do crédito poderá vir a ser sujeito a reduções ou moratórias, tendo a CGD de respeitar o estipulado no plano de recuperação.

Esta conclusão não é líquida porque esta garantia é constituída para garantir dívida de terceiro, não sendo uma dívida da Y, podendo entender-se que, por essa razão, não é passível de ser sujeita às condições do plano. No entanto, julgamos que se deve entender que este crédito poderá ser sujeito às condições do plano, na medida em que a execução das hipotecas afeta o património da Y e a sua suscetibilidade de recuperação, contrariando assim, desde logo, a ratio e os

primórdios do PER o entendimento de que este crédito poderia ser executado extrinsecamente ao plano.

2. Quais os efeitos para a CGD no caso de serem executadas as garantias quando sobre a garante já existe um plano de recuperação aprovado e homologado?

Poderá levantar-se várias questões neste âmbito, sendo a nosso ver uma questão bastante controvertida já que a lei é inteiramente omissa em relação à execução do plano de recuperação, aplicando-se analogicamente as disposições relativas ao processo de insolvência (artigo 217º e seguintes do CIRE).

Na realidade, é importante interiorizar várias perspetivas neste âmbito: até ao momento em que a Caixa executa a hipoteca, a CGD não tem qualquer crédito sobre a Z pois esta é apenas garante de dívida de terceiro e não devedora, revestindo a natureza de um crédito eventual.

Ora, os créditos eventuais, pela sua própria natureza não são reconhecidos no âmbito do PER. Na realidade, só existirá este crédito caso o devedor (X) não cumpra a obrigação a que está adstrito. Assim, podemos concluir que o crédito respeitante à hipoteca não foi reconhecido no âmbito do plano de recuperação aprovado e homologado pois na altura ainda não existia. Corroborar tal conclusão o próprio plano de recuperação, do qual não consta qualquer referência a créditos da CGD.

Deste modo, o crédito da CGD sobre a Z só se constitui aquando da execução da hipoteca, ou seja, neste momento, sendo um crédito novo e, por isso, estranho ao PER. Neste âmbito, NUNO SALAZAR CASANOVA/ DAVID SEQUEIRA DINIS referem que “no PER, os créditos que se constituam após o prazo de reclamação de créditos não são atendidos, mas também não são afetados pelo plano.”<sup>310</sup>

Conclui-se, assim, que a CGD pode executar as hipotecas durante a execução do plano de recuperação pois trata-se de um crédito novo e extrínseco ao PER, que

---

<sup>310</sup> *O Processo Especial de Revitalização – Comentários aos artigos 17º-A a 17º-I do Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas*, Coimbra Editora, 2014, p.57.

será executado no seio da normalidade jurídica, já que os efeitos do artigo 17º-E, nº1, extinguem-se com a homologação do plano de recuperação.<sup>311</sup>

### 3. Possibilidade de execução da livrança em branco

A livrança em branco resulta do confronto entre os artigos 75º e 76º da LULL e o artigo 10º do mesmo diploma, concluindo-se que o momento decisivo para se determinar a validade da livrança não é o da emissão, mas sim o do vencimento.<sup>312</sup>

O denominado aval geral é admissível nos casos em que exista um pacto de preenchimento do título que irá ditar os elementos essenciais em causa, pois nestes casos o aval não deixa de desempenhar a sua função de garantia do pagamento do título nos termos definidos pelo pacto de preenchimento.

Assim, pode a Caixa preencher a livrança e interpelar o devedor principal (X) e os avalistas (administradores da empresa X), tendo em conta os seguintes termos do pacto de preenchimento:

- a. A data de vencimento será fixada pela CAIXA, quando, em caso de incumprimento pela PARTE DEVEDORA das obrigações assumidas, a CAIXA decida preencher a livrança;
- b. A importância da livrança corresponderá ao total das responsabilidades decorrentes do presente empréstimo, nomeadamente em capital, juros remuneratórios e moratórios, comissões, despesas e encargos fiscais, incluindo os da própria livrança;

---

<sup>311</sup> Esta questão da delimitação temporal dos efeitos constantes no artigo 17º-E, nº1, não é clara, existindo opiniões divergentes em relação a três momentos: com o fim das negociações, com a homologação ou com o trânsito em julgado da sentença homologatória. Contudo, para o caso em apreço não tem relevância a discussão já que o plano já se encontra em plena execução, já tendo transitado em julgado.

<sup>312</sup> Depois da emissão, poderá o título vir a ser dotado dos elementos necessários para que possa produzir efeitos como livrança, sendo necessário, porém, que esses requisitos constem nele na altura do seu vencimento. Se, neste momento, a livrança não se encontrar preenchida, então, nos termos dos arts. 1º e 2º, não poderá produzir efeitos como livrança.

c. A CAIXA poderá inserir cláusula “sem protesto” e definir o local de pagamento.

É recomendado que a CGD preencha e execute a livrança por estarmos perante uma situação de risco derivado da posição assumida pelos administradores que referiram que caso a CGD execute as garantias iriam requerer um PER, sabendo que tal obstará à normal execução das mesmas, indiciando a falta de vontade de cumprimento das obrigações assumidas.

Cumprido referir que mesmo que o devedor principal (X) entre em PER, tal não obsta ao prosseguimento das ações contra os avalistas, ficando a ação executiva suspensa apenas em relação ao devedor principal. Concluiu neste sentido o Tribunal da Relação de Guimarães de 17-12-2013 ao referir que “a suspensão das ações para cobrança de dívidas prevista no artº 17º-E, nº 1 do CIRE não se estende aos terceiros que, através de aval, sejam garantes da dívida que se pretende cobrar.”<sup>313</sup>

## CONCLUSÕES:

A Caixa deverá, desde já, preencher e executar a livrança em branco, sendo a forma mais segura de ressarcir o montante total em dívida pois mesmo que o devedor principal entre em PER, tal não impede o prosseguimento da ação executiva contra os avalistas. O ressarcimento junto da empresa em PER será mais dúbio e moroso, sendo recomendada a execução da livrança.

Contudo, caso exista algum impedimento comercial em relação à execução dos avals, deverá a CGD executar as hipotecas prestadas pela Z. A execução das

---

<sup>313</sup> Vide, no mesmo sentido, o acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa de 19-09-2013. A doutrina maioritária acompanha este entendimento, nomeadamente BERTHA PARENTE ESTEVES, Da Aplicação das Normas Relativas ao Plano de Insolvência ao Plano de Recuperação Conducente à Revitalização, in *II Congresso de Direito da Insolvência*, coordenação de Catarina Serra, Almedina, Coimbra, 2014, p.276; ISABEL MENÉRES CAMPOS, *A Posição dos Garantes no Âmbito de um Processo Especial de Revitalização*, publicado nos Cadernos do Direito Privado, nº 46, Abril/Julho 2014, pp. 61 e seguintes; NUNO SALAZAR CASANOVA/ DAVID SEQUEIRA DINIS, *O Processo Especial de Revitalização – Comentários aos artigos 17º-A a 17º-I do Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas*, Coimbra Editora, 2014, p.104

hipotecas consubstancia um crédito novo, sendo por essa razão extrínseco aos efeitos e às condições aduzidas no plano de recuperação.

Em relação à Y, a execução de hipotecas consubstancia uma ação para cobrança de dívidas, nos termos do artigo 17º-E, nº1. Tal facto implica que a ação será suspensa aquando do despacho de nomeação do administrador judicial provisório. Por outro lado, se a CGD não executar a hipoteca até à prolação deste despacho, ficará impedida de o fazer em virtude do disposto no predito artigo até à homologação do plano de recuperação. O ressarcimento da CGD ficará sujeito às condições resultantes do plano de recuperação, podendo a dívida ser reduzida ou sujeita a condições menos satisfatórias no âmbito do plano de recuperação. Assim, estas hipotecas deverão ser executadas apenas em último recurso.

Lisboa, CGD, DAJ, 13.02.2015,



## CASO 4

### EFEITOS DA NÃO HOMOLOGAÇÃO DO PLANO DE RECUPERAÇÃO

#### **FACTOS RELEVANTES:**

A empresa X, que tem como objeto a compra e venda de imóveis, encontra-se na fase negocial de um Processo Especial de Revitalização.

Durante a fase negocial do PER, um cliente da Caixa adquiriu uma fração autónoma para habitação própria permanente à empresa X. Para tal, o nosso cliente celebrou um contrato de mútuo no valor de 55.000€ com a Caixa, num total de valor de aquisição de 155.000€.

O administrador judicial provisório autorizou a constituição do predito negócio jurídico, conforme declaração anexa à consulta.

A CGD tem registada a seu favor uma hipoteca sobre o imóvel objeto do negócio jurídico, sendo o produto desta venda para amortizar crédito na CGD.

A entidade consulente pretende saber:

1. Caso o plano de recuperação não seja aprovado e homologado, existe possibilidade de o negócio vir a ser anulado?
2. Quais os riscos que podem advir para a CGD?
3. A CGD só deverá efetuar a escritura pública após o trânsito em julgado da sentença homologatória?

#### **APRECIÇÃO JURÍDICA:**

1. Caso o plano de recuperação não seja aprovado e homologado, existe possibilidade de o negócio vir a ser anulado?

O Processo Especial de Revitalização encontra-se, no caso em apreço, na fase negocial, produzindo efeitos a partir da homologação do plano de recuperação.<sup>314</sup>

A resposta à consulta passa pela apreensão dos efeitos contrários, ou seja, decorrentes da não aprovação ou da não homologação do plano de recuperação.

“Sendo recusada a homologação pelo juiz, os efeitos daí decorrentes devem ser os mesmos que decorrem do encerramento do processo (cfr. art. 17º-G, 2), i. e., cessam todos os seus efeitos.”<sup>315</sup>

Esta conclusão não é líquida, já que do elemento literal tende-se a retirar outra conclusão pois a epígrafe do artigo 17º-G refere à “*conclusão do processo negocial sem a aprovação do plano de recuperação.*”

Todavia, a omissão do legislador relativa aos efeitos da não homologação aliada ao facto de a homologação ser condição necessária à produção dos efeitos do acordo, justifica a aplicação da norma relativa aos efeitos decorrentes da não aprovação do plano à não homologação do plano de recuperação, ditando a extinção de todos os efeitos do Processo Especial de Revitalização<sup>316</sup>.

O encerramento do processo negocial com a não aprovação do plano ou com a não homologação pelo juiz, não anula o negócio em causa. O facto de, nos termos do artigo 17º-G, nº2, se extinguirem todos os efeitos, releva para os negócios e para as medidas tomadas no âmbito do PER e não durante o PER.

Quero com isto dizer que o que norteia este processo especial é a manutenção da “normalidade” empresarial, com o regular funcionamento da atividade, sendo neste âmbito que se celebrou o negócio em causa - compra e venda de uma fração autónoma.

---

<sup>314</sup> Cfr. ANA PRATA/ JORGE MORAIS CARVALHO/ RUI SIMÕES, *Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas Anotado*, Almedina, 2013, p. 67.

<sup>315</sup> PAULO DE TARSO DOMINGUES, O Processo Especial de Revitalização Aplicado às Sociedades Comerciais, in *I Colóquio de Direito da Insolvência de Santo Tirso*, Almedina, 2014, p. 29.

<sup>316</sup> MARIA DO ROSÁRIO EPIFÂNIO, *Manual de Direito da Insolvência*, 4ª Ed., Coimbra, Almedina, 2012, p. 267 defende que esta solução decorre da interpretação extensiva do art. 17º-G, 2, que estabelece esse regime para a não aprovação pelos credores.

Para a norma do artigo 17º-G, nº2 importa a extinção dos negócios jurídicos que sejam celebrados tendo em vista a aprovação e homologação de um acordo em PER, ou seja, as medidas tomadas durante a fase negocial tendo em vista o plano de recuperação e que visem a recuperação e revitalização do devedor. Excluem-se do âmbito de aplicação da norma os “normais” negócios jurídicos que sejam objeto da atividade desenvolvida pela empresa. O PER pressupõe a continuidade da atividade económica do devedor, não sendo extintos os negócios jurídicos celebrados neste âmbito, pois são extrínsecos ao PER.

### **CONCLUSÕES:**

O negócio jurídico em causa não sofre qualquer vício com o encerramento do processo negocial seja pela não aprovação ou pela não homologação do plano de recuperação, devendo a escritura pública ser realizada assim que possível.

A atividade económica da empresa destina-se à compra e venda de imóveis, sendo o negócio celebrado no âmbito da normal atividade da empresa como é pressuposto no PER. A compra do imóvel é extrínseca ao plano, não se dá por sua causa ou por sua condição, não podendo ser anulada pelo encerramento do processo negocial.

Lisboa, CGD, DAJ, 05.02.2015,

## CASO 5

### **O PROCESSO ESPECIAL DE REVITALIZAÇÃO, A PENHORA E OS EFEITOS DE *STAND STILL***

#### **FACTOS RELEVANTES:**

A empresa X está em PER e a Caixa teve conhecimento que o credor Y continuava a receber verbas da X, durante a fase negocial do PER, na quantia de €206.466,26, na sequência de penhora de créditos.

A entidade consulente solicita apreciação jurídica do exposto, nomeadamente da existência de um tratamento privilegiado de um credor face aos restantes.

A credora foi interpelada pelo administrador judicial provisório para esclarecer a penhora de créditos efetuada. Em resposta, a credora refere que as penhoras correspondentes foram realizadas em período anterior à entrada do Processo Especial de Revitalização.

#### **APRECIÇÃO JURÍDICA:**

O princípio da igualdade de tratamento dos credores “*par conditio creditorum*”, consagrado no art.194º do CIRE refere que “o plano de insolvência obedece ao princípio da igualdade dos credores da insolvência, sem prejuízo das diferenciações justificadas por razões objetivas.”

O acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 13 de Janeiro de 2009, afirma que este preceito “consagra de forma mitigada a igualdade dos credores em estado de insolvência”. Acrescenta ainda que o “princípio da igualdade não implica um tratamento absolutamente igual, antes impõe que situações diferentes sejam tratadas de modo diferente”.

Sobre a possibilidade de aplicação deste princípio ao Processo Especial de Revitalização, o Tribunal da Relação de Guimarães<sup>317</sup>, como é natural, vem referir que “É inquestionável que o plano de recuperação conducente à revitalização do devedor (por força do disposto no artigo 194º, nº1 e nº2 do CIRE, *ex vi* do artigo 17º F, nº5), há-de forçosamente obedecer ao “(...) princípio da igualdade dos credores da insolvência, sem prejuízo das diferenciações justificadas por razões objetivas”, sendo que, “o tratamento mais desfavorável relativamente a outros credores com idêntica situação depende do consentimento do credor afetado, o qual se considera tacitamente prestado no caso de voto favorável.”

De acordo com o artigo 17º-E, nº1, o despacho de nomeação de administrador judicial provisório “obsta à instauração de quaisquer ações para cobrança de dívidas contra o devedor e, durante todo o tempo em que perdurarem as negociações, suspende, quanto ao devedor, as ações em curso com idêntica finalidade, extinguindo-se aquelas logo que seja aprovado e homologado plano de recuperação, salvo quando este preveja a sua continuação.”

A penhora deveria ter sido levantada com o despacho de nomeação do administrador judicial provisório. Isto, porque, conforme LUÍS M. MARTINS refere “havendo quantias penhoradas após a admissão do PER, tal configura um ato nulo, devendo tais quantias ser restituídas ao devedor.”<sup>318</sup>

A jurisprudência também já se pronunciou sobre este assunto entendendo o acórdão do Tribunal da Relação do Porto de 18 de Dezembro de 2013: “Em suma – e, nesta parte, concluindo –, a aprovação e homologação do plano de recuperação no processo especial de revitalização impõe-se aos credores, mesmo que nem tenham participado nas negociações, e determina, não meramente a suspensão da ação executiva já instaurada, mas a sua extinção, a menos que o próprio plano preveja o seu prosseguimento; e extinta a ação

---

<sup>317</sup> Acórdão do Tribunal da Relação de Guimarães, de 4 de março de 2012.

<sup>318</sup> *Recuperação de pessoas singulares*, vol. I, 2ª Ed., Almedina, Coimbra, 2012.

executiva, deixam de subsistir as penhoras, uma vez que estas se destinavam necessariamente à "realização dos fins" da execução.”

### **CONCLUSÕES:**

No caso em apreço, entendo que não existe uma violação do princípio da igualdade de tratamento dos credores. Existe, sim, incumprimento dos efeitos postulados no artigo 17º-E, nº1. Assim, as quantias penhoradas configuram um ato nulo, devendo ser restituídas ao devedor.

Lisboa, CGD, DAJ, 09.02.2015,

## ÍNDICE DE ANEXOS

CASO 1- A POSSIBILIDADE DE COBRANÇA DE COMISSÕES DE MANUTENÇÃO DE CONTA	110
CASO 2- POSSIBILIDADE DE EXECUÇÃO DE UM CONTRATO PROMESSA	115
CASO 3- POSSIBILIDADE DE EXECUÇÃO DE GARANTIAS	121
CASO 4- EFEITOS DE NÃO HOMOLOGAÇÃO DO PLANO DE RECUPERAÇÃO	128
CASO 5- O PROCESSO ESPECIAL DE REVITALIZAÇÃO E O PRINCÍPIO DA IGUALDADE DOS CREDORES	131





## ÍNDICE

<b>INTRODUÇÃO</b>	17
1. SEQUÊNCIA DE EXPOSIÇÃO	18
<b>CAPÍTULO I</b>	19
<b>A DIREÇÃO DE ASSUNTOS JURÍDICOS DA CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS S.A.</b>	19
1. UNIDADE TÉCNICA DE CONSULTA JURÍDICA	19
2. O ESTÁGIO	20
2.1. ÂMBITO GENÉRICO	20
2.2. ÂMBITO ESPECÍFICO	21
<b>CAPÍTULO II</b>	23
<b>O PLANO ESPECIAL DE REVITALIZAÇÃO</b>	23
1. CONTEXTO HISTÓRICO	23
2. CARACTERÍSTICAS E FINALIDADE	25
3.1. LEGITIMIDADE NO RECURSO AO PER	27
3.1.1. PRESSUPOSTOS OBJETIVOS	27
3.1.2. PRESSUPOSTOS SUBJETIVOS	28
3.2. INÍCIO DO PROCESSO	29
3.3. RECLAMAÇÃO DE CRÉDITOS E PERÍODO DE NEGOCIAÇÃO	31
3.4. APROVAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DO PLANO	32
3.5. EFEITOS	33
3.5.1. EFEITOS SUBSTANTIVOS	34
3.5.2. EFEITOS PROCESSUAIS	35
<b>CAPÍTULO III</b>	38
<b>O EFEITO DE <i>STAND STILL</i></b>	38
1. ALCANCE DA EXPRESSÃO “AÇÃO PARA COBRANÇA DE DÍVIDAS”	40
1.1. AÇÕES DECLARATIVAS	41
1.1.1. A FASE DE RECLAMAÇÃO DE CRÉDITOS SALVAGUARDA O DIREITO DE ACESSO AO DIREITO E À TUTELA JURISDICIONAL EFETIVA?	45
1.1.2. PRESCRIÇÃO	50
1.1.3. SANÇÃO PECUNIÁRIA COMPULSÓRIA	51

1.2. AÇÕES EXECUTIVAS	52
1.3. PROCEDIMENTO DE INJUNÇÃO	56
1.4. PROVIDÊNCIAS CAUTELARES	58
1.4.1. PROVIDÊNCIAS CAUTELARES CONSERVATÓRIAS	61
1.4.2. PROVIDÊNCIAS CAUTELARES ANTECIPATÓRIAS	62
1.5. DILIGÊNCIAS EXTRAJUDICIAIS	64
1.5.1. EXECUÇÃO EXTRAJUDICIAL DE GARANTIAS	68
1.5.2. COMPENSAÇÃO	70
2. DELIMITAÇÃO TEMPORAL DO PERÍODO DE <i>STAND STILL</i>	73
2.1. A HOMOLOGAÇÃO COMO CONDIÇÃO DE EFICÁCIA DO PLANO	75
2.2. OS EFEITOS DOS RECURSOS INTERPOSTOS CONTRA A SENTENÇA DE HOMOLOGAÇÃO	76
<b>CAPÍTULO IV</b>	<b>80</b>
<b>OS EFEITOS DO PROCESSO ESPECIAL DE REVITALIZAÇÃO EM RELAÇÃO AOS TERCEIROS GARANTES E AOS CONDEVEDORES</b>	<b>80</b>
1. DURANTE O <i>STAND STILL</i>	80
2. APÓS A APROVAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DO PLANO	82
3. REGIMES ESPECÍFICOS DAS PRINCIPAIS GARANTIAS PESSOAIS	85
3.1. AVAL	85
3.1.1. O CASO DAS LETRAS OU LIVRANÇAS EM BRANCO	91
3.2. FIANÇA	93
3.3. GARANTIAS BANCÁRIAS AUTÓNOMAS	97
4. CONDEVEDORES	99
<b>CAPÍTULO V</b>	<b>102</b>
<b>CONCLUSÕES</b>	<b>102</b>
<b>BIBLIOGRAFIA</b>	<b>106</b>
<b>JURISPRUDÊNCIA</b>	<b>119</b>
<b>ANEXOS</b>	<b>125</b>
<b>ÍNDICE DE ANEXOS</b>	<b>151</b>
<b>ÍNDICE</b>	<b>153</b>

